

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MÁRCIO PEREIRA CABRAL

TERRITÓRIO URBANO EM DISPUTA:

as transformações no Centro de Porto Alegre como resultado de disputas de múltiplos agentes urbanos no período de 2005 a 2017

ORIENTADOR: PROF. DR. MÁRIO LEAL LAHORGUE

PORTO ALEGRE/RS
2018

MÁRCIO PEREIRA CABRAL

TERRITÓRIO URBANO EM DISPUTA:

as transformações no Centro de Porto Alegre como resultado da ação coletiva de múltiplos agentes urbanos no período de 2005 a 2017

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia, linha de Análise Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Mário Leal Lahorgue

Porto Alegre
2018

CIP - Catalogação na Publicação

Cabral, Márcio Pereira
TERRITÓRIO URBANO EM DISPUTA: as transformações no
Centro de Porto Alegre como resultado de disputas de
múltiplos agentes urbanos no período de 2005 a 2017 /
Márcio Pereira Cabral. -- 2018.
111 f.
Orientador: Mário Leal Lahorgue.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,
BR-RS, 2018.

1. Geografia Urbana. 2. Movimentos Socioterritoriais
e Socioespaciais. 3. Confrontos Territoriais. 4. Ação
Coletiva. I. Lahorgue, Mário Leal, orient. II. Título.

MÁRCIO PEREIRA CABRAL

TERRITÓRIO URBANO EM DISPUTA:

as transformações no Centro de Porto Alegre como resultado da ação coletiva de múltiplos agentes urbanos no período de 2005 a 2017

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia, linha de Análise Territorial.

BANCA EXAMINADORA

Titulares:

Orientador: Prof. Dr. Mário Leal Lahorgue – POSGEA/UFRGS

Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi – PPGS/UFRGS

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares – POSGEA/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Tania Marques Strohaecker – POSGEA/UFRGS

Suplentes:

Prof.^a Dr.^a Heleniza Ávila Campos – PROPUR/UFRGS

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura – POSGEA/UFRGS

Porto Alegre

2018

*Aos meus pais, Jadiel e Susana, minhas irmãs
Vanessa e Luciana e meu irmão Gustavo. Esta
conquista é de todos nós. Amo vocês.
Aos meus amigos e amigas de jornada,
conselheiros e conselheiras, confidentes e
cumplices dos meus sonhos e lutas.
Ao Jo, à Brenda, ao Fuxu e à Camile.
Ao Vasco, in memoriam.*

(...) qué bueno que respires que conpires dicen que madrugaste demasiado que en plena siesta cívica gritaste pero tal vez nuestra verdad sea otra por ejemplo que todos dormimos hasta tarde hasta golpe hasta crisis hasta hambre hasta mugre hasta sed hasta vergüenza por ejemplo que estás solo o con pocos que estás contigo mismo y es bastante porque contigo están los pocos muchos que siempre fueron pueblo y no lo saben qué bueno que respires que conpires en esta noche de podrida calma bajo esta luna de molicie y asco quizá en el fondo todos conspiramos sencillamente das la señal de fervor la bandera decente con el asta de caña pero en el fondo todos conspiramos (...)
(Mario Benedetti, Todos Conspiramos)

É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte.
(Caetano Veloso)

RESUMO

As cidades do século XXI, em sua complexidade, se constituíram em espaços de representação social e histórica de múltiplos agentes que acabam por ocupá-las das mais variadas formas e ações para a realização de seus interesses econômicos, políticos, sociais e culturais. Mas tal processo também acaba por resultar em conflitos de interesses que opõem de um lado os agentes públicos e privados e de outros os movimentos socioterritoriais urbanos, movimentos estes que têm o território urbano como trunfo e objeto de disputa, o que pode possibilitar o surgimento de novas territorialidades. Dentro deste sentido, esta pesquisa parte da observação do Centro Histórico de Porto Alegre/RS - CHPA como espaço de disputas e politização que envolvem diversas forças e movimentos políticos, com vista à sua refuncionalização e a posse do seu território urbano. Dentre estas forças destaca-se os movimentos de luta pela moradia que colocam em questão o direito à moradia e o direito à cidade como tema central de sua ação política. Ao analisarmos os seus repertórios de ação coletiva e os resultados destas lutas e confrontos, esta pesquisa visa contribuir assim para que aos movimentos socioterritoriais adquiram um status de categoria de análise para a geografia urbana. Por fim, também busca-se observar as mudanças possíveis no território do CHPA a partir do confronto em questão o que acaba por moldar a cidade como um espaço de permanente politização.

Palavras-chave: **Geografia Urbana; Movimentos Socioterritoriais; Confrontos Territoriais; Ação Coletiva; Espaço de Politização; Centro Histórico de Porto Alegre.**

ABSTRACT

The cities of the XXI century, in their complexity, constituted spaces of social and historical representation of multiple agents that end up occupying them in the most varied forms and actions for the realization of their economic, political, social and cultural interests. But this process also ends up in conflicts of interests that oppose, on the one hand, public and private agents and other urban socio-territorial movements, which have the urban territory as an asset and object of dispute, which may allow the emergence of new territorialities. In this sense, this research is based on the observation of the Historic Center of Porto Alegre / RS - CHPA as a space of disputes and politicization involving various political forces and movements, with a view to its refunctionalization and the possession of its urban territory. Among these forces are the struggle for housing movements that call into question the right to housing and the right to the city as the central theme of its political action. When analyzing their repertoires of collective action and the results of these struggles and confrontations, this research aims to contribute so that the socio-territorial movements acquire a status of category of analysis for urban geography. Finally, it is also sought to observe the possible changes in the territory of the CHPA from the confrontation in question which ends up shaping the city as a space of permanent politicization.

Keywords: Urban Geography; Socio-territorial Movements; Territorial Confronts; Collective Action; Politization Space; Historical Center of Porto Alegre / RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Área delimitada como CEPA.....	23
Figura 2 – Mapa de bairros com as Regiões de Gestão do Planejamento e Macrozonas	43
Figura 3 – Estrutura espacial de Porto Alegre segundo o modelo de Hoyt.....	46
Figura 4 – Formação do Centro principal de Porto Alegre	47
Figura 5 – SMIC apreende produtos de camelôs	52
Figura 6 – Camelôs e Fiscais Brigam no Centro	53
Figura 7 – Vendas ameaçadas.....	54
Figura 8 – Audiência Pública do Projeto do Pontal do Estaleiro na Câmara de Vereadores em 2007	69
Figura 9 – Ocupação liderada pelo MNLM de prédio na Av. Julio de Castilhos, 516 em 25 de novembro de 2008.....	74
Figura 10 – Notícias sobre invasões e ocupações de prédios em Porto Alegre	75
Figura 11 – Moradores protestam no bairro Petrópolis	76
Figura 12 – Panfleto Explicativo denunciando as mudanças em rua do Bairro Floresta.....	76
Figura 13 – Panfleto distribuído pelo Movimento POA Vive.....	76
Figura 14 – Panfleto distribuído nos protestos e ação de mobilização.....	77
Figura 15 – Coleta de assinaturas para reverter a aprovação do projeto do Pontal do Estaleiro em 2007.....	77
Tabela 1 – Quadro-síntese do Marco Teórico	21
Tabela 2 – Agentes Urbanos e Campo de Ação	37
Tabela 3 - Características dos Movimentos Sociais	40

LISTA DE SIGLAS

DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
CEPA	Centro Expandido de Porto Alegre
CHPA	Centro Histórico de Porto Alegre
CMDUA	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
DEMHAB	Departamento Municipal de Habitação
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FERU	Fórum Estadual da Reforma Urbana
FP	Frente Popular
FSM	Fórum Social Mundial
MNLN	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
PT	Partido dos Trabalhadores
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICEF	Fundação das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
METODOLOGIA DE PESQUISA	22
1 CIDADE COMO ESPAÇO DE POLITIZAÇÃO: TERRITÓRIOS EM DISPUTA E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS	26
1.1 DA CIDADE DESIGUAL À SUA TRANSFORMAÇÃO COMO ESPAÇO DE POLITIZAÇÃO E O “DIREITO À CIDADE COMO HORIZONTE UTÓPICO”	27
1.2 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: SUJEITOS, PROJETOS E ESPAÇOS DE LUTAS NO TERRITÓRIO URBANO	31
1.2.1 Os sujeitos, agentes e atores dos movimentos socioterritoriais	34
1.2.2 Movimentos socioterritoriais: questões de projeto político, alvos de ação, dimensões e objetivos perseguidos	38
1.2.3 Movimentos socioterritoriais: espaços de lutas e disputas	40
1.2.4 O Centro Histórico de Porto Alegre – CHPA	42
2 O CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE EM DISPUTA: ação dos movimentos socioterritoriais e seus repertórios na disputa <i>no e pelo</i> território 48	
2.1 CENTRO DE PORTO ALEGRE: ESPAÇO DE DISPUTAS E TENSÕES SOCIOESPACIAIS	49
2.1.1 O direito à moradia como “bandeira de luta” no Centro Histórico de Porto Alegre 54	
2.1.2 Estratégias de sobrevivência e a ocupação como instrumento político dos movimentos socioterritoriais	58
2.1.3 Movimentos Socioterritoriais e o conflito de apropriação no Centro Histórico de Porto Alegre	60
2.1.4 O Plano Diretor de Porto Alegre em disputa	64
2.2 OS REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NA DISPUTA DO CENTRO HISTÓRICO	70
2.2.1 Inventário dos repertórios dos movimentos socioterritoriais	73
3 AS MUDANÇAS DO ESPAÇO URBANO NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE COMO RESULTADO DO CONFRONTO ENTRE MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E SEUS ADVERSÁRIOS	80
3.1 “EU QUERIA MUDAR A MINHA VIDA E ACABEI GANHANDO UM LUGAR PARA MORAR” – POR QUE E PELO QUE LUTAR?	84
3.2 “NÃO SOMOS DESOCUPADOS E NEM VAGABUNDOS. E NEM ELES SÃO DONOS DA CIDADE!” – AS DISPUTAS ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DE LUTA PELA MORADIA E OS SEUS ADVERSÁRIOS	87

3.3	REIVINDICAR A CIDADE E O ESPAÇO URBANO	89
3.4	DO DESEJO À TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE - AS MUDANÇAS DO ESPAÇO URBANO COMO RESULTADO DE DISPUTAS DE MÚLTIPLOS AGENTES URBANOS.....	93
4	REINVERSÃO DO MUNDO INVERTIDO: CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS.....	104

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata sobre os conflitos urbanos resultantes do confronto e/ou mediação entre múltiplos agentes urbanos (VASCONCELOS, 2011) e movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2000) na disputa pelo *direito à cidade*, no sentido *lefebvriano* do termo. A título introdutório é importante ressaltar que, apesar de ser uma situação recorrente no cotidiano das grandes cidades de todo o mundo, essa não é necessariamente uma questão surgida nas últimas décadas. Desde que Henri Lefebvre (1999b) lançou a hipótese da “urbanização completa da sociedade”, este tema tem recebido maior centralidade pela geografia, pois foi a partir desta nova “sociedade urbana”, advinda da sociedade industrial dos séculos XIX e XX, que a organização social do espaço ganhou novas formas e estruturas muito mais complexas nas décadas finais do século XX – uma consequência direta do desenvolvimento histórico do capitalismo em escala global (ibidem).

Para esta concepção de desenvolvimento das cidades, o espaço urbano passa a despertar o interesse e a cobiça das classes e organismos sociais que atuam nele e, também, a fazer parte dos circuitos de valorização do capital, o que Lefebvre (2013a) chamou de “circuitos de circulação do capital financeiro”. Desse modo, o urbano tornou-se a ambição dos agentes do capitalismo (empresas, corporações, setor rentista, etc.), o que necessariamente os levou a atuarem no espaço urbano visando à sua valorização. Tal processo resultou na produção de novas territorialidades monopolistas, produtoras e reprodutoras de desigualdades de várias ordens em múltiplas escalas (ibidem).

É nesse contexto que as grandes cidades do início do século XXI acabam marcadas por uma urbanização acelerada, que tem em vista a generalização do processo produtivo, o que resulta em novos padrões de exclusão socioespacial, notadamente expressos pela informalização das relações de trabalho e moradia e pela degradação da qualidade de vida. Um século e meio após o surgimento das primeiras cidades industriais, as áreas urbanas globais se constituíram em expressões concentradas de desigualdades, marginalidades e centralidade, um fenômeno que também apresenta suas nuances em escalas locais e regionais mesmo em países periféricos do capitalismo (DAVIS, 2006).

Esse enunciado serve para contextualizar a presente dissertação, que tem como objeto a análise das disputas empreendidas por movimentos sociais urbanos numa cidade metropolitana do Sul do Brasil: Porto Alegre/RS, e de como esta disputa

pode estabelecer mudanças no espaço urbano a partir do surgimento de novas territorialidades. Como metrópole, essa cidade também tem passado por uma profunda transformação socioespacial, que visa à constituição de um ambiente propício ao desenvolvimento do modelo global do mercado de créditos imobiliários (SECOVI/RS, 2016). Sendo este o ambiente perseguido por empreendedores e governantes, tal processo acaba operando na generalização e mercantilização do espaço da cidade e gerando diversas tensões políticas, em especial com aqueles movimentos e atores sociais que se sentem excluídos do espaço urbano e do direito à moradia, em especial.

É nesse ambiente que se aprofundam as disputas territoriais que colocam de um lado os empresários e os seus parceiros para a efetivação de um modelo privatista condominial e, de outro, uma série de novos movimentos sociais urbanos, que têm ganhado força e que se contrapõem a essa lógica, reivindicando para si o espaço da cidade.

Este é o mote que conduz a presente pesquisa – a cidade em disputa, que opõe os agentes urbanos que nela atuam conforme seus interesses. Para tais conflitos, esta pesquisa também se apoiará na inventariação dos repertórios de ação coletiva como estratégias eleitas por estes movimentos para o confronto político (TARROW, 2009). Tais repertórios de ação coletiva são essencialmente instrumentos políticos e operam na possibilidade de reconquista das perdas territoriais (HAESBAERT, 2011) que determinados grupos sociais organizados manifestam como *queixas* quanto ao seu território, o que também poderá não somente contribuir para a restauração de tais perdas, mas também provocar mudanças mais profundas no espaço público em disputa, na perspectiva da *exigência* do direito à cidade, como ressalta David Harvey (2013) ao interpretar o pensamento lefebvriano¹.

Quanto à escala espacial aqui observada, também é importante ressaltar que dialoga com a ideia de que “as cidades são o ponto de interseção entre verticalidades e horizontalidades” (SANTOS, 2014a, p. 286). Por tal conceito, horizontalidades dialogam com a tradicional definição da geografia regional, onde estas seriam pontos contínuos e contíguos no espaço, que se juntam sem descontinuidade. Já as

¹ Segundo David Harvey (2013), ao apresentar o *direito à cidade* como uma reivindicação, este se inicia a partir de uma queixa e de uma exigência: “A queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e a eterna busca de uma novidade incognoscível” (HARVEY, 2013, p. 11).

verticalidades derivam das transformações produtivas aceleradas pela globalização. Tais pontos seriam assim separados, descontínuos, mas se articulam permanentemente através de interligações que produzem um arranjo territorial (ibidem).

Ou seja, podemos dizer que verticalidades são os processos que atendem ao interesse de empresas e que interferem de maneira decisiva na formação dos diferentes espaços. No caso observado, em geral na reorganização do espaço intraurbano das cidades. Por sua vez, as horizontalidades seriam os processos que ocorrem no espaço cotidiano; as horizontalidades são expressas pelas ações locais que não se vinculam aos interesses da lógica vertical. Seria, portanto, a expressão livre da sociedade a partir de suas próprias demandas, que podem resultar em conflitos ou negociações que operam na transformação do espaço comum.

Assim, na definição de Milton Santos (2014a) – e que é assumida aqui como importante contribuição para melhor explorarmos a escala espacial urbana –, verticalidades e horizontalidades geram forças centrípetas e centrífugas que atravessam o território de forma contraditoriamente confluyente e contrastante.

Sobre a escala temporal, partimos do período que sucede a derrota da Frente Popular – FP nas eleições locais de 2004, após dezesseis anos da sua gestão, que chamava a atenção mundial para o que se tornou comum associar como “experiência de Porto Alegre de gestão democrática e popular”. A mudança do comando político local introduziu na cidade um modelo híbrido de gestão, notadamente a partir da introdução do modelo empresarial e gerencialista na gestão pública. Tal mudança também influenciou nas relações políticas e sociais de governança da cidade, onde os agentes urbanos passam a se organizar de outra forma na disputa da cidade, quando o privado passa a se sobrepor aos interesses públicos (BAIERLE, 2007).

Tendo como objetivo fundamental a análise das disputas territoriais empreendidas pelos movimentos socioterritoriais e as mudanças resultantes destas no espaço urbano do Centro Histórico de Porto Alegre – CHPA, este trabalho também é uma análise e mapeamento dos territórios urbanos disputados pelos movimentos socioterritoriais urbanos que atuam no CHPA a partir do Fórum da Reforma Urbana – FERU, identificando e correlacionando os atores e movimentos e seus repertórios de ação coletiva baseados na pauta da reivindicação do território urbano do CHPA, contribuindo, desse modo, para a inventariação das “possíveis ameaças”, como nos propõe Tarrow (2009), provocadas por tais movimentos sobre os interesses dos agentes urbanos que disputam o CHPA.

Ainda sobre a inventariação desses repertórios de ação coletiva é importante ressaltar que esta tarefa não é das mais fáceis quando se trata de analisarmos movimentos sociais urbanos vistos como marginalizados e, também, muitas vezes criminalizados. Por operarem dentro de uma enorme informalidade e precariedade estrutural e institucional, esses movimentos, via de regra, não conservam memórias e arquivos de suas ações coletivas e, quando recorremos à imprensa local para verificar o registro dessas ações, elas, quando constam, geralmente estão publicadas nas páginas policiais ou de cotidiano, nunca nas páginas de política ou com destaque positivo.

Essa situação acaba por nos conduzir para uma pesquisa com forte apoio nos relatos de ativistas de tais movimentos e, mesmo sendo um limitador para um maior mapeamento de suas ações no e pelo território, acreditamos que serve para fortalecer a necessidade da geografia também contribuir para a necessidade de tornarmos pública a situação vivida por tais movimentos e a importância da sua ação coletiva na reconfiguração do espaço urbano.

Mas quais mudanças emergem no espaço urbano do CHPA a partir das disputas empreendidas pelos movimentos socioterritoriais urbanos em confronto com os agentes urbanos públicos e privados? A partir da articulação entre os estudos da geografia dos movimentos sociais (FERNANDES, 2005) e a ação política de tais movimentos na disputa do espaço público da cidade, faz-se necessária uma análise das ações empreendidas pelos movimentos socioterritoriais urbanos numa cidade metropolitana do Sul do Brasil: Porto Alegre/RS, e de como esta disputa pode estabelecer mudanças no espaço urbano por meio do surgimento de novas territorialidades.

Para esse raciocínio, parte-se do princípio de que a ação política dos movimentos socioterritoriais no espaço público das cidades também é capaz de produzir mudanças no território de impacto para todos aqueles que se beneficiam do seu uso. Para tal, o marco teórico desta pesquisa se apoia no conceito de movimento socioterritorial proposto por Fernandes (2005), articulado com os estudos sobre o espaço urbano de Santos (2014a) e sobre território, proposto por Haesbaert (2011).

Também se pretende analisar as possíveis mudanças e permanências no espaço urbano do CHPA resultantes das disputas políticas empreendidas *no e pelo* espaço urbano, em especial aquelas dirigidas pelos movimentos socioterritoriais urbanos em conflito com os agentes privados (empresariais) e públicos (coercivos),

que podem produzir novas territorialidades e assim concretizar mudanças no espaço público da cidade.

Como hipóteses, este trabalho apresenta:

A) ao tornar o espaço urbano alvo de cobiça e disputa econômica, os agentes urbanos empresariais acabam por provocar um movimento antitético ao direito ao livre uso do espaço público. Tal ação pode ter como consequência diversas formas de conflito, que pode colocar, de um lado, estes agentes e seus aliados, que visam à configuração do espaço urbano como mercadoria e, de outro, os agentes e movimentos que se queixam da exclusão e das perdas territoriais. Com base nessa concepção, as cidades que adotam o modelo empresarial global podem se tornar território de disputas políticas antagônicas e assim gerar, em escala local, uma série de lutas e resistências, *utopias reativas*, que produzem identidades coletivas e que se configuram em amplos movimentos de mudança. Seria a cidade, dessa forma, um espaço de politização e de produção de alternativas ao modelo hegemônico (MILLER; NICHOLLS, 2013).

B) há no espaço urbano de Porto Alegre uma série de ações coletivas desenvolvidas por movimentos sociais que são essencialmente territoriais, pois colocam no centro das suas reivindicações o território urbano. Esses movimentos se articulam por meio de repertórios de ação coletiva (TARROW, 2009), apreendidos *no* e *pelo* território, que são capazes de determinar uma ameaça real aos interesses dos agentes empresariais e podem originar uma ação de (re)territorialização e mudanças no espaço público (HAESBAERT, 2011).

C) a ação política dos movimentos sociais urbanos envolve a disputa do território e delimita o seu poder por meio da produção de novas territorialidades. O espaço urbano é, portanto, rico em possibilidades e fundamental para a participação política e a conquista do direito à cidade. Assim, ao lançarmos as hipóteses aqui exploradas, temos como ponto de partida o espaço urbano, que, na definição de Correa (1989), seria a fragmentação e articulação reflexa da própria sociedade, que forma um conjunto de símbolos e campos de lutas na dimensão mais aparente que se materializa nas formas espaciais.

Nessa mesma perspectiva, Pedon (2013) também afirma que o espaço urbano é onde as vivências compartilhadas formam a “energia” capaz de mobilizar os atores que se voltam para os embates políticos onde estes, seus coletivos sociais e sujeitos que nele atuam se territorializam. O conceito de território aqui dialoga com aquele proposto por Haesbaert (2011), que o vê como materialidade (segurança,

sobrevivência, pertencimento e imaginação). Para essa concepção, a ação política desses sujeitos e seus coletivos é essencialmente territorial e de importância crescente no contexto das lutas pelo direito à cidade.

Assim, partimos de um problema geral, que é recorrente no fenômeno urbano global, e, ao buscarmos um recorte territorial de análise focado no CHPA, intentamos lançar luz sobre os movimentos que atuam na disputa do direito à cidade num momento em que essa metrópole brasileira passa por uma profunda transformação socioespacial. Após dezesseis anos de sucessivas gestões do Partido dos Trabalhadores – PT e seus aliados, chamados de Frente Popular – FP que tinham uma forte identificação com o modelo de gestão democrática e que se afirmavam avessos à orientação neoliberal na escala local, a última década viu a cidade passar para uma outra qualidade nas relações políticas e econômicas, notadamente a partir da introdução do modelo empresarial na sua gestão pública.

A derrota da FP viu a ascensão de um novo bloco político na cidade, de forte orientação empresarial e com o objetivo de desenvolver um projeto local de identidade com os seus interesses (BAIERLE, 2007, p. 82). Tal derrota eleitoral resultou no que Baierle (2007) chamou de um processo em que “a emancipação social é substituída pela integração subalterna às classes burguesas locais” (ibidem, p. 98). Essa mudança alterou não somente o contexto político local como também a relação da cidade com seu espaço urbano e o uso deste.

Para a substituição do modelo anterior, uma série de mudanças tem sido propostas pelos agentes empresariais nos marcos jurídico-institucionais, que inclusive buscam revisar e alterar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Assim, a gestão pública local tem sido pressionada a operar num novo eixo de desenvolvimento de orientação mercadológica, com a promoção e construção imobiliária privada, e assim a cidade acaba abrindo mão de ser indutora do desenvolvimento local para ser uma mera facilitadora das relações empresariais dentro do modelo de “cidade do pensamento único” e neoliberal (ARANTES et al., 2013).

No entanto, se em Porto Alegre as forças políticas locais com vínculo democrático e popular perderam força na via institucional, um novo movimento político emergiu das lutas contra o modelo empresarial e das mudanças observadas no espaço público. São atores sociais que se julgam excluídos e que reivindicam seu espaço no ambiente urbano. Direitos como moradia, educação, saúde, livre manifestação política e cultural, defesa patrimonial e a bandeira do direito à cidade

eclodiram, em resistência ao modelo empresarial. A cada nova intervenção pública ou privada no ambiente urbano, novos movimentos em sua oposição se articularam. Alguns destes atuam por um determinado período, e outros permanecem ora em resistência, ora em novas lutas urbanas. Esses movimentos chamam a atenção não somente pela forma e conteúdo, mas fundamentalmente por colocarem na sua centralidade a disputa pelo território.

Na geografia, a partir da vertente epistemológica marxista, o espaço é visto como uma categoria “a partir da qual se desenvolvem quadros explicativos cada vez mais próximos da realidade contraditória vivida por homens e mulheres” (PEDON, 2013, p. 14). É nesse sentido que explicar o espaço mediante a luta empreendida por movimentos sociais centrados na disputa do território pode nos ajudar a elucidar as mudanças desempenhadas no espaço urbano. É o que Lefebvre (1999a) nos ensinava ao afirmar que o conflito *no e pelo espaço* acaba por gerar novas territorialidades.

Para a construção do objeto empírico que esta pesquisa pretende analisar, partiremos de alguns princípios que serão revisados junto a autores da Geografia e das Ciências Sociais. O primeiro é o princípio da *cidade como espaço de politização* proposto por Miller & Nicholls (2013). Byron Miller é professor de Geografia Política Urbana na University of Calgary, e Walter Nicholls é professor de Sociologia e Antropologia na University of Amsterdam. Esses autores têm desenvolvido uma série de estudos sobre os movimentos sociais urbanos a partir de uma linha de pesquisa que enxerga o urbano como espaço de permanente disputa política e, assim, um potente produtor de identidades coletivas, lutas, resistências e utopias reativas. Para tal pensamento, a cidade seria uma incubadora de ideias revolucionárias e teria um papel crucial nos amplos movimentos de mudança.

O segundo princípio parte da ideia defendida por Bernardo Mançano Fernandes, geógrafo e professor da Universidade Estadual Paulista – UNESP de Presidente Prudente, de que há, nos movimentos sociais brasileiros, um conjunto de mobilizações essencialmente territoriais. Assim, é por meio das suas lutas, reivindicações e ação política coletiva que tais movimentos se territorializam. Fernandes (2005) chamou esses conceitos de *movimentos socioterritoriais* pela principalidade da disputa por território nas suas pautas e lutas. Esse pensamento não está em confronto com outras ideias de movimentos sociais – pelo contrário, seriam os mesmos sujeitos e coletivos que operam causas e reivindicações em diversos espaços sociais. Chama-se socioterritorial para justamente salientar as lutas

empreendidas *no e pelo* território. Para o autor, “os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência” (FERNANDES, 2005, p. 31).

O terceiro princípio busca dialogar com o *mito da desterritorialização* proposto pelo geógrafo Rogério Haesbaert da Costa, professor da Universidade Federal Fluminense – UFF. Nessa linha de pensamento, espaço e território são indissociáveis, e as possíveis *perdas territoriais* sempre geram suas reconstruções em novas bases espaciais e territoriais (HAESBAERT, 2004). Assim, serão abordados os conceitos de *território*, *desterritorialização* e *(re)territorialização* dos movimentos sociais urbanos que operam em disputas territoriais no espaço urbano em análise.

Por fim, nos apoiaremos no conceito de *repertórios de ação coletiva* proposto por Charles Tilly, sociólogo e historiador norte-americano, e por Sidney Tarrow, cientista político e sociólogo norte-americano, professor da Cornell University/EUA. Esses dois teóricos dedicaram uma boa parte dos seus estudos à análise da ação política de ativistas e movimentos sociais, que resultaram numa teoria dos conflitos políticos.

De acordo com essa teoria, os ativistas e movimentos produzem repertórios de ação coletiva resultantes das criações culturais apreendidas no seu ativismo e na sua ação política. Isso permite que seja produzido um inventário das formas e métodos empreendidos por ativistas e movimentos nas suas ações políticas, isto é, “[...] o confronto coletivo em geral, as ações dos movimentos sociais assumem a forma de repertórios: números limitados de desempenhos alternativos historicamente estabelecidos ligando reivindicadores a objetos de reivindicação” (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 24).

Pesquisar os repertórios de ação coletiva dos movimentos socioterritoriais que atuam na disputa do espaço urbano do CHPA nos possibilitará analisar quais novas territorialidades estão emergindo no espaço urbano que sejam capazes de se contrapor ao modelo empresarial e, assim, possibilitar não somente um movimento de resistência, mas também a produção de uma disputa pelo direito ao espaço público da cidade. Tal ação pode contribuir para não somente inventariar ações e repertórios políticos e coletivos, mas também traçar as mudanças no território em escala local.

Na literatura acadêmica há uma série de estudos em desenvolvimento sobre os impactos do modelo empresarial no ambiente urbano e sobre os movimentos que disputam tal território. O que se propõe aqui é compreender quais ações resultantes da interação entre os movimentos socioterritoriais urbanos de Porto Alegre e seus

opositores são capazes de tornar a cidade um “espaço de politização”, onde o urbano é considerado um meio para a realização de projetos e anseios políticos e os espaços públicos servem à realização do direito à cidade.

Essa concepção quer dialogar com o que é proposto por Miller e Nicholls (2013), quando estes afirmam ser o urbano o espaço para reivindicar e ocupar (numa ação contínua de processo e movimento *no e pelo* espaço), e isso acaba por resultar em novos poderes simbólicos, sociais e materiais e na produção de alternativas – na mudança do espaço. Mais do que reivindicar a cidade, tais autores defendem que os movimentos sociais urbanos, quando se apropriam do espaço para a politização deste, acabam por corrigir as injustiças que atravessam as cidades.

Quadro-síntese do Marco Teórico		
Conceito	Objeto	Autores Abordados
Cidade como espaço de politização	Movimentos sociais urbanos e espaço urbano	Byron Miller e Walter Nicholls
Movimentos Socioterritoriais	Territorialidade dos movimentos sociais	Bernardo Mançano Fernandes
Perdas territoriais, território, desterritorialização e (re)territorialização	Conquistas e perdas territoriais de grupos e sujeitos	Rogério Haesbaert e Claude Raffestin
Repertórios de Ação Coletiva	Processos políticos e conflitos políticos	Charles Tilly e Sidney Tarrow

Tabela 1 – Quadro-síntese do Marco Teórico.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A presente pesquisa parte da análise das dinâmicas resultantes da ação coletiva dos movimentos socioterritoriais que acabaram por provocar mudanças de qualidade no espaço urbano do CHPA no período de 2005 a 2017. O método de pesquisa eleito para tal fim é o qualitativo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), justamente por este não se preocupar somente com a representatividade numérica e, assim, permitir um maior entendimento dos protestos, movimentos e ativistas que serão selecionados para a análise.

O ponto de partida passa pela delimitação espaço-temporal para a amostra de pesquisa. O espaço urbano em questão é delimitado pela Lei Municipal nº 10.364, de 22 de janeiro de 2008². Essa demarcação corresponde ao espaço absoluto, fixo e limitador do território em análise (HARVEY, 2012b). Como esta pesquisa se propõe a interpretar e relacionar a ação política de movimentos socioterritoriais que disputam um determinado território, é preciso compreender que essa é uma relação essencialmente social e se estrutura por uma comunicação linguística que produz múltiplas representações (materiais ou não) de territorialidades (como atributos, qualidades do território), como nos apresenta Raffestin (1993). O território também pode gerar o sentido de pertencimento, de posse, de perdas ou deslocamentos para cada grupo social e seus sujeitos. Por conseguinte, em cada período histórico esses sujeitos ou grupos sociais fundaram suas próprias formas de vivenciar integralmente o espaço, ou seja, se (re)territorializam (HAESBAERT, 2004).

Dialogando com essa concepção, não nos cabe delimitar apenas o espaço absoluto demarcado pela força de marcos legais e institucionais, mas também com aquilo que nos propôs David Harvey (2012b), de que o espaço também é relativo quando passa a ser compreendido como uma relação social entre aqueles que o ocupam e o atravessam. No caso aqui em análise, a título de determinação do espaço da pesquisa, também poderá ser observado o mesmo interesse de grupos políticos e

² A Lei Municipal nº 10.364/2008 denomina Centro Histórico de Porto Alegre/RS a zona compreendida entre os seguintes limites e confrontações: da Avenida Loureiro da Silva com a Avenida João Goulart seguindo, por esta, até seu encontro com a Avenida Mauá; da Avenida Mauá até sua convergência com a Avenida Presidente Castelo Branco; da Avenida Presidente Castelo Branco até seu encontro com o Largo Vespasiano Júlio Veppo; do Largo Vespasiano Júlio Veppo até seu encontro com o Complexo Viário Conceição (incluem-se túnel, elevadas, acessos e a Rua da Conceição) e dali até a Rua Sarmiento Leite; da Rua Sarmiento Leite até a Rua Engº Luiz Englert; da Rua Engº Luiz Englert até seu encontro com a Avenida Loureiro da Silva; e desta até a Avenida João Goulart, fechando o polígono.

movimentos socioterritoriais nos bairros adjacentes ao Centro Histórico, justamente por observarmos atravessamentos e entrelaçamentos *no e pelo* território.

Também nos apoiaremos nas categorias de *horizontalidades* e *verticalidades* propostas por Milton Santos (2014a), nas quais “forças centrípetas e forças centrífugas atravessam o território” (ibidem, p. 286). O sentido da horizontalidade dialoga com a definição de que os pontos contínuos e contíguos no espaço se integram sem descontinuidade. Já a categoria das verticalidades é resultante das transformações produtivas advindas do processo de globalização que formam pontos separados, descontínuos e que se relacionam a partir de interligações. Segundo essa concepção, “de um modo geral, as cidades são o ponto de intersecção entre verticalidades e horizontalidades” (SANTOS, 2014a, p. 286). Esses dois conceitos nos permitem extrapolar a delimitação física/institucional do CHPA, pois apontam para o fato de que este está atravessado por sistemas de objetos e ações de outros lugares (bairros, comunidades, zonas de interesses, etc.).

É uma delimitação para além do espaço absoluto e físico, pois inclui as mudanças provocadas no espaço da cidade pela ação articulada e em constante movimentação dos grupos, agentes, movimentos e sujeitos que a ocupam. Desse modo, delimitaremos o espaço como Centro Expandido de Porto Alegre - CEPA e usaremos como referência o perímetro formado pelo Centro Histórico e os bairros Cidade Baixa, Praia de Belas, Farroupilha, Bom Fim e Independência, bem como todas as intersecções possíveis de territórios onde atuam os movimentos que disputam o espaço público da cidade.

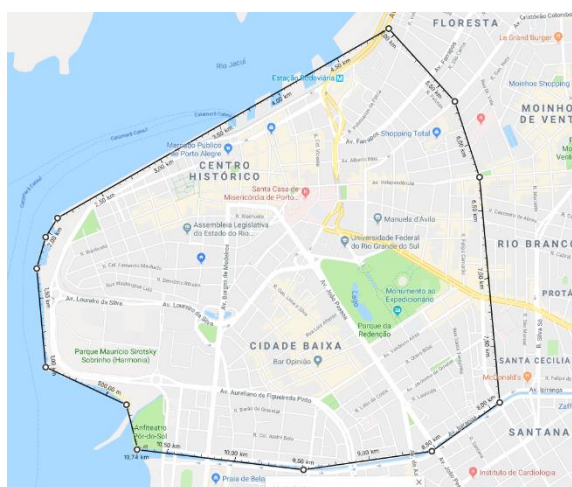


Figura 1 – Área delimitada como CEPA. Fonte: Google Maps.

Já a temporalidade observará os movimentos socioterritoriais que se constituíram ou são resultantes dos embates provocados pela mudança de comando político local após o ano de 2004, quando a cidade passou do modelo de gestão democrática e popular para o modelo de gestão empresarial, como classifica Baierle (2007). Essa classificação temporal não é somente para delimitar um tempo, mas também para observar como as ferramentas de participação política se alteraram em períodos de prevalência de regimes políticos de identidade democrática e popular ou do seu antônimo, o modelo de gestão política empresarial (ibidem).

Esta pesquisa analisará, portanto, os movimentos socioterritoriais que têm atuado no CEPA no período de 2005 a 2017. O método de análise parte do mapeamento da ocorrência de eventos e protestos dentro do recorte espaço-temporal com o intuito de analisar as dinâmicas da ação coletiva, estabelecendo comparações entre estas e evitando, assim, generalizações teóricas. O mapeamento produziu inicialmente um catálogo de eventos de ação coletiva que mapeiam as ações empreendidas pelos sujeitos, atores sociais e movimentos organizados através do Fórum Estadual da Reforma Urbana – FERU, que articula uma série de movimentos sociais e lideranças populares que lutam pelo direito à cidade.

A pesquisa documental para comprovar esses eventos foi realizada por meio de pesquisa na internet e em sites de relações sociais, e, de forma secundária, quando possível, nos jornais locais e nos materiais de agitação e propaganda dos próprios movimentos e eventos dentro do tempo delimitado. Diversos autores têm apontado o uso destes como fonte mais qualificada para tal intento (SILVA et al., 2015), e esta foi a primeira opção para o levantamento de dados e a identificação dos movimentos e de seus repertórios de ação coletiva dentro do recorte espaço-temporal.

A escolha das lideranças populares e dos movimentos que participam da pesquisa de campo é delimitada pela atuação destes no FERU e no espaço delimitado na pesquisa, ou seja, dos movimentos que disputam o espaço do CEPA. Essa escolha tem uma motivação de ordem de relevância, pois o FERU aglutina uma série de movimentos sociais urbanos que identificam o confronto como estratégia de ação e porque mantem sua periodicidade em torno de ações comuns e da atuação institucional em espaços como conselhos, congressos e fóruns de participação popular, como o Conselho das Cidades. A delimitação também obedece a expectativa de que tais movimentos não somente elejam nas suas pautas a disputa do espaço público como também possibilitem a identificação de diversos repertórios de ação coletiva que possibilitem ameaças reais ao poder hegemônico no território.

Foi aplicado aos militantes e dirigentes de tais movimentos um questionário semiestruturado, o que possibilitou explorar de forma mais ampla as questões relevantes para a pesquisa. Ao final, busca-se descrever, compreender e explicar as relações resultantes da ação política desses movimentos na produção de novas territorialidades e mudanças no espaço público em questão, dialogando com uma bibliografia pertinente.

Ainda sobre a metodologia para o campo da pesquisa, cabe destacar que a informalidade institucional dos movimentos socioterritoriais em questão, aliada às características de marginalidade e criminalização apontadas por parte da imprensa local, pelo discurso de governantes e de setores empresariais, também são um fator limitador para um mapeamento mais preciso tanto dos seus repertórios quanto dos registros históricos para tal. Neste caso, uma saída metodológica também buscou se apoiar nas entrevistas e na oralidade presente no discurso de lideranças e militantes dos movimentos de luta pela moradia que aqui narraram suas experiências e lutas na disputa do espaço urbano.

1 CIDADE COMO ESPAÇO DE POLITIZAÇÃO: TERRITÓRIOS EM DISPUTA E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Este é um trabalho que dialoga com o conceito de cidade como espaço de politização proposto por Miller e Nicholls (2013). Para tal, será preciso revisitarmos conceitos-chave da geografia que estabelecem conexões e convergências com o que propõem aqueles que enxergam as cidades como espaço de disputa, em especial a partir da emergência da chamada *sociedade urbana* (LEFEBVRE, 1999a). O ponto de partida será uma revisão bibliográfica, tendo como centro os conceitos de *espaço urbano*, em diálogo com os objetivos da análise dos chamados *movimentos sociais urbanos* (GOHN, 2010). Ao final deste capítulo buscar-se-á apresentar uma síntese de quem são os sujeitos, seus projetos e seus espaços de disputa *na* e *pela* cidade.

Desse modo, o ponto de partida será um conceito central para a geografia – o espaço geográfico. Ao abordar tal conceito, Ruy Moreira (2009) se apoia em Karl Marx para afirmar que, assim como o processo de trabalho³, o espaço geográfico é uma “historicização da natureza e naturização da história”, pois desde o surgimento da humanidade, a “história dos homens e história da natureza fundem-se e confundem-se num só e mesmo plano” (MOREIRA, 2009, p. 34).

Essas dimensões tornaram-se ainda mais complexas nas últimas décadas justamente pelo caminho acelerado que a sociedade capitalista tomou em busca de um desenvolvimento global. Pedon (2013) dialoga com essa concepção ao afirmar que:

Sob a égide do capitalismo, o espaço tornou-se mercadoria pela generalização do processo produtivo, que generaliza a propriedade privada e engloba espaços urbanos e rurais em diferentes articulações; manifestando práticas especulativas e monopolizadoras, permitindo a realização da propriedade privada da terra, ao longo do processo histórico pela generalização da ‘mercadoria-espaço’ (PEDON, 2013, p. 68).

Esse fenômeno resultou no que muitos autores têm chamado de *sociedade urbana* (LEFEBVRE, 1999a), *fenômeno urbano* (DAVIS, 2006) ou *urbanização planetária* (BRENNER, 2014). Para esses autores, a forma urbana atual é a mais complexa já desenvolvida pela humanidade e é o resultado da ação da transformação

³ Marx (2014) trata sobre o processo de trabalho no Capítulo 5 do Livro 1 d’O Capital – “O processo de trabalho e o processo de valorização” (MARX, 2014, p. 255). Para o fundador do marxismo, de um modo geral, o trabalho é caracterizado pela interação homem e natureza e que resulta na transformação desta em bens necessários à sobrevivência do próprio homem.

da natureza através do trabalho humano, sob os interesses do capital que se apropria do espaço, transformando-o em “mercadoria-espaço” (CARLOS, 2013a).

Ao problematizarmos a questão urbana, nos será exigido abarcarmos uma série de nuances, por justamente ser sobre o espaço urbano que se assentou a centralidade e a gestão do capital e da sociedade. Sob essa perspectiva, diversos estudos sobre a urbanização contemporânea têm sido taxativos em afirmar que o espaço urbano atual é marcado por uma forte segregação espacial, resultante da sua fragmentação, a partir de diferentes usos, formas, tamanhos e conteúdo que o modo de produção capitalista lhe atribuiu (VASCONCELOS et al., 2013).

Ana Fani Alessandri Carlos (2013a) vai mais além e apresenta tal fenômeno como a negação da cidade e da vida urbana, pois é sobre essa fragmentação que se organiza a sociedade de classes, onde, ao transformar o espaço em mercadoria (mercadoria-espaço), o capital acaba por privatizá-lo, criando assim diversos obstáculos para o seu livre uso. Dessa forma, a cidade, ao se fragmentar, torna-se profundamente desigual. Esse ponto de partida é fundamental para compreendermos o porquê de as cidades contemporâneas terem se transformado ao longo de dois séculos no espaço de produção e reprodução de relações sociais segregadoras, e, portanto, um espaço privilegiado de disputa e cobiça entre os donos do capital e aqueles que se julgam dela excluídos.

1.1 DA CIDADE DESIGUAL À SUA TRANSFORMAÇÃO COMO ESPAÇO DE POLITIZAÇÃO E O “DIREITO À CIDADE COMO HORIZONTE UTÓPICO”

A cidade na condição de espaço de disputa não é um fenômeno contemporâneo. Na obra “A Cidade do Capital”, Lefebvre (1999a) já apontava os novos centros urbanos resultantes da industrialização capitalista nos séculos XIX e XX como os espaços onde o capital se apropria do solo e da renda fundiária para a formação, a realização e a distribuição da mais-valia. Por ser contraditória e fruto de uma apropriação, necessariamente essa ação acaba por resultar em conflitos de ordem econômica, política e social, pois não há como esse movimento sobre o espaço urbano não resultar na exclusão de uma imensa massa de trabalhadores.

Outro marco para esta análise parte das obras que abordam a realidade dos trabalhadores na nascente sociedade industrial do século XIX, escritas por Friedrich Engels – A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra (ENGELS, 2010) e Sobre a Questão da Moradia (ENGELS, 2015). Nelas, o autor fundador do marxismo articula

uma profunda análise das relações sociais advindas da formação das cidades urbanas e industriais com a denúncia do flagelo da massa de trabalhadores que migravam para os novos centros urbanos em busca de oportunidades.

Para Engels (2010), as cidades da nascente sociedade industrial apresentavam uma riqueza e uma pobreza justapostas, onde a *atomização* do espaço urbano era levada ao extremo. Nelas, emergiam uma *multidão solitária*, totalmente à margem de direitos. “É aí que a concentração de bens atinge seu grau mais elevado, que os costumes e as condições de vida do bom e velho tempo são mais radicalmente destruídos” (ENGELS, 2010, p. 58).

As *cidades do capital*, parafraseando Lefebvre (1999a), desde a sua origem, tornaram-se território de intensa disputa e cobiça, capaz de produzir e reproduzir desigualdades em múltiplas escalas. A riqueza que nelas circulava, fruto do processo produtivo, dos avanços tecnológicos e que geravam novos bens de consumo, era usufruída por uma única classe social. É a partir da exclusão social que a classe trabalhadora acaba por se constituir na “[...] base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social” (ENGELS, 2010, p. 41).

Assim, ao ignorarmos a determinação dos conflitos sociais pelos interesses de classe, não será possível compreendermos as contradições resultantes da oposição entre proletariado e burguesia no espaço geográfico. É por isso que a contribuição do marxismo se torna fundamental para examinarmos o quanto esses conflitos acabaram assumindo uma dimensão urbana.

Feita essa digressão, aqui retomamos o conceito de segregação espacial como um capítulo atual do fenômeno urbano contemporâneo por justamente este ter suas raízes e origens na gênese do capitalismo do século XIX. O que Mike Davis (2006) tem insistido em convencionar como *favelização e empobrecimento das cidades em vários países* nada mais é do que a continuidade do processo histórico iniciado com o advento do capitalismo.

A favelização e a precarização do espaço urbano das classes mais pobres seriam então a nova segregação espacial, que se tornou a tendência dominante nos países do chamado terceiro mundo. Davis (2006, p. 31) chama a atenção para o fato de que até mesmo os organismos oficiais internacionais têm manifestado um

consequente empobrecimento urbano, fruto da aplicação das políticas neoliberais em escala global⁴.

É nesse sentido que, em escala global, uma série de movimentos antissistêmicos, que contestam a chamada hegemonia neoliberal, trazem para o interior do espaço urbano um debate mais profundo sobre questões como causalidade, possibilidades e estratégias para as lutas de resistência, por direitos e justiça social. Para esses movimentos, as cidades se constituíram em *plataformas de ação* que vão muito além dos problemas intraurbanos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Se as cidades são historicamente atravessadas por essas contradições, então serão nelas que se formarão *espaços para a contestação das relações de poder hegemônicas*.

Desde as décadas finais do século XX, quando o neoliberalismo se tornou “o caminho único”⁵, diversas reações a este se voltaram para a disputa urbana, onde os movimentos sociais passaram a ocupar o espaço das cidades para reivindicar direitos e justiça social, a partir de ações coletivas construídas e mobilizadas por meio de articulações locais e globais de combate e de solidariedade, tornando assim o urbano num lugar privilegiado de exercício da cidadania e de politização (MILLER; NICHOLLS, 2013). Portanto, é a partir da fragmentação e das desigualdades que marcam as cidades contemporâneas que emergem as lutas contra o processo de reprodução do capital, “que faz com que as batalhas [*no e pelo* espaço urbano] se resolvam pelo jogo político das forças sociais” (CARLOS, 2015, 34).

Miller e Nicholls (2013) têm empenhado um esforço teórico para tratar o urbano como “espaço de politização” e citam a Primavera Árabe como um exemplo de movimento que ocupou diversas cidades do Norte da África em dezembro de 2010, tendo como objetivo central a luta contra os regimes autoritários e o combate à fome na região. Outro exemplo nesse mesmo contexto são os movimentos *Occupy*, que se colocaram contra a globalização capitalista de *Wall Street* em setembro de 2011, além de uma série de outros exemplos de movimentos que tomaram recentemente à cena mundial por meio das grandes cidades.

⁴ Por anos a Unicef traçou duras críticas ao FMI, dizendo que “[...] centenas de milhares de crianças do mundo em desenvolvimento deram a vida para pagar a dívida de seus países”. *The State of the World's Children 2015: Reimagine the Future: Innovation for Every Child* (UNICEF, 2014, p. 2).

⁵ Emir Sader e Pablo Gentili (2007) organizaram um balanço crítico da via neoliberal que se organizou como modelo hegemônico em escala global após as sucessivas crises econômicas das últimas décadas. Para tal crítica, somente será possível a superação do neoliberalismo como “caminho único” se aqueles que a ele se contrapõem oferecerem alternativas de resistência para substituí-lo nos diversos espaços de disputa política.

O conceito de cidade como “espaço de politização” parte da constatação de que o espaço urbano passou a configurar-se como produtor não somente de identidades coletivas, de lutas, resistências e de “utopias reativas”, mas também se tornou uma “incubadora de ideias revolucionárias”, que têm um papel crucial nos amplos movimentos de mudança (MILLER; NICHOLLS 2013, p. 453).

Os diversos exemplos que poderiam ser aqui citados, ou mesmo numa simples busca a partir dos noticiários de jornais locais, poderiam reforçar a ideia de que a exclusão social no espaço urbano é parte constitutiva do modo de produção capitalista. Sob essa orientação, o ambiente urbano tem se transformado, cada vez mais, no lugar de conflitos em múltiplas escalas. Ao disputar o espaço urbano, os indivíduos se organizam e estabelecem assim um ambiente de lutas urbanas, o que Lefebvre (2008) chamava de luta pelo “direito à cidade” como um contraponto à fragmentação e à desigualdade resultante de transgressões *cotidianas*. Para Carlos (2013a), tais transgressões possibilitam irmos além da denúncia das desigualdades, pois produzem um *horizonte utópico*, que seria chamado *direito à cidade*.

No livro “Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”, David Harvey (2013, p. 28) busca fazer uma síntese do pensamento lefebvriano e afirma que tal direito [*à cidade*] não se realiza somente nos direitos individuais ou grupais a bens materiais, mas fundamentalmente na politização da produção social do espaço, na luta pelo direito de criação e plena fruição do espaço (social). Ele vai mais além e nos afirma que, sob essa óptica, o espaço urbano se configura num infinito ambiente de produção de alternativas às desigualdades, onde não será preciso “esperar a grande revolução para que esses espaços venham se concretizar” (HARVEY, 2013, p. 22).

Sob essa perspectiva, Harvey (2013) vai mais além e apresenta o conceito de *utopia experimental* de Lefebvre (1999a). Para o autor francês, o direito à cidade parte dos desejos de mudanças, onde as *queixas*, o sentimento de exclusão, se reconfiguram em *exigências*, daquilo que se reivindica para si enquanto *direito*. Essa luta pelo *direito à cidade* converte o espaço urbano em uma *incubadora de ideias, de ideais e de movimentos revolucionários* (HARVEY, 2013, p. 21).

Assim, o *horizonte utópico* nada mais é do que um exercício da forma como os movimentos sociais urbanos desejam para si a cidade, como esta deveria ser. Lefebvre (1999a) chamava isso de experimentação das utopias. Paul Singer (1999) assim traduziu tal conceito:

A utopia experimental é a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade daquilo que poderia ser outro mundo. Nesse sentido é

que essa expressão é também ambígua e contraditória: utopia é uma coisa que não existe; experimental é como se fosse aquela coisa de ter o gostinho de como o mundo poderia ser diferente. E esta coisa de ter o gostinho de como o mundo poderia ser diferente é muito importante porque é um elemento fundamental de combate a desesperança (SINGER, 1999, p. 74).

Esses sentimentos, ora abstratos e subjetivos, ou até mesmo identificados com demandas concretas e objetivas, acabam se traduzindo em vontades coletivas, em ações e movimentos que disputam politicamente o espaço urbano. Não ter uma escola pública para os seus filhos ou filhas na proximidade de sua residência seria uma queixa. Reivindicar o direito pleno à educação seria um *desejo* e, sob a perspectiva do *direito à cidade*, torna-se uma *exigência*, uma luta. Garantir que essa escola seja de qualidade através da pressão pública e da participação democrática, e assim transformá-la, seria a *experimentação da utopia*.

Essa seria a essência do *direito à cidade* em oposição à *cidade do capital*⁶. Portanto, sob essa concepção, a cidade passa a ser um espaço privilegiado de disputas, de embates e de lutas de classe em que atuam os movimentos que disputam o espaço urbano e assim produzem suas próprias territorialidades⁷.

1.2 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E SOCIOESPACIAIS: SUJEITOS, PROJETOS E ESPAÇOS DE LUTAS NO TERRITÓRIO URBANO

Após apresentarmos a “cidade com espaço de politização”, de disputa e ação coletiva, onde o “direito à cidade como horizonte utópico” passa a ser um instrumento fundamental adotado pelos movimentos sociais urbanos que reivindicam para si tal direito, agora nos cabe observar quem são os sujeitos do “direito à cidade”, quais são seus projetos políticos e quais são os espaços de luta onde eles atuam no território urbano.

⁶ O Instituto Polis realizou em 2015 uma série de debates para abordar a produção capitalista do espaço. O curso “A cidade do capital e o direito à cidade” debateu temas como: a produção capitalista no espaço urbano; as lutas pelo direito à cidade; as lutas pelo direito à moradia; a mercantilização dos serviços públicos; meio ambiente urbano: o desafio da sustentabilidade; o Fórum Nacional de Reforma Urbana e a luta pelo direito à cidade; a segregação urbana e a gentrificação das cidades; a luta dos catadores e a formação de políticas públicas; mobilidade urbana; e o movimento de saúde e as políticas públicas. Tais debates podem ser acessados através da página do Observatório das Metrôpoles: <<http://polis.org.br/noticias/curso-a-cidade-do-capital-e-o-direito-a-cidade-tera-transmissao-online/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2017.

⁷ Diversos estudos têm buscado sistematizar quem são os grupos, atores e agentes que atuam no espaço urbano, dentre eles Pedro de Almeida Vasconcelos (2011) e Roberto Lobato Corrêa (1989). O conceito busca mapear quem são os operadores ativos na transformação urbana, como atuam e as suas intencionalidades na disputa da cidade.

Para esse exercício será fundamental partirmos da crítica à dualidade presente em diversos estudos geográficos que separam a análise das estruturas socioespaciais dos atores sociais que atuam *no* e *pelo* espaço geográfico. Para tal, nos apoiaremos no conceito de movimentos socioterritoriais e socioespaciais.

O termo movimentos socioterritoriais e socioespaciais é resultante dos estudos que visam dar ao conceito de movimentos sociais um status de categoria geográfica. Autores como Bernardo Mançano Fernandes (2000), dentre outros, têm defendido que a geografia não pode somente se apoiar nas categorias de outras ciências para discutir os movimentos sociais. Ao tratá-los como uma categoria geográfica, a geografia estaria “iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam” (ibidem, p. 60).

É por isso que, ao longo das últimas décadas, há um esforço de imprimir ao tema um estatuto de categoria geográfica a partir da conceituação de movimentos socioespaciais e de movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 1999; MARTIN, 1997). Para tais autores, seriam estes os movimentos que apresentam “o espaço e o território como trunfo” (MARTIN, 1997, p. 26). Essa análise envolve diversas dimensões do espaço – políticas, econômicas e sociais, etc. e, sob elas, os “movimentos sociais que têm o espaço e o território como trunfos, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial” (FERNANDES, 2000, p. 61). Ainda segundo Fernandes (2000), o termo socioterritorial foi cunhado por Maria Encarnação Beltrão Spósito e tem como foco a dimensão territorial. No entanto, quando esse não é o objetivo [o território como objeto], “mas [estes] lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais” (ibidem).

Portanto, essa visão defende que há nos movimentos sociais um conjunto de mobilizações, ações e objetivos que são essencialmente territoriais e que são fundamentais para a compreensão dos fenômenos sociais. Para tomarmos os movimentos socioterritoriais como atores, sujeitos e agentes de tal disputa, o caminho investigativo passa agora por abordarmos quais são seus projetos e espaços de lutas *no* e *pelo* território urbano. Essa é uma necessidade para a superação do dualismo presente nos estudos que separam a análise socioespacial dos atores sociais que disputam seus territórios, pois é no espaço urbano o *locus* das desigualdades e o

ambiente onde emergem as forças mobilizadoras que disputam *no e pelo* espaço as suas territorialidades (apropriação do território).

Para tal, o caminho investigativo necessariamente precisa adotar um enfoque “multi e transescalar” do espaço geográfico que nos é propiciado pelo materialismo histórico e dialético, método este que Lefebvre levou a cabo em seus estudos sobre a urbanização, particularmente a partir da sua tese de doutoramento “Vale de Campan: estudo de sociologia rural” (LEFEBVRE, 2011). Mesmo que a tese de doutoramento de Lefebvre não tenha se dedicado aos estudos da problemática urbana, será nela que encontraremos o ponto de partida para o seu método de análise, que ele chamou de método regressivo-progressivo. Assim, o primeiro passo será superar o dualismo excludente entre tempo e espaço, natureza e sociedade e todas as dualidades resultantes destas. Essa superação necessariamente parte da abordagem “parte-todo”, oriunda do materialismo dialético, em que a totalidade está contida nas partes e uma mudança de qualidade nestas pode influenciar na mudança do todo.

Por fim, Lefebvre (2011) nos propõe pensarmos a partir do princípio da recursividade, em que é preciso observarmos que o espaço (social) é produtor e produto da sociedade, portanto, uma mudança no espaço pode influenciar nas mudanças mais profundas no que tange às relações sociais. O mesmo pode ser afirmado ao contrário, onde uma mudança na sociedade provoca alterações de qualidade no espaço (social)⁸.

Através do método regressivo-progressivo será possível analisarmos as particularidades presentes no cotidiano das relações sociais desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais nos espaços urbanos, a partir da recomposição do seu passado, e, ao fim, indicarmos as possibilidades de futuro. Ou seja, tal método parte do tempo presente, regressa ao seu passado para recompor as suas relações temporais e espaciais e assim retorna ao tempo presente, possibilitando, ao fim, criarmos hipóteses sobre o seu futuro.

Esse será o exercício permanente, por meio do qual tentaremos recompor o presente espaço de disputa entre sujeitos *pelo* e *no* espaço geográfico. Como já explicitamos antes, é a partir da urbanização que grupos, atores e agentes identificam as possibilidades para construir seus *campos de ação*, por meio de múltiplas dimensões – local de ação, objetivos e intencionalidades, por tipo de iniciativa, quanto

⁸ Tal análise é semelhante a apresentada por Ruy Moreira (2009), explicitada no início deste capítulo.

à capacidade de efetivação da ação, por propósitos, por competência, dentre outros (VASCONCELOS, 2011).

Esse é, portanto, o método e o campo de ação, “o espaço de disputa e de politização” no qual propomos observar o embate resultante entre os que detêm a propriedade do espaço urbano *versus* aqueles que reivindicam uma nova configuração das cidades, o que diversos estudos na área da geografia urbana, em especial aqueles empreendidos pelo Observatório das Metrôpoles, têm chamado de *o direito à cidade versus a cidade do capital* e que nesta pesquisa ganha também a óptica dos movimentos socioterritoriais.

O próximo passo será a análise dos sujeitos que reivindicam o espaço urbano. Manuel Castells (1983) categoriza os movimentos sociais urbanos como aqueles que colocam em questão a ordem estabelecida a partir dos conflitos sociais relacionados ao modo de vida urbano. Estes estudos têm chamado a atenção de geógrafos em todo o mundo pelo viés político, social e cultural dos movimentos sociais que atuam no espaço urbano. Mas as leituras territoriais da ação dos movimentos sociais ainda não foram devidamente exploradas pela própria geografia por justamente não ser até então os movimentos sociais um conceito geográfico (FERNANDES, 2000).

Foi somente a partir dos estudos do território, como conceito geográfico dotado de uma tridimensionalidade social-espacial-temporal, que o espaço urbano também passou a ser visto como o lugar de construção de territorialidades, onde sujeitos produzem seu senso de identidade espacial (RAFFESTIN, 1993). Assim, quando a geografia passa a compreender que o território também gera o sentido de pertencimento e de posse é que a análise territorial dos fenômenos sociais passa a ter um estatuto próprio.

Portanto, para esta concepção, serão os movimentos socioterritoriais aqueles que colocam na ordem do dia a disputa pelo território e que tem o espaço geográfico como dimensão das suas lutas e reivindicações.

1.2.1 Os sujeitos, agentes e atores dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais

Jean Lojkin (1997) e Manuel Castells (1983) foram uns dos pioneiros na formulação do conceito de movimentos sociais urbanos sob a influência do marxismo. Por essa vertente de pensamento, a centralidade econômica e produtiva do

capitalismo produz uma série de manifestações de diversas ordens que resultam na pobreza, desemprego, discriminações e conflitos por espaço e territórios.

Para Castells (1983), os movimentos sociais urbanos serão aqueles que atuam num quadro mais amplo de lutas políticas, dentro dos conflitos gerados pela incapacidade do capitalismo em garantir “a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivos necessários para a reprodução da força de trabalho” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 325). Já Lojkine (1997) afirma que não é possível observarmos de forma homogênea tal fenômeno, pois os movimentos sociais urbanos exprimem a divisão social e espacial das atividades monopolistas nos grandes centros urbanos (PEDON, 2013, p. 85).

Portanto, seria preciso irmos além da análise de que os movimentos sociais urbanos seriam aqueles que lutam por seus direitos e contra as exclusões resultantes da contradição capital e trabalho. Estes não seriam uma massa homogênea disputando o interior do espaço urbano apenas resultante da produção, mas também das relações de reprodução capitalista. Ou seja, os movimentos sociais urbanos são a expressão das diversas lutas de classe empreendidas a partir da relação social resultante de modos de vida. Assim, a visão de Lojkine (1997) dialoga com Kowarick (2000) quando este afirma que as relações sociais capitalistas estão *imbricadas* no espaço urbano.

Para tal afirmação não há somente um movimento social urbano e nem uma única questão urbana, mas sim vários movimentos sociais urbanos e várias lutas de classe que atuam no ambiente das cidades. Milton Santos (2000) falava que identificar corretamente os sujeitos é uma condição fundamental para a análise de qual será o espaço dos sujeitos na urbanidade:

[...] os cidadãos se atordoam em sua luta, frequentemente errando de alvo e, desse modo, despendem energias que, em outras condições, teriam resultados mais eficazes. Falta o discurso coerente da cidade, pois o discurso incoerente, fragmentado e analiticamente indigente, já existe. Os próprios intelectuais ainda buscam as variáveis adequadas para escrever essa pedagogia do urbano que codifique e difunda, em termos didáticos e de maneira simples, o emaranhado de situações e relações com que o mundo da cidade transforma o homem urbano em instrumento de trabalho e não mais em sujeito [...] (SANTOS, 2000, p. 132).

A partir dessa constatação, será preciso colocarmos em diálogo o conceito de movimentos sociais urbanos com o de movimentos socioterritoriais para desvelarmos quem são os sujeitos, os agentes e os atores urbanos que disputam a cidade para si na perspectiva do direito à sua territorialidade.

Aqui nos propomos a apresentar um método de classificação que parte do diálogo teórico e conceitual e que será fundamental para os passos seguintes da pesquisa, onde buscar-se-á ir a campo para dialogar com os sujeitos que disputam o espaço urbano. Com esse intuito inicial, nos apoiaremos na classificação de movimentos sociais urbanos expressos por Maria da Glória Gohn (2010) em diálogo com o conceito de agentes e atores urbanos (VASCONCELOS, 2011), em especial na categoria dos habitantes, dos grupos, das associações, das cooperativas e dos movimentos sociais que disputam o espaço da cidade. Esse exercício é fundamental para os passos seguintes: identificar quais os seus projetos e quais os seus espaços de luta.

Para Gohn (2010), a questão urbana no Brasil é resultante das péssimas condições de vida e de direitos sociais nas cidades brasileiras, o que levou a uma retomada da ação política no espaço urbano nas últimas décadas (ibidem, p. 45). A autora aglutina seus estudos sobre os movimentos sociais urbanos a partir de frentes de luta, segundo suas pautas e reivindicações (inclusão social e condições de habitabilidade nas cidades). Assim, chegou a três subeixos temáticos de organização dos movimentos sociais urbanos:

- 1) Movimentos de luta pela moradia – estariam aglutinados em três frentes de luta: a) plano institucional, b) luta pelo direito à moradia e c) movimentos de associações de moradores;
- 2) Movimentos contra a violência urbana – organizados a partir das seguintes frentes de ação coletivas: a) movimentos contra a violência aos cidadãos/ãs, b) movimento contra a violência em áreas de periferias e favelas e c) ação de resistência aos ataques a civis nas ruas;
- 3) Movimentos sociais em áreas sociais (educação, saúde, transportes, etc.) – a) movimentos educacionais (formal, de professores, de estudantes e de movimentos sociais pela educação e não formal), b) movimentos ao redor da questão da saúde e c) movimentos na área dos transportes.

A estes ainda caberia incluir uma série de movimentos que a autora não identifica nos seus estudos, mas que podem ter o espaço e o território urbano com estratégia de luta ou de conquista: movimentos de resistência social, cultural e identitários (mulheres, negros e negras, LGBTs, artistas, população em situação de rua, trabalhadores formais e informais, micro e pequenos empresários, economia solidária, artesãos, usuárias de espaços e áreas públicas para esporte e lazer, dentre tantos outros).

Para identificarmos se estes movimentos atuam *pelo* ou *no* espaço propomos a identificação do campo de ação de tais movimentos. Para dar suporte a essa identificação, apoiamo-nos na sistematização dos campos de ação propostos por Furini (2014, p. 15) a partir dos conceitos de Vasconcelos (2011), que podem dar as dimensões de ação política dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais:

Agentes Urbanos e Campo de Ação

Campo de Ação	Definição
<i>Intraurbano ou interurbano</i>	<i>Quanto ao local a partir do qual age, a cidade, a rede urbana ou o sistema urbano, segundo a escala geográfica;</i>
<i>Individual ou social</i>	<i>Segundo o objetivo social e espacial que a ação do agente almeja, ou seja, quais as finalidades envolvidas;</i>
<i>Público ou privado</i>	<i>De acordo com o tipo de iniciativa político-administrativa e a capacidade financeira de que são dotados os empreendimentos;</i>
<i>Ativo ou potencial</i>	<i>Em relação à capacidade que os agentes possuem em tornar aplicável suas aspirações;</i>
<i>Intencional ou casual</i>	<i>De acordo com a presença ou não de propósitos na forma de programas, planejamentos e projetos nas tomadas de decisões;</i>
<i>Direto ou Indireto</i>	<i>Segundo a forma de participação nas atividades que estruturam ou reestruturam o espaço urbano;</i>
<i>Subjetivo e Objetivo</i>	<i>Quando se considera a gênese representacional a partir da qual as ações são formuladas enquanto saberes ou quando tomam a forma de práticas, a partir dos saberes gerados;</i>
<i>Regulamentado ou desregulamentado</i>	<i>De acordo com a competência legal da ação e a área de atuação, em que o perfil dos agentes pode ser traçado conforme a legislação em vigor e os quadros profissionais envolvidos.</i>

Tabela 2 – Agentes Urbanos e Campo de Ação.
Fonte: Furini (2014, p. 15).

Para a concepção de movimento socioterritorial, a ação política desses é que modifica a realidade, pois esta age “aumentando o fluxo das relações sociais” (PEDON, 2013, p. 62). Para tal, algumas questões são pertinentes para a classificação desses movimentos como socioterritorial: a questão de escala geográfica, em especial ao território intraurbano, delimitada sobre qual espaço tal movimento age; também há a dimensão da finalidade do movimento e se esta envolve a conquista do espaço ou se ela gera territorialidades.

Para chegarmos a essa delimitação será fundamental perceber quais as ações o movimento empenha para gerar sentidos de pertença e de posse sobre o espaço e sobre territórios. Outras dimensões também são auxiliares, em especial as que atuam sobre a casualidade e a intencionalidade de determinado movimento. Acredita-se, assim, que, a partir desses instrumentos, é possível estabelecermos os sujeitos, os agentes e os atores dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais e assim cumprirmos o seguinte passo: identificarmos quais são os seus projetos na disputa *no* e *pelo* espaço urbano.

1.2.2 Movimentos socioterritoriais: questões de projeto político, alvos de ação, dimensões e objetivos perseguidos

Entendida qual a conformação e a composição dos movimentos socioterritoriais que disputam o espaço urbano então podemos desdobrar para a identificação dos projetos políticos que estes almejam ou representam. Para tal, passam a ser analisadas as formas de intervenção, suas lutas sociais, confluentes com as lutas de classes empreendidas *no* e *pelo* espaço geográfico.

Oriundo do vocabulário marxista, o termo lutas de classes apresenta um sentido de oposição entre diferentes classes sociais. Para tal, será importante superar a simplificação que entende as lutas de classes como conflitos resultantes dos embates entre classes, pois elas envolvem dimensões econômicas e políticas da sociedade como um todo (BATTOMORE, 2012, p. 329). Domenico Lossurdo (2015), ao abordar as diferentes formas das lutas de classes, afirma que estas não seriam somente aquelas resultantes dos conflitos entre *classes proprietárias e trabalho dependente*, como comumente os críticos do marxismo, em especial as teorias pós-críticas e pós-estruturalistas, tendem a afirmar. Pelo contrário, elas se desdobram em múltiplas escalas – desde a exploração de uma Nação por outra ou até mesmo nas relações sexistas e identitárias, como a exploração de homens sobre mulheres, de brancos sobre negros, assim por diante.

Para delimitarmos quais são os movimentos que atuam *no* e *pelo* espaço das cidades e quais são as suas *queixas* e as suas *exigências*, nos apoiaremos nas categorias expressas pelos autores marxistas que apostam nas lutas de classes como grande utilidade na identificação dos projetos em disputa e como estes modificam o espaço ao longo dos embates empreendidos no território urbano.

Castells (1983) afirmava que o alvo de demandas e pressões dos movimentos sociais urbanos seria o Estado, por ser o instrumento político e jurídico que garante as desigualdades sociais. Associados a esse alvo, também podemos recolocar os agentes urbanos que legitimam o Estado e que apoiam as ações coercitivas que geram a exclusão em múltiplas escalas. Para tal, retomamos a classificação segundo Vasconcelos (2011) de agentes urbanos: um primeiro nível seria o capital imobiliário e o capital financeiro; num segundo nível os agentes compostos por movimentos, coletividades e entidades empresariais, patronais e instituições públicas ou privadas; por fim estão as empresas ligadas ao setor imobiliário (promotores, construtores, incorporadores e financiadores) e os técnicos ligados ao planejamento urbano, que auxiliam as tomadas de decisões.

Observa-se que a dimensão da ação será sempre econômica e política, tendo uma ação ora classista, ora atravessada por identidades sociais diversas (gênero, raça, sexo, etc.). Essas identidades particulares são expressas pelo programa de cada movimento social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 338). Mais do que a luta pela expropriação dos meios de produção, tais movimentos também adotam a luta por acesso ao consumo e a bens e serviços. Desse modo, a luta passa a reivindicar também objetivos reformistas, serviços e infraestruturas, a defesa de direitos humanos e difusos, de políticas sociais. Mesmo assim, muitos movimentos ainda permanecem centrados na transformação da ordem, com seus programas de forte caráter revolucionário e de profunda transformação social (ibidem, p. 339).

Aqui nos propomos a aproximar as lutas de classes empreendidas pelos movimentos socioterritoriais que atuam no espaço urbano, visando novas territorialidades e/ou espacialidades na aproximação dos objetivos tanto de superação da ordem capitalista quanto do viés reformista, pois julga-se que ambos operam, dentro dos seus limites, na transformação do espaço. Este será também um método que se julga capaz de identificar os objetivos perseguidos e os projetos políticos dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais que são objeto de análise da presente pesquisa.

Em seus estudos sobre Estado, classe e movimentos sociais, Montañó e Duriguetto (2011, p. 341) assim sistematizaram as características dos movimentos sociais:

Caracterização dos Movimentos Sociais

Características	MOVIMENTO SINDICAL	NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS (NMS)		“TERCEIRO SETOR”
	<i>Autores marxistas</i>	<i>Autores marxistas</i>	<i>Autores acianolistas</i>	<i>Autores pós-modernos</i>
1. Conformação e composição	<i>Classe social</i>	Desdobramento da “questão social” Contr. Capital-trabalho	<i>Identicidades particulares</i> <i>Transclassistas</i> Não classistas	<i>Interclasses em parceria</i> (com o Estado e empresas)
2. Esfera de atuação principal	<i>Esfera da produção</i>	<i>Desdobramentos no mercado (oriundos da esfera produtiva)</i>	Desigualdades na esfera do mercado	<i>Esfera da Sociedade Civil</i>
3. Formas de intervenção	<i>Lutas de classes</i> Contradição capital-trabalho	<i>Lutas sociais, confluentes com lutas de classes</i>	<i>Lutas sociais, alternativas das lutas de classes</i>	<i>Ações sociais, entre parceiros</i>
4. Alvo de ação	Inimigo: <i>burguesia</i> Causa: <i>exploração</i>	Alvo de demandas e pressões: <i>Estado</i> Causa: <i>desigualdade</i>	Alvo de demandas e pressões: <i>a sociedade civil ao Estado</i> Causa: <i>carências</i>	Capitalista e Estado são <i>parceiros</i>
5. Dimensões da Ação	<i>Econômico-política</i>	<i>Econômico-política</i>	<i>Politicismo</i> <i>Deseconomização</i>	<i>Parceira</i> <i>Deseconomização</i> <i>Despolitização</i>
6. Objetivos perseguidos	<i>Reformista-sindical:</i> limites na exploração <i>Revolucionário:</i> superação da ordem	<i>Reformista-mercantil:</i> acesso ao consumo de bens e serviços <i>Revolucionário:</i> superação da ordem	<i>Reformista-mercantil:</i> acesso ao consumo de bens e serviços Demandas por reconhecimento de identidades e/ou emancipação social	<i>Ação social compensatória e focalizada</i> <i>Filantropia, voluntariado, ajuda</i>

Tabela 3 - Características dos Movimentos Sociais.
Fonte: Montañó & Duriguetto (2011, p. 341).

1.2.3 Movimentos socioterritoriais e socioespaciais: espaços de lutas e disputas

Ao identificarmos quem são os sujeitos que disputam o espaço urbano e quais são os seus projetos, um último passo será delimitarmos quais são os seus espaços de lutas e disputas no interior das cidades. Esse é um passo fundamental, pois será a partir da reivindicação desses espaços que tais movimentos socioterritoriais e

socioespaciais podem contribuir para transformá-los através das disputas territoriais empreendidas *no e pelo* espaço urbano.

Para este exercício, nos apoiaremos em alguns conceitos expressos por Roberto Lobato Correa (2013), quando este se propõe a analisar a produção do espaço urbano a partir de duas linhas de análise: uma primeira, que enxerga o espaço como a ação resultante da intervenção de agentes sociais, e a segunda, que se refere à dimensão espacial onde ocorre a dimensão humana. Para o autor, tais dimensões são resultantes das escalas espacial e conceitual. Portanto, o primeiro passo é a delimitação da área urbana na qual ocorre a ação de um ou de diversos agentes sociais, tendo em vista sempre as ações estratégicas e as práticas empreendidas por tais movimentos no espaço urbano; o segundo já é um desafio de relacionar tal ação numa espacialidade multiescalar, correlacionando a ação e o movimento empreendido com lutas gerais e de ação global.

Esse exercício nos permite correlacionar os movimentos socioterritoriais que lutam pelos seus espaços e territórios com as lutas mais gerais, que implicam em mudanças mais gerais, como, por exemplo, os movimentos de luta pelo direito à moradia, de resistência cultural e popular, de direitos sociais como saúde, educação, etc., em especial quando estão relacionados à chamada *questão social*, que parte da contradição entre capital *versus* trabalho, ou seja, implica na contradição central do modo capitalista de produção.

Segundo Yamamoto e Carvalho (1983, p. 77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Ao dialogar com essas afirmações, Ana Fani Alessandri Carlos (2013) afirma que a produção do espaço por uma determinada sociedade necessariamente é resultante da própria existência humana e resultará em espaços marcadamente identificados com esta. Se a marca atual da organização social é o modo de produção capitalista, então a marca fundamental do espaço humano segue a mesma lógica, o que seria a transformação de toda a produção espacial em mercadoria. Essa seria a marca (signo) que orienta a organização e a produção do espaço urbano das grandes cidades.

Portanto, quando os movimentos socioterritoriais atuam *no e pelo* espaço urbano terão de enfrentar a mercantilização deste, um fenômeno empenhado por quem já o ocupa dentro da lógica mercadológica – os agentes do mercado imobiliário e seus aliados. Nesse sentido, os espaços serão sempre de disputa, fundamentalmente de ordem econômica, pois partem da lógica que funda o espaço sob a orientação do capitalismo – a propriedade privada; tal orientação se desdobra em novos sentidos quando o pensamos na perspectiva social (quem são os sujeitos que a disputam), política (quais são os instrumentos legais e dos costumes que orientam a apropriação do espaço) e cultural (no campo das ideias, dos valores e da moral que conservam a organização social do espaço).

Assim, os espaços de disputa partem fundamentalmente da exclusão resultante da apropriação privada do espaço urbano que, necessariamente, forja uma massa crítica frente a tal contradição. Ao se articularem entre si, para questionar, denunciar, reivindicar e até mesmo organizar práticas de resistência à apropriação privada, grupos fortes acabam por reunir recursos e construir narrativas capazes de identificar quais são as fontes de opressão (MILLER; NICHOLLS, 2013, p. 459).

No trabalho investigativo é preciso delimitarmos qual o lugar onde os movimentos socioterritoriais que disputam a cidade atuam. O conceito de lugar na geografia tem sido identificado por várias vertentes de pensamento e aqui nos apoiamos no defendido por Correa (1989), que o define como a porção do espaço geográfico que é atravessado por particularidades e singularidades identificadas com os agentes socioespaciais.

Ao escolhermos a região do Centro Histórico de Porto Alegre - CHPA, também fazemos uma opção por rememorar as mudanças que este espaço urbano sofreu ao longo dos anos, dentro da “evolução da totalidade social espacializada”, em especial na relação dialética que se passa entre estruturas, processos, funções e as formas que o espaço geográfico vivenciou ao longo do tempo (SANTOS, 1982). Portanto, aqui cabe uma breve organização e apresentação do espaço urbano no qual se realiza a presente pesquisa e que justifica as escolhas que fazemos na delimitação do universo e dos sujeitos da pesquisa (CHIZZOTTI, 2006).

1.2.4 O Centro Histórico de Porto Alegre – CHPA

O CHPA é delimitado pela Lei Municipal nº 10.364, de 22 de janeiro de 2008. Como consequência desta é possível demarcar o seu espaço absoluto dentro da

organização espacial municipal. Mas para este trabalho nos apoiaremos também no conceito de centro expandido de Porto Alegre por justamente compreendermos que o espaço, além de absoluto, também é relativo e relacional (HARVEY, 2012b); também abarcamos aqui a concepção proposta por Milton Santos (2014a), que afirma ser o território atravessado por forças que seguem nos sentidos horizontais e verticais, o que nos permite observar as relações sociais que ocupam e percorrem o espaço a partir de seus interesses e ações. Portanto, a rigidez estabelecida pelos mapas e organizações político-administrativas das cidades não são suficientes para darmos conta da análise da ação empreendida dentro da diversidade presente no território em disputa do CHPA.

Assim o delimitaremos para além do que corresponde a Lei Municipal de 2008, e, ao referir à sua expansão territorial, o chamaremos de Centro Expandido de Porto Alegre - CEPA, tendo como referência o perímetro formado pelos bairros Centro Histórico, Cidade Baixa, Praia de Belas, Farroupilha, Bom Fim, Independência e também todas as intersecções possíveis de territórios onde atuam os movimentos que disputam o espaço público da cidade⁹.

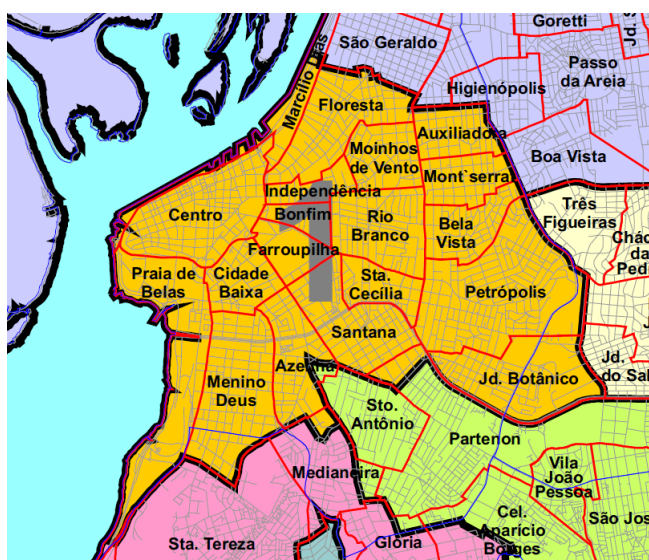


Figura 2 – Mapa de bairros com as Regiões de Gestão do Planejamento e Macrozonas.
Fonte: PMPA.

Dito isto, o próximo passo será a contextualização histórica do espaço objeto de análise durante o campo da pesquisa. A região central de Porto Alegre tem seguido ao longo do seu processo de desenvolvimento histórico a mesma tendência

⁹ No capítulo de metodologia explicitamos mais detalhadamente a escolha dos conceitos aqui mencionados e também a forma como delimitamos o chamado espaço de pesquisa.

observada nos grandes centros urbanos brasileiros, em que o uso e função das áreas centrais são reorganizadas com o fim de lhes atribuir um valor de troca, num sentido apresentado por Karl Marx em “O Capital”¹⁰.

Estudos da urbanização da cidade de Porto Alegre já apontavam um crescimento demográfico acelerado a partir da década de 1950, sendo que, de 1956 até o ano de 1960, a população total da cidade saltou de 450.000 habitantes para 641.173 (CABETTE, 2015, p. 48). Nesse processo de expansão urbana a cidade passou por diversas transformações orientadas por planos diretores que visavam dar conta dos novos ordenamentos para a ocupação urbana, com vistas às principais atividades econômicas de cada época.

Assim sendo, no meio do século XX a cidade se consolidou como um importante centro político, comercial e industrial do sul do Brasil (ibidem, 2015). Mas essas reconfigurações, que operaram nas formas, funções e processos de organização socioespaciais do território urbano, também são fruto das disputas políticas empenhadas *no* e *pelo* território urbano. Segundo Tânia Strohaecker (2005), guiada pelo ideário de modernização e pelo discurso hegemônico das primeiras décadas do século XX, que exigiam mudanças na reconfiguração do espaço urbano, Porto Alegre passou por um processo planejado e ordenado de reestruturação do seu espaço urbano onde:

[...] a cidade repleta de vestígios da época colonial começa a ‘incomodar’. Discursos inflamados e artigos nos jornais clamam pela modernização de Porto Alegre, principalmente quanto ao saneamento, à viação urbana e ao embelezamento geral. Na realidade, é a nova ordem econômica emergente no país que exige esses melhoramentos. Assim, os escassos recursos disponíveis são canalizados primordialmente para o centro da cidade e para aquelas áreas onde o grande capital começava a ser locado (STROHAECKER, 2005).

Conforme esse importante estudo sobre estruturação do mercado de terras na cidade, a região central passou a ser, ao longo das décadas dos séculos XIX e XX, um espaço privilegiado para a implantação das atividades ligadas ao setor terciário, e assim, o seu uso residencial, marca da função observada nas décadas finais do século XIX acabou por ser deslocado para as novas áreas adjacentes que vieram a formar as zonas de expansão do núcleo urbano. Mas esse movimento foi seguido da expulsão da região central da população, ligada às camadas baixas que moravam em

¹⁰ O **valor de uso** de uma mercadoria, segundo Marx, é determinado de acordo com a utilidade relacionada às suas propriedades físicas; e seu **valor de troca** varia no tempo e espaço necessários para dar-lhe a condição de mercadoria.

cortiços, casas de madeira ou mais rudimentares. Assim, os primeiros alvos da segregação espacial na área central da cidade foram os estratos de menor poder aquisitivo¹¹ (ibidem, 2005).

Nesse aspecto, é importante resgatarmos que Lefebvre (2013b) já afirmava que os capitalistas e as classes abastadas também disputam para si o espaço das cidades e ressignificam ao seu modo e aos seus desejos o território. No caso brasileiro esse fenômeno, já explicitado aqui como um processo de segregação e exclusão, tem forjado mudanças na paisagem urbana e na função das áreas em disputa, que acabam por tornar os espaços urbanos dos grandes centros em territórios de segregação, e, portanto, de intensa disputa política.

Por conseguinte, para observarmos a região do CHPA e também o que chamamos aqui de CEPA, é importante considerarmos que a atual forma desse espaço urbano está diretamente relacionada às funções que historicamente essa região desempenhou no desenvolvimento socioespacial da cidade, que continua em constante mudança, e, portanto, se configura assim em objeto de cobiça e disputa permanente por aqueles que o reivindicam com o seu território urbano.

Corroborando com essa ideia, em seus estudos sobre os espaços intraurbanos brasileiros, Flávio Villaça (1998) também afirma que o que marca o espaço urbano das metrópoles brasileiras é a “segregação das camadas de mais alta renda”, fenômeno resultante do processo de reestruturação do espaço através da transferência e mudança de sentido e orientação das funções e atividades das cidades das suas regiões centrais para os novos bairros. Seguindo essa lógica, as novas áreas intraurbanas originadas dessa ação seriam oriundas das chamadas frentes de expansão imobiliária e têm empenhado um forte processo de alteração intraurbana, que culmina no atual estágio de desenvolvimento socioespacial dos grandes centros urbanos.

Assim, no caso de Porto Alegre, num primeiro momento, a região do Centro da cidade já foi o espaço da totalidade urbanística da cidade e, a partir da expansão imobiliária, a cidade passou a dar novas funções para a zona central. Dialogando com

¹¹ Segundo Strohaecker (2005), para efetivar tal segregação uma série de legislações e decretos visaram a padronização de vias públicas e adequação do mobiliário urbano, além da proibição de residências fora do padrão estético e de alvenaria, o que acabava por obrigar a adaptação às normas ou, do contrário, o deslocamento para as áreas suburbanas, que não exigiam o mesmo nível de adequação às leis da época. Esse fenômeno tem sido estudado como um processo de segregação espacial para a adequação da zona central ao mercado de terras da época, que visava a revalorização da área.

essa ideia, Buonfiglio & Penna (2011), em seus estudos sobre a problemática da moradia no CHPA, afirmam que:

[...] em um determinado momento histórico, o centro perdeu sua utilidade para seus 'usuários', tendo sido decretada sua obsolescência pela elite que partiu em busca de novos espaços, bairros e equipamentos urbanos, deixando para trás, um grande acervo imobiliário que é produto da industrialização do pós-guerra. Essas edificações destinadas ao serviço público e à residência da elite urbana da época, testemunhos da riqueza material e simbólica, foram paulatinamente convertidas em ruínas (BUONFIGLIO; PENNA, 2011, p. 118).

As autoras apresentam que o processo local, ao acompanhar a tendência dominante em escala nacional, acabou por orientar um deslocamento territorial em Porto Alegre no sentido dos bairros contínuos, prevalecendo dois eixos de expansão territorial – leste e sul, acompanhando assim a ocupação dos morros urbanizáveis de Porto Alegre e também ao longo do Lago Guaíba, o que neste estudo é chamado como “gradual esvaziamento de suas funções tradicionais”, havendo assim uma migração dos ramos comerciais e de serviços para novas áreas, o que acabou por gerar novas centralidades. As figuras 1 e 2 ilustram tal processo a partir dos estudos de Villaça (1998), que contribuem para entendermos a localização intraurbana a partir dos movimentos derivados do desenvolvimento das principais metrópoles brasileiras ao longo do processo de urbanização dos séculos XIX e XX.

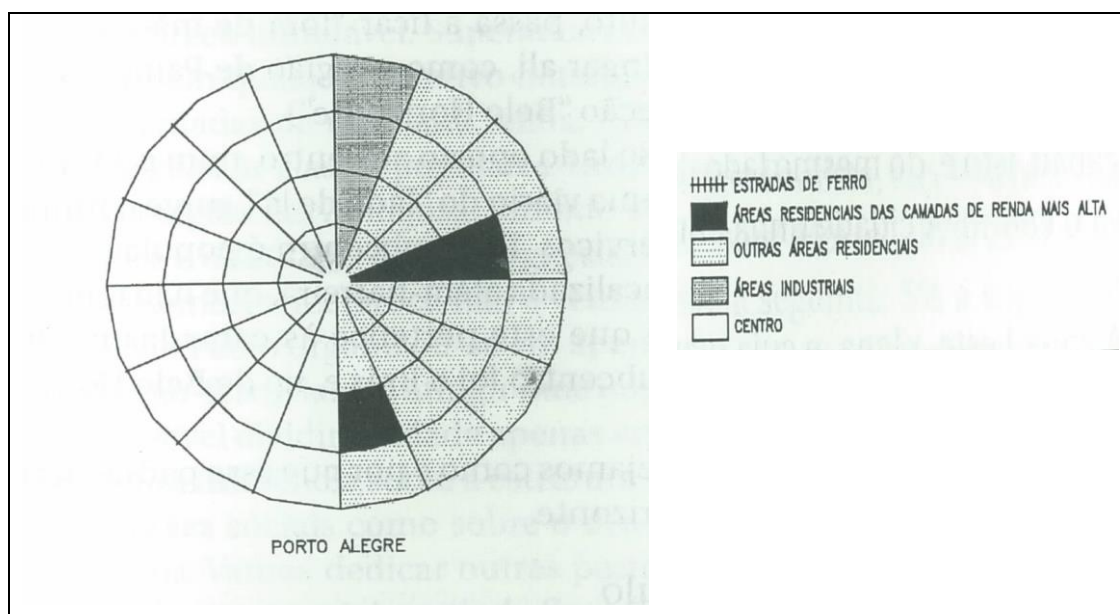


Figura 3 – Estrutura espacial de Porto Alegre segundo o modelo de Hoyt.
 Fonte: Villaça (1998, p. 115).

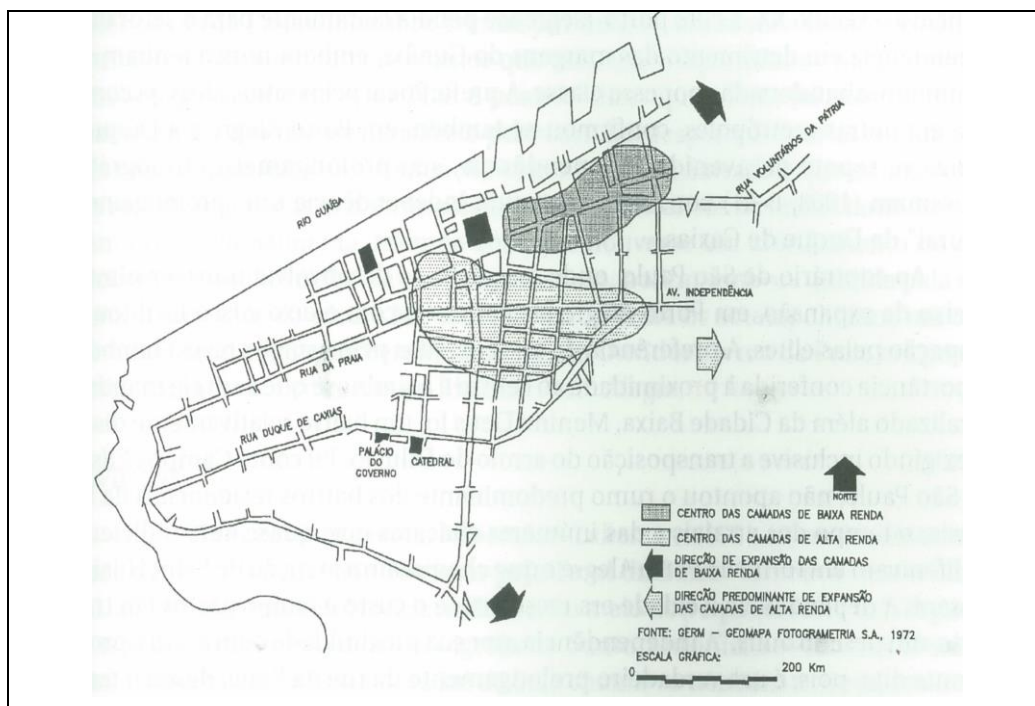


Figura 4 – Formação do Centro principal de Porto Alegre. Fonte: Villaça (1998, p. 205).

No estudo aqui empenhado, o que buscamos é observar que, a partir da expansão e reconfiguração do espaço intraurbano da cidade, este permanece em constante transformação, em especial pela ação desenvolvida pelos empreendedores imobiliários, que visam a todo instante a revalorização da área central da cidade. Nas últimas décadas, a região tem sido o espaço de intensa especulação imobiliária, que aponta para a reformulação dos espaços públicos e da área portuária para fins comerciais e empresariais.

2 O CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE EM DISPUTA: AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E SEUS REPERTÓRIOS NA DISPUTA NO E PELO TERRITÓRIO

O Capítulo II deste trabalho trata sobre a ação política (MILLER; NICHOLLS, 2013) desempenhada pelos movimentos socioterritoriais que atuaram no espaço urbano do CHPA no período de 2005 a 2017, em especial aqueles que reivindicam o direito à moradia. Também apresenta um inventário dos repertórios de ação coletiva eleitos por estes como forma de disputa *no* e *pele* território urbano. Como dito na metodologia de pesquisa, tal análise se apoia no método regressivo-progressivo proposto por Lefebvre (2011). É importante ressaltar que tal recurso nos possibilita a análise das particularidades presentes em tais movimentos socioterritoriais, com vista a projetarmos as mudanças territoriais provocadas por meio da sua ação coletiva.

Como ponto de partida, trataremos da recomposição *temporal e espacial* da ação política dos movimentos socioterritoriais presentes no CHPA em confronto com os agentes urbanos, tendo como interesse a organização do espaço em questão na sua temporalidade (CORREA, 2016). Através do recurso regressivo iniciamos a nossa análise do espaço no tempo presente e retornamos na história pregressa em busca da gênese de tais movimentos, no seu passado de atuação territorial. É como se realizássemos uma *anamnese*¹², através de entrevistas e análises de documentos e repertórios de ação coletiva, com o principal intuito de diagnosticar as causas, motivações, inquietudes e a ação política (TARROW, 2009) que provocaram a organização de tais movimentos e agentes no espaço.

Como elementos principais desta *anamnese*, principiaremos da identificação de tais movimentos e agentes que atuam no espaço em questão e elegemos quais serão objeto de estudo. A pergunta de partida é quem são os sujeitos que os compõem e quais as suas motivações? Para tal, busca-se identificar suas *queixas* e *exigências* (HARVEY, 2013), suas histórias no período de atuação dentro do espaço e os provocar para que expressem as possíveis conquistas e/ou perdas.

Após a regressão à gênese das motivações e causas que fundam tais movimentos, o próximo passo será progredirmos de novo ao tempo presente relatando as principais lutas, causas e ações coletivas desempenhadas para indicarmos as possibilidades de mudanças no espaço presente e no tempo e espaço futuro. Acredita-se que, desse modo, a análise da ação política desempenhada no

¹² Do grego *ana* – trazer de novo e *mnesis* – memória.

confronto entre movimentos e agentes que disputam o CHPA pode ser amplificada ao ponto de espacializarmos e territorializarmos as mudanças, conquistas e perdas, porque elas partem de uma ação dialética e materialista da realidade. Também esse é um método que pode explicitar a importância de analisarmos a ação política dos movimentos socioterritoriais na geografia urbana. Este é, portanto, o exercício permanente de “regressão-progressão” no tempo e no espaço que o presente capítulo traz para a pesquisa e que se acredita como fundamental para extrairmos os resultados da ação política na disputa territorial em questão.

2.1 CENTRO DE PORTO ALEGRE: ESPAÇO DE DISPUTAS E TENSÕES SOCIOESPACIAIS

Ao longo dos últimos anos o centro da cidade passou por profundas transformações, que resultaram em novas configurações espaciais ancoradas na possibilidade de revitalização e de identificação de novos usos do espaço urbano. Tal objetivo buscou reorganizar o CHPA na contramão do que se propôs durante as últimas décadas do século XX, quando o uso residencial foi gradualmente substituído pelo uso comercial (STROHAECKER, 2005). Para se ter uma ideia desse fato, entre as décadas de 1980 e 2000 o Centro Histórico diminuiu cerca de quinze mil moradores (IBGE, 2010). Tal fenômeno pode ser justificado pela diminuição do tamanho das famílias (baixa fecundidade) e também pelo envelhecimento da população da zona central da cidade, mas também é possível observar o desinteresse de parte desse contingente pela região central, tida como degradada, insegura e desvalorizada, o que provocou também a migração de parcela significativa dessa população para outras regiões, consideradas mais nobres na cidade.

O resultado dessa reorganização do espaço do CHPA gerou diversos “vazios urbanos”¹³, com prédios e imóveis abandonados e sem uso. Com o aquecimento do mercado imobiliário vivido na segunda metade da década de 2000, a possibilidade de revitalizar a área central da cidade, com fins residenciais e de novos usos comerciais, passou a ser uma possibilidade para os proprietários dos imóveis. É por isso que, para analisarmos o Centro de Porto Alegre nas últimas décadas, também é preciso

¹³ Villaça (1985) apud Ebner (1999) define vazios urbanos como extensões de áreas urbanas equipadas ou semiequipadas, com grandes quantidades de glebas e lotes vagos. Na classificação leva em consideração fatores como: terreno ou gleba, dimensão e tipo de proprietário. No caso de Porto Alegre, também levou-se em consideração as áreas urbanas preenchidas por imóveis verticalizados e sem uso comercial ou residencial.

resgatarmos o conceito de “obsolescência da necessidade” de Lefebvre (1991) quando observamos a transformação do ambiente urbano do CHPA ao longo dos anos de um lugar do habitar para um lugar do abandono pela desvalorização imobiliária.

Os estudos de Villaça (1998) sobre o Centro de Porto Alegre apresentam justamente este deslocamento territorial, em que a elite urbana abandona a região central da cidade em busca de zonas mais valorizadas, que acompanham o processo de expansão do mercado imobiliário, como já explicitamos no capítulo anterior.

Segundo um importante diagnóstico do setor imobiliário da Capital, produzido no ano de 2002 (CONTACTO..., 2002, p. 4), o retrato imobiliário do centro de Porto Alegre no início da década de 2000 já era sob um gradual esvaziamento das funções tradicionais, com o deslocamento e migração de serviços e ramos de comércio considerados mais nobres para novas centralidades, em especial o eixo da Avenida Independência em direção aos bairros Moinhos de Vento, Mont Serrat, Higienópolis e Três Figueiras; da nova Perimetral no sentido transversal Norte-Sul; e da reconfiguração urbana do eixo Centro-Sul, a partir da Avenida Borges de Medeiros em direção aos novos empreendimentos imobiliários dos bairros Menino Deus, Cristal, Assunção e Camaquã.

Foi nesse sentido que se buscou um projeto de revitalização do bairro Centro, que passasse pela recuperação do mobiliário urbano, reorganização do uso comercial, combate à informalidade e a apresentação de um novo planejamento urbano, que colocasse em perspectiva a recuperação da paisagem urbana para tornar-se mais atraente e reaver assim o valor de troca dos empreendimentos imobiliários da região central. Rapidamente se espalhou pela cidade a possibilidade de empreender e adquirir imóveis numa região revitalizada, com centralidade no espaço urbano, com infraestrutura e que, a longo prazo, estaria mais valorizada¹⁴. O mercado imobiliário concluiu tal objetivo inclusive com mudanças legais. Tal movimento foi consolidado pela lei nº 10.364/2008, promulgada em 22 de janeiro de 2008, que delimitou a região e o novo nome para o bairro: Centro Histórico.

Essas mudanças legais e de tendência de mercado também foram seguidas de uma ação política mais agressiva dos agentes privados do mercado imobiliário na região central, que, após um período de abandono do espaço central da cidade,

¹⁴ Em 20 de janeiro de 2011, o jornal Zero Hora, em sua edição dominical, estampou como matéria de capa a chamada “A redescoberta do centro”, que apresenta toda a animação do setor imobiliário para a revitalização do Centro Histórico de Porto Alegre.

buscaram com todo o empenho, força econômica, política e social retomarem para si o território a partir da possibilidade e viabilidade de revalorização urbana. Esse “retorno ao território” acaba por recriar inúmeros conflitos quanto aos “vazios urbanos” deixados e que possibilitou a reorganização da função do espaço urbano do CHPA ao longo das últimas décadas. O espaço ocioso foi, ao longo desse período, visto por movimentos socioterritoriais urbanos como a possibilidade de reconfiguração e reorganização da função do território, em especial a partir dos interesses daqueles que dele dependem para morar, trabalhar e obterem acesso a serviços e entretenimento.

Segundo Buonfiglio & Penna (2011, p. 119),

[...] em que pesem as notórias notícias de deterioração e obsolescência dos centros, estes têm desempenhado a importante função de acolhida, atendendo às presenças populares mais do que mero local de passagem ou de encontro, mas como local de sobrevivência [...] na busca de inserção nos fluxos da renda urbana, as classes populares foram inventando, ao longo do tempo, estratégias de sobrevivência e de uso do espaço ainda que improvisadas e precárias.

Nesse sentido, basta uma breve observada na paisagem do CHPA para nos depararmos com uma urbanidade¹⁵ pulsante, movimentada pela presença permanente de populares, de ambulantes, camelôs, artesãos, artistas de rua, visitantes e turistas, trabalhadores do comércio e moradores da região, além de mendigos, imigrantes, desempregados, aposentados, e povos tradicionais, como os quilombolas, indígenas etc.

Esse outro uso do espaço urbano tende a criar dinâmicas que operam em múltiplas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais que colocam em conflito os interesses dos diversos agentes na disputa *no* e *pelo* território. A economia da informalidade, muitas vezes, afeta o interesse do comerciante formal. No decorrer do período observado nesta pesquisa há inúmeros relatos na imprensa local de confrontos entre ambulantes e informais e os órgãos de fiscalização, além do reclame permanente de possíveis prejuízos econômicos para o comércio formal provocado pela concorrência com os camelôs e ambulantes.

¹⁵ Vinícius M. Netto (2013), em seu estudo sobre os diversos conceitos de urbanidade, apresenta uma definição que melhor se aproxima daquela que dialogamos nesta pesquisa, quando a expõe em três dimensões: a fenomenológica, que tem sua instância social na copresença, no encontro entre sujeitos, e a instância espacial seria a rua, o espaço público, o lugar do encontro dos diferentes; a comunicativa, que tem como instância social os autores em interação e a instância espacial seria o lugar, a modalidade e a arquitetura; e, por fim, a dimensão ontológica, que tem como instância social a cognição, as conexões e referências – o ato-espaço-ato – e a instância espacial, por fim, será a rede do espaço público, os lugares e as edificações.)

Em Porto Alegre se construiu um senso comum de que a economia da informalidade prejudica o interesse do comerciante formal. Mas os agentes econômicos e o poder público que se empenha tanto em combater a informalidade não trazem à tona as reais causas do surgimento e proliferação desta nos centros urbanos – o desemprego. Não revelam o fato de que, ao exercer um trabalho sem carteira assinada e registro profissional, os trabalhadores e trabalhadoras assumem para si o risco de perda de direitos, mas também trazem consigo a conquista da autonomia frente aos empregadores.

Segundo Clara Tadayozzi (2018), em seu artigo “Caminhos da Rua”, as possíveis causas da informalidade partem de “um forte processo recessivo na economia ou uma situação de desalento, em que as pessoas desistem de procurar emprego formal”. Hoje inclusive já se afirma que o debate entre formalidade e informalidade está secundarizado frente à necessidade de se ter renda própria, segundo a mesma autora. Afinal, com as reformas em curso no direito trabalhista, ter carteira assinada não oferece tantas garantias a mais quanto a informalidade.

Voltando ao tema em questão – a ação dos agentes públicos e privados no CHPA em confronto com a informalidade, no decorrer dos anos houve, de fato, inúmeros relatos na imprensa local de conflitos entre ambulantes e informais e os órgãos de fiscalização, além do reclame permanente de possíveis prejuízos econômicos para o comércio formal provocado pela concorrência com os camelôs e ambulantes.



Figura 5 – SMIC apreende produtos de camelôs. Fonte: Correio do Povo (14 maio 2001).

Essas disputas e tensões permanentes demonstram que o CHPA de forma alguma representa um espaço urbano apaziguado. Tais controvérsias permaneceram ao longo dos anos como um fator determinante para analisarmos o espaço urbano em questão e as possíveis transformações nos seus processos, formas e significados (CORREA, 2013). Por esse pensamento, os significados constituem o complemento

às categorias acima apontadas, tornando-se uma tríade. Sob essa óptica, o espaço geográfico (social) se torna inteligível a partir do sentido (significado) que os diversos grupos sociais a ele atribuem.

Podemos apontar o exemplo de um *shopping center* – para os trabalhadores e as trabalhadoras do comércio em geral, ele tem um significado de local de trabalho; para os consumidores pode ter um significado de espaço de consumo; para os proprietários dos comércios e empreendimento tem o sentido de negócio e investimento e para outros atores urbanos pode ter diversos outros sentidos, como espaço de cultura, lazer, entretenimento ou até de exclusão, quando não podem usufruí-lo na sua plenitude. Em resumo, um determinado *shopping center* pode apresentar diversas formas, processos e significados sempre a partir do ponto de vista do sujeito que nele atua.

22 — QUARTA-FEIRA, 10 de março de 2004 *SERVIÇOS/POLÍCIA* CORREIO DO POVO

Camelôs e fiscais brigam no Centro

Tumulto na Capital dura 15 minutos e deixa um vendedor ambulante e um guarda municipal feridos

Um tumulto ocorrido na manhã de ontem no Centro de Porto Alegre deixou duas pessoas feridas. A briga começou quando fiscais da Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (Smic) realizavam vistorias na esquina das ruas Otávio Rocha e Vigário José Inácio. De acordo com a Smic, um grupo de cerca de 20 camelôs que vende CDs e óculos de forma irregular enfrentou os fiscais e os guardas municipais que acompanhavam a fiscalização. Um guarda municipal e um ambulante foram encaminhados ao Hospital de Pronto Socorro. Alguns lojistas fecharam seus estabelecimentos durante o tumulto temendo prejuízos.

Segundo testemunhas que passaram pelo local, os ambulantes teriam atacado os fiscais com pedras e pedaços de pau. Uma Kombi da Smic foi atingida e teve os vidros traseiro e lateral quebrados em represália à ação dos fiscais. O veículo, que é utilizado para armazenar o material apreendido ilegalmente, foi levado para ser periciado na Área Judiciária da Polícia Civil. A confusão durou em torno de 15 minutos e só foi controlada com a presença da Brigada Militar.

O secretário da Produção, Indústria e Comércio, Adeli Sell, solicitou ontem à Secretaria de Justiça e da Segurança o apoio da Brigada Militar para as ações de fiscalização do comércio ilegal de mercadorias no Centro de Porto Alegre. Ele conversou por telefone com o secretário substituto Fábio Medina Osório, que prometeu agilizar com a Chefe de Polícia a abertura de uma delegacia especial para o combate à pirataria. Sobre o apoio da BM, Medina informou que o efetivo necessário será destacado "conforme a disponibilidade do momento".

Até meados do ano passado, estava em vigor um convênio entre a Smic e a Brigada Militar para a garantia da integridade física dos fiscais. Pelo acordo, a Smic pagava as horas extras dos PMs. Com a não-renovação do convênio, a Guarda Municipal de Porto Alegre ficou responsável por acompanhar os fiscais.

Previsão do Tempo – RS
Nublado a parcialmente nublado no Norte; nas demais regiões, parcialmente nublado com névoa úmida ou seca.
Temperatura: Ligeiro declínio; mínima de 12°C e máxima de 30°C.
Vento: Oeste a Sul, de fraco a moderado.
Tendência: Na quinta-feira e também na sexta-feira, o tempo será parcialmente nublado com névoa úmida ou seca. No sábado, tempo parcialmente nublado a nublado com pancadas de chuva e trovoadas. A temperatura estará em ligeira elevação durante esses dias.



Comerciantes fecharam lojas temendo prejuízos com a confusão

Figura 6 – Camelôs e Fiscais Brigam no Centro. Fonte: Correio do Povo (10 mar. 2004.).

É importante ressaltar que o centro da cidade em abandono em nenhum momento foi dado como herança para os novos agentes e sujeitos que passaram a ocupá-lo a partir do seu esvaziamento. Sempre houve disputas cotidianas, em grande parte noticiadas na imprensa local como relatos de situação conflituosa em bairros, de cotidiano e/ou de páginas policiais. Visto como um processo de “salvação do Centro”, o projeto de revitalização do Centro Histórico de Porto Alegre passou a ser uma estratégia ideológica dos agentes imobiliários e do Poder Público para recuperar um “espaço nobre” e, também, em “consolar as camadas populares, em face do lamentável estado em que se encontra o centro delas” (VILLAÇA, 1998, p. 348).



Figura 7 – Vendas ameaçadas.... Fonte: Gaúcha ZH (24 nov. 2016)¹⁶.

Porto Alegre sempre acumulou ao longo do tempo diversas intervenções na região central, sempre nomeadas como “planos de revalorização”, “reordenamento e de valorização” e até de projetos de “humanização da região central” (BUONFIGLIO; PENNA, 2011). Essa revalorização e reurbanização, que buscou enfrentar a informalidade, os ambulantes e camelôs, também opera no sentido de garantir a formalização das moradias e proteção do patrimônio público. Essa ação foi sempre acompanhada pela criação de mecanismos de fiscalização e repressão (ibidem).

2.1.1 O direito à moradia como “bandeira de luta” no Centro Histórico de Porto Alegre

Dentre os diversos conflitos e arranjos políticos resultantes dos embates *no e pelo* território do CHPA também chama a atenção a ação empenhada por movimentos que lutam pelo direito à moradia e que desempenharam ao longo do tempo importantes embates e conquistas, que resultaram em novas territorialidades a partir da criação de assentamentos e ocupações urbanas em Porto Alegre. Para entendermos a centralidade da ação dos movimentos pelo direito à moradia é preciso destacar que essa cidade tem enfrentado ao longo de décadas um alto déficit habitacional.

Dados dos Indicadores Sociais Municipais divulgado pelo IBGE em 2018 apontam um déficit de 38 mil unidades habitacionais (IBGE, 2018). Associada a esta problemática, também temos a questão da regularização fundiária. Segundo o último

¹⁶ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2016/11/vendas-ameacadas-lojistas-temem-o-avanco-de-ambulantes-irregulares-em-epoca-de-natal-8456023.html>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

levantamento do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), em 2009 havia cerca de 289 mil pessoas vivendo em mais de 480 ocupações localizadas em áreas não regularizadas (PORTO ALEGRE, 2009).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2018), “depois de dois anos de profunda recessão, a economia brasileira encerrou 2017 com a previsão de uma recuperação pífia, que não inspira otimismo”¹⁷. Tal cenário resulta no aumento do desemprego, que somente na Região Metropolitana de Porto Alegre atingiu 12,8% em dezembro de 2017, segundo o mesmo boletim do DIEESE. A crise acaba assim por contribuir para o aumento da informalidade e para a dificuldade de acesso da população em geral a serviços como transporte, seguridade, assistência social e para o problema da moradia.

Um estudo recente da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC em conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, nos indica que cerca de 2.115 pessoas viviam nas ruas de Porto Alegre em 2016. Embora nenhum novo dado sobre tal fenômeno tenha sido publicado nos últimos dois anos, a própria FASC admite que é possível que tal número possa ter um aumento significativo desde então.

A partir de uma breve observação nos bairros centrais de Porto Alegre, já é possível perceber uma movimentação significativa de pessoas em situação de rua em viadutos, pontes, calçadas e em espaços públicos como praças, parques e próximos a marquises e abrigos improvisados. Um dado importante deste estudo é que os bairros que concentram o maior número de moradores de rua são Centro Histórico, Cidade Baixa e Floresta, parte importante do campo de análise desta pesquisa, o que chamamos de CEPA.

O fenômeno do desemprego, agravado pela falta de moradia e direitos fundamentais, contribuiu para o aumento de uma população no CHPA que, muitas vezes, não possui sequer Registro Geral – RG, quanto menos um Código de Endereçamento Postal – CEP. São essencialmente essas pessoas que os movimentos socioterritoriais que atuam na disputa do CEPA mobilizam para sua ação política. Esse quadro contrasta com o fenômeno da expansão e ampliação do mercado imobiliário de Porto Alegre observado nas duas últimas décadas. É na esteira dessa problemática que diversos movimentos socioterritoriais de luta pelo direito à moradia, ao observar os “vazios urbanos” provocados pela “obsolescência da

¹⁷ Boletim de Conjuntura DIEESE, n. 13 – fev. 2018.

necessidade”, acabam por empenhar uma nova forma de luta *no e pelo* território do CHPA.

Em meados dos anos 1980 e 1990, muitas metrópoles regionais em escala global passaram a apostar na economia terciária como alternativa local de desenvolvimento econômico. Porto Alegre não foi diferente e, rapidamente, aquela que buscava se consolidar como “A Capital Cultural do Mercosul”, uma cidade cosmopolita, para além de suas fronteiras, também tratou de traçar o seu projeto de “revitalização” (BORBA, 1993) para acompanhar “o contexto mundial da refuncionalização dos antigos centros”, que logrou algum êxito em países centrais do capitalismo ocidental (PENNA, 2006). Logo, a vocação do Centro precisava dialogar com uma população mais jovem, considerada despreendida, empreendedora, com capacidade de investir em negócios locais e que aderisse à tendência mundial do *co-working*¹⁸ e do *co-living*¹⁹ (A REDESCOBERTA..., 2011). Com vista a esse desafio, o espaço usado do CHPA precisava ser em parte refuncionalizado e, também, restaurado e refeito. Para tal, os velhos moradores e usuários da região precisariam ser, novamente, obrigados a se retirar do território. Assim,

[...] a paisagem, outrora caracterizada pela desvalorização imobiliária, passa então a atrair novamente investimentos nas áreas da cultura, entretenimento e turismo, enfim, o consumo do espaço pela história. Contudo, deixa de lado a história dos *praticantes de seu território* (BUONFIGLIO; PENNA, 2011, p. 120).

Neste momento é importante trazer para o diálogo David Harvey (2012b), que aborda a simultaneidade do espaço, dentro de uma visão tripartite (absoluto, relativo e relacional), o que permite atribuir a ele um caráter multidimensional e multiescalar dentro de um momento histórico e de uma espacialidade específica. Ao observarmos o CHPA, dentro dos conflitos e embates resultantes da disputa por territorialidades e pertencimentos, é preciso perguntar: a quem pertence a região central da cidade?

¹⁸ *Co-working* ou cotrabalho é um modelo que se baseia no compartilhamento de espaços físicos e escritórios para desenvolvimento de atividades profissionais, não necessariamente do mesmo ramo de atuação. No geral, este é o modelo adotado por diversos ramos de profissionais liberais, empreendedores e usuários independentes que hoje atuam nos chamados novos ramos de empreendedorismo.

¹⁹ No mesmo sentido do exemplo anterior, os *co-living* são os modelos de moradias com espaços compartilhados entre seus moradores – os chamados espaços comuns dentro de um empreendimento imobiliário, que neste caso podem ser lavanderias e cozinhas coletivas e até espaços de *co-working* junto a prédios residenciais. Em muitos empreendimentos de restauração de prédios antigos tem-se adotado este modelo híbrido de *co-working* e *co-living*, com vista a atrair um público mais jovem para novos empreendimentos imobiliários, dentro da vocação pretendida para a refuncionalização dos espaços geográfico de regiões centrais urbanas.

Mais uma vez nos apoiando em Buonfiglio & Penna (2011):

O centro é o lugar da condição popular, mas é também, o espaço das presenças populares recusadas. Dessa forma, é o espaço da cidade que contém todas as ambiguidades. É neste ponto que a análise histórica se aprofunda nas disputas para além do uso do espaço pela apropriação social do mesmo, deixando patente uma contradição: o centro cede lugar à presença popular, porém nele não realiza a apropriação plena dessa classe. Nesse movimento dialético, aflora a resistência e a reivindicação do espaço negado, despertando a clara consciência, senão de classe, de movimento popular na luta pela cidade. Positivamente, o centro não conquistado torna-se objeto de luta e se refaz cotidianamente como espaço de esperança (ibidem, p. 120).

É neste momento histórico que se reorganizam formas de mobilização popular que sempre foram presentes nos embates políticos e sociais da cidade de Porto Alegre, e que nas últimas décadas ganharam maior espaço por protagonizarem lutas cotidianas pelo direito à moradia também na região central da cidade. Para além do uso e apropriação do espaço na região central para lidar com a realidade do desemprego, com a possibilidade de desenvolver atividades informais nas ruas e espaços públicos do CHPA, diversos movimentos e ativistas passaram a reivindicar o centro como espaço de disputa política, em especial chama a atenção a luta pelo direito à moradia.

Tal realidade pode ser associada, muitas vezes, a outras problemáticas da vida urbana, como as dificuldades de mobilidade e de infraestrutura urbana. Dessa maneira, a proximidade entre o lugar do trabalho e o lugar do morar também passou a ser uma necessidade para a classe trabalhadora. Ou seja, esta não passou a ser somente uma “tendência de mercado” de *co-working* e *co-living*, como reivindicam os novos empreendimentos para a classe média, mas, também, uma necessidade – ou um “desejo” num sentido lefebvriano – da classe trabalhadora que tem no CHPA o seu lugar de sobrevivência e espaço de trabalho.

Com um déficit habitacional crônico e limitações antigas na política de moradia na cidade, movimentos e grupos organizados passaram a reivindicar um conteúdo social para os edifícios e espaços ociosos presentes no CHPA. Essa reivindicação ganhou mais força a partir da publicação do Estatuto das Cidades, na forma da Lei Nº 10.257, de julho de 2001 e reconhecimento da função social da propriedade como princípio constitucional, de ordem econômica, de política urbana e de política agrária e fundiária. Esses princípios, como fundamentos jurídicos, delimitam a prevalência do interesse público sobre o privado. Frente ao direito constitucional à moradia e a cobrança da função social da propriedade privada, diversos movimentos passaram a

atuar na ocupação e na reivindicação dos “vazios urbanos” para que estes pudessem cumprir sua função social e passassem a ser uma possibilidade de conquista do direito à moradia; de modo que, esses espaços e prédios ociosos, passem a ter um outro valor de uso e possam ser vistos como espaços de convivência.

2.1.2 Estratégias de sobrevivência e a ocupação como instrumento político dos movimentos socioterritoriais

Esta *queixa* do “não ter para onde ir” e “não ter onde morar” como manifestação recorrente da massa de trabalhadores e trabalhadoras urbanas passou a “ocupar” os centros urbanos com a “redefinição e uso do espaço”. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD, o déficit já chegava a 7,757 milhões de moradias em todo o país em 2017, sendo que 91% das famílias atingidas pela falta de moradia são de baixa renda, com até três salários mínimos de renda familiar no início da década de 2010 (IBGE, 2015).

Ainda segundo Buonfiglio & Penna (2011) “os sem-teto não constituem um novo movimento social; são antes, uma nova expressão da histórica luta nacional por moradia, revelada por coletivos que estão à margem das políticas habitacionais e lutam para nelas, inserirem-se” (BUONFIGLIO; PENNA, 2011, p. 121). É essa massa humana que forma nos centros urbanos as condições para a atuação de movimentos socioterritoriais que transformam a *queixa* em um movimento de *exigência*.

Em Porto Alegre, as tensões sociais provocadas pelo déficit habitacional e pela atuação do poder público local no reordenamento urbano e também a partir de intervenções urbanísticas na região central remontam à segunda década do século XX, em especial a partir das remoções e intervenções realizadas em várias regiões da cidade, que deram origem ao bairro Restinga, no extremo-sul da cidade, ainda na década de 1960, dentre outros exemplos (NUNES, 1990). Na década de 1980, diversas outras formas de lutas por moradias foram desencadeadas nos bairros de periferia da cidade, em especial na Zona Norte, a partir da falência de empresas responsáveis por construir imóveis com o financiamento do Sistema Financeiro de Habitação, que resultou em intensas mobilizações e confrontos em bairros como Jardim Leopoldina, Cohab, Rubem Berta, Parque dos Maias, dentre outros (DIAS, 2009). Ou seja, a problemática da moradia já vem de longa data e a tática da ocupação e de organização das lutas pelo direito à moradia já foram experimentadas pelos movimentos socioterritoriais que atuam ao longo desse período na cidade.

Mas é na década de 2000 que a região central de Porto Alegre volta a ser protagonista da ação política de movimentos socioterritoriais que, ao observarem uma massa de trabalhadores e trabalhadoras que usavam o espaço do centro da cidade para construir seus territórios de trabalho e de subsistência, mas que, em consequência da informalidade do trabalho e falta de garantias legais como salário fixo, direitos trabalhistas e seguridade, os levava a enfrentar outras problemáticas, como a questão da mobilidade urbana e acesso a casa própria e à moradia digna²⁰.

É a partir da realização das segundas edições do Fórum Social Mundial - FSM em Porto Alegre²¹, que é tido até então como o maior evento de contraponto ao neoliberalismo e antiglobalização dos últimos tempos, que movimentos e ativistas locais pelo direito à moradia passam a participar de articulações e círculos internacionais de debate e organização da luta pelo direito à cidade. Aquele ambiente de passeatas, ação direta, reivindicações, mobilizações, de agitação política e social acaba sendo assim o estopim para o que Miller & Nicholls (2013) chamam de espaço de politização e, assim, o centro da cidade volta a ser um espaço de formação e ação de movimentos que, além de mobilizar uma massa de despossuídos, de sem-teto e de desempregados, também passou a contar com articulações e relações em escala global. Tal condição lhes permitiu, assim, ampliar o seu debate político, as suas táticas e estratégias, como também a contar com uma rede de colaboração jurídica e política para promoverem a sua ação na luta *no* e *pelo* território (BUONFIGLIO, 2007).

Como vimos, a ação dos agentes empresariais que atuam no mercado imobiliário e dos proprietários de imóveis tem migrado, ao longo das décadas, para regiões mais valorizadas, o que ocasionou a produção de vazios urbanos na região central da cidade. No caso de Porto Alegre, há no centro da cidade inúmeros “vazios verticais”, produzidos pelo abandono tanto por proprietários privados quanto por órgãos públicos municipais, estaduais ou federais, que chamam a atenção para um “estoque” de edifícios inteiros fechados ou sem destinação (BUONFIGLIO, 2007, p. ix). Ao mesmo tempo que cresce uma massa de sem-teto que tem como principal *queixa* a falta de moradia; que essa massa passa a articular e a se organizar com movimentos e redes em múltiplas escalas que dão a esta *queixa* “bandeiras de lutas” e repertórios políticos para transformá-la em *exigência*; então o próximo passo será a

²⁰ Nas entrevistas aplicadas durante o campo desta pesquisa esta é uma resposta recorrente quando os participantes são questionados do porquê se organizaram nos movimentos socioterritoriais que reivindicam o espaço do CHPA.

²¹ Porto Alegre sediou quatro das cinco primeiras edições do Fórum Social Mundial, entre os anos de 2001 e 2005.

materialização das lutas pelo direito à moradia e os vazios urbanos em espaços de politização e de reivindicação.

Para tal ação, a tática mais apropriada é a ocupação popular, ferramenta esta que muitos movimentos de luta pela moradia compreendem como aquela que tem uma finalidade bem clara – a negociação e a conquista da moradia e da qualidade de vida. Segundo estudiosos da teoria dos movimentos sociais brasileiros, há uma mudança de forma e ação desses movimentos que lhes dá uma nova identidade a partir de estratégias que passam da denúncia para a ação direta (mobilizações, marchas, passeatas, desobediência civil, negociações, ocupações etc.) e, também, pressões indiretas (GOHN, 2010).

Tais movimentos passaram, desse modo, a se articular com outras pautas e reivindicações, que também frequentam o ambiente urbano, como as causas identitárias (cor, raça, gênero, habilidades, capacidades e também aqueles que operam na formação de consciência crítica e geradores de saberes), e, assim, passaram a recrutar também militantes e ativistas dessas causas, que enxergam a ocupação popular como a construção efetiva de espaços de resistências políticas, culturais e sociais. Dessa forma, o tema das ocupações passa a mobilizar não somente os “descamisados”, “desempregados” e os “sem-teto”, mas também estes passam a ser acompanhados de ativistas sociais de diversas ordens, que lhes dão outros conteúdos e narrativas para arregimentar apoio e engajamento público, além de tensionar os agentes públicos e privados para a negociação e, assim, produzir conquistas positivas.

É nesse contexto que o CHPA passa a ser o espaço de atuação e politização e de produção de estratégias de sobrevivência para diversos movimentos socioterritoriais identificados com a luta pela moradia, que têm dentre os seus repertórios de ação coletiva a ocupação popular como instrumento político de enfrentamento aos agentes públicos e privados, que também reivindicam suas territorialidades no espaço urbano da cidade.

2.1.3 Movimentos Socioterritoriais e o conflito de apropriação no Centro Histórico de Porto Alegre

Já explicitamos aqui que as alternativas e estratégias de sobrevivência no centro de Porto Alegre vão além do subemprego, da informalidade, do “biscate”, etc. Além do uso do espaço urbano central para atividades econômicas, a região também

passou a ser alvo da ação de movimentos que usam o espaço urbano do Centro Histórico e suas imediações para a ação política em busca de direitos e conquistas que se traduzem na bandeira agitadora do *direito à cidade*. Dentre estes movimentos se destaca a atuação dos movimentos de luta pela moradia, que reivindicam um conteúdo social para os vazios urbanos e prédios ociosos e buscam, assim, dar-lhes um valor de uso, como espaços de vivência. Esses movimentos reúnem junto de si uma massa de trabalhadores e trabalhadoras, ora desempregados, muitos informais, ou até mesmo assalariados, mas de baixa renda, que passam a responder ao chamado e à agitação desses movimentos para que se organizem de modo a reivindicar o direito à moradia digna. Nesse sentido, são esses os herdeiros das lutas históricas pelo direito à moradia das décadas anteriores e, das suas reivindicações, surge na força da Lei o direito constitucional à moradia e o Estatuto da Cidade de 2001, que materializa todas as reivindicações históricas nos seus artigos, que tratam da política urbana e da função social da propriedade.

Portanto, os movimentos que se reaglutinam em Porto Alegre a partir da chamada “onda” dos Fóruns Sociais Mundiais na primeira metade da década de 2000, assumindo para si essa herança das lutas do passado, tornam-se, dessa forma, sujeitos de seu processo histórico para nesta nova etapa transformar as *queixas* pelo direito à cidade em *exigências*. Também trazem consigo na “bagagem” as lutas do passado e a memória das grandes ocupações desempenhadas por movimentos de sem-teto na Zona Norte da cidade em meados dos anos 1980, que resultaram em conquistas reais, como a propriedade de imóveis em condomínios populares em bairros como Rubem Berta, Jardim Leopoldina, Santa Rosa, Santa Fé e Parque dos Maias (DIAS, 2008).

Mas, ao observar a efervescência política da cidade nos verões de 2001 a 2005, meses que antecediam as edições locais do FSM; ao tomar contato com movimentos do mundo todo que tratam a cidade enquanto direito e esses sem-teto como agentes de suas próprias histórias; de observar a cidade como um espaço produtor de desigualdades, e que conta no seu interior com vazios urbanos e prédios inteiros fechados, sem valor de uso e sem cumprir sua função social; então as *queixas* e *desejos* passam a ser canalizadas para movimentos e ações políticas de *exigências* e a tática passa a ser ocupar os vazios urbanos para neles exercer uma *apropriação social* em conflito com a *propriedade privada*²². A saída imediata para viabilizar tais

²² Karl Marx (1978) já explicitava nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” que as categorias de análise *apropriação social* e *propriedade privada* encontram-se em oposição direta: “A superação positiva da

exigências seria ocupar os vazios urbanos para neles “experimentar” a utopia da ocupação popular e social, para dar-lhes um valor de uso, transformá-los em um espaço de vivência e de novas experiências, coletivas, socializantes e de perseguição do atendimento por parte do Estado dos direitos sociais.

Ocupar prédios no centro de Porto Alegre passava a ser um projeto maior, para além do direito à moradia, mas também de mobilização em torno de temas centrais que se traduzem nos programas e estatutos de movimentos que reivindicam o espaço urbano para conformar as suas territorialidades. Para tal concepção, a ocupação passa a ser uma mediação entre o direito a morar como questão mais imediata e urgente – pois estamos falando de pessoas que não tem onde morar –, com o direito à cidade como perspectiva utópica. Diversos autores da geografia urbana²³ têm insistido para a observação da ação de movimentos de luta pela moradia, em especial aqueles que organizam os chamados “sem-teto”, pois estes explicitam a segregação espacial dos centros urbanos e põem em xeque a direito à propriedade privada frente à problemática do déficit de moradia cada vez mais crescente no Brasil.

Em Porto Alegre²⁴, sob essa perceptiva, a primeira ocupação ocorre em 2002, durante o II FSM, pelos militantes do MNLM, no antigo edifício Sul América, e, além de ser um marco da retomada das ocupações como repertório de ação coletiva, também foi a primeira ocupação a contar com a reforma total do edifício pelo Programa de Arrendamento Residencial, mesmo que, ao fim, tais imóveis não tenham sido designados às famílias que originalmente os ocuparam.

Uma segunda ocupação ocorreu durante a 5ª edição do FSM, em 2005, também organizada pelo MNLM, quando estes tomam o edifício pertencente ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, na Avenida Borges de Medeiros. Segundo Buonfiglio & Penna (2011),

propriedade privada, isto é, a apropriação sensível pelo homem e para o homem da essência e da vida humanas, do homem objetivo, das obras humanas [...] não deveria ser concebida no sentido do gozo imediato, exclusivo, no sentido da posse, do ter” (MARX, 1978, p.10-11).

²³ Ana Fani A. Carlos, professora pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, dentre outros colaboradores, tem dedicado uma série de publicações que chamam a atenção da Geografia Urbana para os fenômenos sociais resultantes dos embates da disputa pelo direito à cidade nas metrópoles brasileiras. Livros como “A Cidade”, “Condição Espacial”, “Crise Urbana”, “A Cidade Como Negócio”, “A Cidade Contemporânea”, dentre outros, todos editados pela Editora Contexto, são parte deste esforço de trazer para o debate da geografia urbana a segregação espacial resultante da propriedade privada e das mudanças que surgem no espaço urbano promovido a partir da ação de movimentos que a ela se contrapõem na perspectiva lefebvriana do direito à cidade.

²⁴ Para esta etapa da dissertação, nos apoiamos nos relatos orais e entrevistas realizadas durante o campo de pesquisa com lideranças dos movimentos socioterritoriais que atuam no CHPA, em especial as entrevistas realizadas junto às lideranças do MNLM e do FERU.

[...] esse episódio alçou a luta da capital gaúcha às instâncias do governo federal, envolvendo diversos agentes e atores sociais como o Ministério das Cidades, o Ministério da Previdência Social e sua autarquia, o Instituto Nacional de Seguridade Social e a Caixa Econômica Federal. Para essa ocupação, foram dirigidas ações inéditas como a prioridade de alienação do edifício (do INSS) ocupado, bem como a reforma do mesmo para política habitacional, reconhecendo a luta e o protagonismo do movimento de moradia (BUONFIGLIO; PENNA, 2011, p. 122).

Uma terceira ação não teve o FSM como mote, mas também foi protagonizada pelo MNLM, que ocupou um prédio construído pelo extinto Banco Nacional de Habitação – BNH, localizado na esquina da Rua Caldas Junior com a Avenida Mauá, em 2006. Essa ocupação teve curta duração – as trinta e seis famílias ocupantes permaneceram no prédio por quatro meses – mas nesse tempo ali se constituiu “um espaço vivo, sediando eventos culturais, políticos, além de sediar uma rádio livre comunitária e como espaço da economia solidária, criando assim alternativas de renda para as famílias ocupantes”, conforme relato do Entrevistado 1 (E1)²⁵, um dos líderes do movimento.

Como bem explicita a notícia veiculada no Jornal Correio do Povo, em outubro de 2011, após a primeira ocupação de 2006, o prédio das esquinas das ruas Caldas Junior com Mauá voltou a ser alvo da ação do MNLM por três vezes, sendo que desde 2013 ele sedia uma das mais duradouras ocupações do CHPA – a Ocupação Saraí, “onde permanecem cerca de vinte famílias mobilizadas pelo direito à moradia e reivindicando o cumprimento da função social do imóvel”, conforme E1.

O ato de ocupar e o questionamento da função social da propriedade foi o mote utilizado nas três iniciativas aqui apresentadas e são reconhecidas por diversos estudos e relatos como as fundadoras da nova onda de ocupações que colocaram o CHPA como um espaço de disputa e de confronto entre os agentes públicos e privados contra os movimentos socioterritoriais que reivindicam o direito à moradia na região central da cidade. A partir dessas ações empenhadas pelo MNLM e seus aliados, diversas outras de cunho reivindicatório do direito à cidade passaram a usar o espaço urbano central como possibilidade de visibilidade, de arregimentação de apoio e, fundamentalmente, como materialização de conquistas reais, pois tais movimentos e seus militantes não encerram suas reivindicações na conformação de moradias improvisadas, e na precarização do direito à moradia, pela simples urgência de “um lugar para morar”.

²⁵ Para garantir o anonimato dos entrevistados nesta pesquisa usaremos como legenda E – entrevistado, seguido do número que representa a ordem cronológica da sua realização.

2.1.4 O Plano Diretor de Porto Alegre em disputa

Para além de toda a agitação política e social provocada pelo fato de Porto Alegre ser sede de quatro das primeiras edições do FSM, também se amplificou no mesmo período a ação de movimentos que retomam a cidade, denunciando a sua mercantilização e exclusão (BUONFIGLIO, 2007). Essa ação ganhou contornos mais marcantes a partir da derrota eleitoral da FP em 2004, quando um programa de maior conciliação entre os interesses públicos e privados conquistou força dentro da institucionalidade e em conselhos representativos, diminuindo a importância do Orçamento Participativo – OP como instrumento de participação popular nas discussões orçamentárias do município e, também, com a possibilidade aberta entre poder público e representações empresariais para dar maior expressão para estes no reordenamento urbano e nos planos de revitalização de espaços públicos (BAIERLE, 2007).

Para compreendermos tal questão é preciso regressarmos mais um pouco no tempo, mais precisamente para os anos finais da década de 1990, quando a cidade vivenciou o debate da revisão do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA, através da lei complementar 434/1999²⁶. Esta legislação determinou que o planejamento urbanístico deixasse de ser um instrumento eminentemente técnico e passasse a incorporar a participação da sociedade civil em todas as fases do planejamento urbano. Também é através dessa lei que se cria o Sistema Municipal de Gestão e Planejamento – SMGP, com o atributo de criar canais de participação social no planejamento urbano e que este se comprometa a realizar um processo permanente e sistematizado de atualização do PDDUA. Assim foi instituído, na forma da lei, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA como instância consultiva, composta por representantes governamentais, não governamentais e das oito Regiões de Planejamento da Cidade – RP, que também formam instâncias consultivas de âmbito local (LIMA, 2012).

Em 2003, o CMDUA passa a ser composto por 28 membros, parte deste grupo constituída por representantes governamentais (9), de entidades de classe (9) e de representantes da comunidade (9), sendo que, destes, oito devem ser escolhidos pelos fóruns regionais de planejamento e um pelo OP. Os fóruns regionais são

²⁶ A Lei Complementar 434/99 está disponível no site: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/pddua_-_texto_alterado_ate_lc_667_final_revisado_teresinha.pdf>.

divididos em oito Regiões de Gestão de Planejamento, RGP. Cabe a estes a análise e detalhamento do PDDUA, e também a aprovação de Projetos Especiais que não constam das diretrizes do planejamento urbano e que têm consequências no cotidiano da cidade. São os projetos não previstos na lei. Nesse sentido, é importante reforçar que nesse momento já estava em vigor no país a Lei 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, que reforça a visão de sociedade tripartite – Estado, mercado e sociedade civil. Segundo Sobottka (2002), essa visão busca reforçar a construção de uma esfera pública²⁷ influente, que enraíze princípios democráticos e supere dicotomias liberais que confrontam público-privado e privado-econômico.

Mas esse sistema, numa arena de disputa eminentemente econômica, não deixa de expor as fragilidades dos segmentos com menor influência financeira na cidade. Com a conformação tripartite dentro de uma conjuntura política mais favorável ao empresariado, a aprovação de projetos de grande impacto urbano como condomínios residenciais passou a ser prioridade do CMDUA.

Segundo Marcelo Rubin de Lima (2012), em sua importante contribuição para compreendermos o ciclo de conflitos no plano diretor de Porto Alegre, é por meio da constituição do CMDUA que observamos a reorientação da política empresarial que, sob um diagnóstico de mercado e investimentos, passa a exigir a reorganização do plano diretor da cidade para a ampliação da exploração imobiliária, em especial nas zonas consideradas mais valorizadas da cidade e, também, nas regiões com potencial de valorização ou revalorização, como o Centro como a região central, o chamado CEPA.

Portanto, no momento em que o plano diretor deixa de ser um instrumento meramente técnico e ingressa na arena política, a atuação das corporações e do empresariado também se desloca para dentro dos instrumentos de participação social, o que se fortalece ainda mais com a derrota eleitoral da FP, quando os agentes empresariais também passaram a influenciar na eleição e indicação dos agentes públicos da cidade.

Essa ação política orientada para a disputa cria um novo ciclo de confrontos políticos – a disputa do Plano Diretor, porque justamente será o CMDUA o órgão responsável pela aprovação dos projetos urbanísticos de grande porte e também pela

²⁷ Para Jürgen Habermas (2006), a concepção de esfera pública abrange as dimensões correspondentes ao espaço social e de representação pública e sob a perspectiva histórica ela assume a configuração dentro do contexto sócio-histórico onde ela está inserida. De forma sintética, esfera pública será a dimensão que os assuntos públicos passam a ter quando discutidos tanto por atores públicos quanto privados.

aprovação dos projetos previstos para as áreas especiais de interesse institucional, urbanísticas e ambientais²⁸. Como sistema tripartite de composição do CMDUA, os empresários, em conluio com os agentes públicos, passam a ter maioria nas deliberações previstas pela lei. A título de exemplo, entre os anos de 2006 e 2008, cerca de 304 projetos especiais foram analisados pelo CMDUA e apenas um foi rejeitado, conforme explicita o trabalho de João Telmo de Oliveira Filho (2009), que analisa o ciclo de participação popular no caso do Plano Diretor de Porto Alegre.

Outro paralelo importante cabe ser ressaltado – entre os anos de 1999 e meados nos anos 2000, Porto Alegre passou por uma “explosão” de empreendimentos imobiliários, em especial nas áreas consideradas nobres, o que resultou em conflitos de diversas ordens na cidade, com grande protagonismo de lideranças comunitárias e de associações de moradores de bairros atingidos por projetos de verticalização da construção civil.

Ao longo desse período, diversos movimentos emergiram e passaram a organizar a resistência – Movimento Moinhos Vive²⁹, Petrópolis Vive³⁰, dentre outros com o mesmo caráter, que se multiplicaram pelos bairros da Região de Planejamento 1 – RP1, que compreende os diversos bairros que compõem a região central da cidade. Com o intuito de denunciar a descaracterização arquitetônica e o detalhamento dos regimes urbanísticos das Áreas Especiais de Interesse Cultural e Ambiental, convocavam, através de notas públicas veiculadas em jornais de bairros, as manifestações que visavam mobilizar ações coletivas e protestos para a escolha das tais Áreas Especiais em cada bairro com vistas à sua preservação.

Outro exemplo de conflitos resultantes do confronto entre agentes privados e movimentos socioterritoriais na disputa do PPDUA está veiculado em notícia do Jornal Correio do Povo, do dia 7 de novembro de 2003, aqui transcrito:

Liminar anula eleição para PD

A Associação dos Moradores do Bairro Moinhos de Vento conseguiu ontem uma liminar junto ao Tribunal de Justiça anulando a eleição realizada no dia 25 de setembro, na qual foram escolhidos os delegados e conselheiros da Região 1 para integrar o Conselho de Alteração do Plano Diretor de Porto Alegre. A entidade havia ingressado na 5ª Vara da Fazenda Pública, cujo juiz negou o pedido. Através de um agravo de instrumento junto ao TJ, o desembargador Vasco Della Justina atendeu ao pedido. O magistrado acolheu as denúncias de que o processo eleitoral foi maculado devido ao fato de não terem sido atendidas as condições do edital convocatório. Em vez de

²⁸ Artigos 73, 86 e 92 do PDDUA.

²⁹ Blog do Movimento Moinhos Vive: <<http://moinhosvive.blogspot.com>>.

³⁰ Com informações coletadas no Blog: <<https://poavive.files.wordpress.com/>>.

a eleição ter sido através de voto, ocorreu por aclamação e por uma plateia integrada na maioria por pessoas não moradoras nos bairros. Cerca de 80 delegados eleitos não comprovaram residência nos locais abrangidos pela 1ª Região, usando carteiras de trabalho em que constava trabalharem para empresas nessas áreas. O fato foi incluído na denúncia e no pedido apresentados pela associação, acatados pelo desembargador. O presidente da entidade dos Moinhos de Vento, Raul Agostini, e a advogada Verena Flach foram à reunião do Conselho de Alteração do Plano Diretor, ontem à noite (06/11/2003), na Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov), onde apresentaram a liminar ao coordenador dos debates.

Para compreender a versão manifesta pela Associação de Moradores do Bairro Moinhos podemos buscar a notícia veiculada relatando o mesmo assunto no site do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/RS, que aqui segue transcrita:

Anulada Eleição da Região 1 do Plano Diretor de Porto Alegre

Uma liminar impetrada pela Associação dos Moradores do Bairro Moinhos de Vento anulou a eleição para os delegados e conselheiros da região 1, do Conselho do Plano Diretor de Porto Alegre. A decisão foi tomada no dia 6 de novembro, pelo desembargador Vasco Della Giustina, devido a denúncias de que o processo eleitoral foi marcado por várias irregularidades, não atendendo ao edital. No agravo de instrumento, encaminhado pela advogada Verena Flach, foi pedida nova assembleia para o prazo de 15 dias, mas por enquanto o magistrado não se manifestou a respeito. O pleito ocorreu no dia 25 de setembro, no Clube Caixeiros Viajantes, quando foram escolhidos os representantes (coordenador Samuel Quintana de Souza e os suplentes André de Oliveira e Neusa Amoretti) da Região 1, que compreende 19 bairros – Centro, Cidade Baixa, Bom Fim, Bela Vista e Santana são alguns deles – nas reuniões do Fórum de Planejamento. Devido ao grande número de votantes, que chegou a 495, faltaram crachás e cédulas de votação, o que levou o secretário municipal de Planejamento, Carlos Eduardo Vieira, a sugerir a votação por aclamação. Como a fila se estendeu até a metade da quadra, os seis credenciadores não estavam preparados para atender à demanda, o que gerou atraso no horário da votação e uma grande confusão. De acordo com Verena Flach, na ocasião foi feita uma questão de ordem, com a listagem do credenciamento das pessoas físicas, das entidades não governamentais que se credenciaram, delegados e ata. De posse destes documentos, fornecidos pela Prefeitura, foi procedida uma análise, onde se concluiu que um grande número de pessoas aptas a votar não eram moradores da Região 1, apenas trabalhavam nestes locais. ***‘Várias pessoas apresentavam o mesmo endereço, correspondente a construtoras. Tirei fotos das pessoas serem levadas por vans, que foram anexadas ao processo. A fraude foi constatada’***, declara a advogada, que acredita que durante o andamento do processo, que pode durar dois anos, a Região 1 ficará sem representantes. Ela espera que a Prefeitura em breve tome providências, convocando uma nova assembleia para tratar do assunto (Grifo nosso).

Ressalta-se a fala da advogada, representante da Associação de Moradores, que denuncia uma possível fraude no credenciamento de moradores do bairro e que comprovaria assim um interesse imediato dos representantes das construtoras em eleger conselheiros para o CMDUA identificados com estas. Durante os anos iniciais da década de 2000, os conflitos envolvendo a disputa do PPDUA foram relatados em

blogs e jornais e também na fala de diversas lideranças comunitárias e populares entrevistadas para esta pesquisa. Em resposta às mobilizações, em abril de 2004, através de um decreto, a prefeitura acaba por congelar os projetos e construções em áreas protegidas. Tal medida foi comemorada pelas lideranças comunitárias e seus aliados, mas não foi aceita pelas representações empresariais da construção civil. Para tal, uma ação civil pública contra o decreto foi ajuizada pelo Sindicato das Empresas da Construção Civil – Sinduscom e outras 13 entidades, junto ao Ministério Público.

Segundo Oliveira Filho (2009), tais conflitos desencadearam uma forte disputa nas audiências que antecederam a revisão do PPDUA, no ano de 2007, quando estava em pauta a aprovação das sugestões das oito RP no processo de revisão, além das propostas para os limites máximos de altura dos prédios. A audiência pública, convocada para discutir tal tema, foi realizada em 26 de maio de 2007, e contou com amplo repertório de ação coletiva de ambos os lados para a sua mobilização. De um lado, as associações de moradores e movimentos socioterritoriais que denunciavam a verticalização dos bairros e defendiam a preservação do patrimônio cultural e ambiental da cidade e, de outro, a indústria da construção civil, que denunciava que tal protecionismo iria resultar em demissões em massa entre trabalhadores do setor. Para tal, articulações coletivas, assembleias, panfletos, notícias patrocinadas em jornais, dentre outros instrumentos, prepararam o clima de disputa da audiência.

Nessa guerra, na qual ambos os lados trataram de lançar publicamente manifestações para arregimentar apoio público, prevaleceu o poder econômico. Ainda conforme Oliveira Filho (2009), os trabalhadores da construção civil, mobilizados por seus sindicatos e entidades empresariais, chegaram à audiência de ônibus fretados para tal fim, o que lhes deu maioria diante das propostas defendidas contra os interesses dos moradores dos bairros atingidos pelos projetos. Tal fato teve ampla repercussão na mídia da época, inclusive em telejornais e mídia impressa³¹. A partir das imagens e dos fatos relatados, os movimentos socioterritoriais solicitaram ao Ministério Público Estadual um pedido de anulação da audiência, que foi remarcada para 16 de junho do mesmo ano. Ainda citando Oliveira Filho (2009), os trabalhadores da construção civil eram pouco menos da metade dos 1.784 participantes e acabou

³¹ Os vídeos da audiência, inclusive com a matéria veiculada na RBS TV, podem ser vistas no blog: <<http://poavive.wordpress.com/audiencia-publica/>>.

resultando “planejamento estratégico com viés empresarialista, tendencialmente tecnocrático, burocratizado, parcialmente democrático e de participação restrita”.



Figura 8 – Audiência Pública do Projeto do Pontal do Estaleiro na Câmara de Vereadores em 2007.
Fonte: <<http://agapan.blogspot.com.br>>.

Mas é recorrente, nas entrevistas e nos blogs de movimentos de oposição ao resultado das audiências de revisão, o pensamento de que os fatos ocorridos na disputa do Plano Diretor formaram uma nova cultura política nos movimentos que se articulam em torno do direito à cidade, enquanto direito difuso. Em 2008, esse debate seguiu em torno do movimento que questionava o projeto conhecido como “Pontal do Estaleiro”, que visava um megaempreendimento imobiliário nas margens do Lago Guaíba. Surgem novos movimentos como “Em defesa da Orla do Guaíba” e passam a exercer pressão pública sobre a Câmara de Vereadores, através de disputas e denúncias jurídicas de ambos os lados.

Mesmo aprovado em uma tumultuada sessão da Câmara de Vereadores, os movimentos contrários ao empreendimento na Orla exerceram forte pressão sobre a Gestão Municipal, que assim acabou por propor um “veto técnico” e assim envia para submissão aos vereadores a proposta de realização de um referendo que consultasse a população da cidade sobre o interesse ou não de apoiar a instalação de empreendimentos residenciais na Orla. O referendo foi aprovado e a sua data marcada para o dia 23 de agosto de 2009 (LIMA, 2012).

A aprovação da consulta pública não abrandou os ânimos em ambos os lados, pelo contrário, durante toda a campanha que antecedeu a votação, tanto a campanha pelo “Sim” e quanto pelo “Não” buscaram arregimentar o máximo apoio da população. As entidades empresariais utilizavam-se de anúncios em jornais e participação em

eventos públicos para divulgar suas posições, sempre pautada no tema do desenvolvimento econômico e na modernização da cidade (LIMA, 2012). As entidades e movimentos defensores do “Não” realizavam ações de visibilidade em espaços públicos da cidade, arregimentando apoio através de abaixo-assinados e também de panfletos, denunciando o empreendimento imobiliário e os impactos destes para a paisagem urbana e para uso público da Orla.

“O que estava em jogo neste momento são os projetos ou modelos de cidades opostos” (LIMA, 2012, p. 70). Realizada no dia 23 de agosto de 2009, a consulta pública contou com a participação de 22.619 eleitores, sendo que, destes, 18.212 votaram pelo “Não” e apenas 4.362 votantes pelo “Sim”. Mesmo vitoriosa, a posição contrária ao uso comercial e residencial da Orla, o debate sobre os índices construtivos e sobre as áreas de interesse cultural e ambiente prosseguiram durante os primeiros anos da década de 2010, sendo esta uma das principais disputas políticas sobre o espaço urbano da cidade.

2.2 OS REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NA DISPUTA DO CENTRO HISTÓRICO

Estabelecida a gênese dos movimentos socioterritoriais e suas pautas de disputas no CHPA, então agora nos cabe sistematizar quais são as formas de ação coletiva eleitas por esses movimentos para interagir e/ou confrontar seus adversários, mediados por seus repertórios de ação coletiva (TARROW, 2009). Para tal, partiremos de suas “queixas” e “exigências”, em especial quanto ao conceito difuso de “direito à cidade” e, assim, elencaremos os seus principais repertórios. Tal passo se dá quase que exclusivamente por meio de entrevistas às lideranças dos movimentos que atuam no CHPA nas últimas duas décadas através do FERU.

Ressalta-se novamente que aqui repertórios são conceituados como um “conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (ALONSO, 2012, p. 26). Para os estudos que se orientam sob esse conceito, essa forma de interação envolve confronto e/ou reivindicações associadas a diversos interesses, mas sempre com um determinado grupo em interação direta com um governo ou poder institucionalizado (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Um ponto de partida para a ação coletiva dos movimentos participantes desta pesquisa é resultante do amadurecimento da democracia participativa na esfera

pública local. Num primeiro momento, os movimentos oriundos da luta histórica pelos direitos sociais que são resultantes do período da reabertura democrática do País passaram a reivindicar maior protagonismo político. As sucessivas vitórias da FP para o poder local em Porto Alegre também possibilitaram um maior amadurecimento dos instrumentos de participação popular, em especial o OP e, em seguida, os conselhos de políticas públicas setoriais. As “queixas” passam a ter um canal direto de manifestação, e, durante mais de uma década, as assembleias do OP foram o espaço de mobilização, deliberação e amadurecimento político de diversas lideranças populares em Porto Alegre.

Como já explicitamos no capítulo anterior, uma série de estudos na área das ciências sociais tem buscado interpretar a ação política de movimentos sociais no contexto urbano (McADAM; TARROW; TILLY, 2009). Um primeiro ponto de vista colocava em dicotomia a ação institucional e a contestação política desenvolvida por uma série de movimentos que atuaram no Brasil, em especial após o período da ditadura militar (GOHN, 2010).

Com a redemocratização e o avanço dos direitos civis individuais e coletivos, após a Constituição de 1988, os chamados canais de participação e instrumentos de democratização do Estado passaram a oportunizar novas formas de ação coletiva. Novos atores passam a participar de fóruns de debate e, assim, a vivenciar um maior amadurecimento nas suas lutas políticas. Em âmbito local, experiências como o Orçamento Participativo, dentre outras formas de participação direta, colaboraram para que entidades e movimentos de atuação em escalas locais e regionais passassem a protagonizar ações coletivas que resultaram em ganhos reais nas políticas públicas do país (FEDOZZI; MARTINS, 2015).

Segundo relato do Entrevistado 2, militante do movimento comunitário de Porto Alegre e dirigente da FEGAM, ao longo dos anos que sucederam a ascensão do PT ao governo local, as ocupações como tática de reivindicação levadas a cabo pelo movimento de direito à moradia durante as décadas de 1970 e 1980 passaram a ceder lugar para o diálogo, via OP ou canais de relação direta entre governo e movimentos.

Mas esse possível arrefecimento da ação coletiva dos movimentos de luta pela moradia não é visto pelo entrevistado como um período de baixas conquistas e ativismo político. Pelo contrário, o líder comunitário avalia que, através da mediação e dos canais de participação direta e representativa, como as assembleias do OP, diversas ocupações irregulares da cidade passaram por um processo de regularização, ademais, por meio de intenso debate adotou-se na cidade uma política

habitacional que evitava as remoções, diferente dos processos ocorridos entre as décadas de 1960 e 1980. Segundo ele, o melhor exemplo pode ser visto no caso da Vila Planetário, próxima à Avenida Ipiranga, no bairro Santana, em que as famílias procedentes daquela comunidade foram reassentadas em moradias populares no mesmo local onde originalmente estavam reivindicando moradia.

Esse modelo de política habitacional no âmbito do município prevaleceu durante toda a década de 1990 e se estendeu até o final do governo de João Verle (2002-2004), cabendo ao DEMHAB executar as políticas habitacionais deliberadas pelas conferências e assembleias populares que apontavam as diretrizes de governo no que tangia à regularização fundiária na cidade.

Dentre as teorias dos chamados novos movimentos sociais (MELUCCI, 1996), em especial aquelas que dialogam com a teoria democrática deliberativa, se sustenta que, dentre as diversas formas de atuação dos movimentos sociais, a ação institucional também pode influenciar nos sistemas político-institucionais e, assim, produzir “algum tipo de reação que pode ser mais ou menos democrática” (MELUCCI, 1996, p. 191). Essa posição se aproxima do que ocorreu em Porto Alegre durante as gestões da FP, em que a posição de confronto e o repertório focado nas ocupações de prédios públicos ou privados foi cedendo lugar ao diálogo via OP e com a implantação de políticas habitacionais pactuadas no sistema de participação popular. Esse quadro parece se alterar quando entra em cena na disputa institucional os agentes privados, que organizam-se para a disputa do Conselho do Plano Diretor (OLIVEIRA FILHO, 2009).

Corroborando com esse relato, a Entrevistada 3, militante da União das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA, afirma que a partir de 2005 a situação mudou consideravelmente. Na sua opinião, os movimentos de luta pela moradia passaram a disputar as políticas públicas em outros ambientes, contra agentes privados que até então estavam “hibernando” na disputa das políticas públicas – as empresas do ramo imobiliário e da construção civil. Para ela, não somente os agentes privados passaram a exercer maior influência como também a gestão municipal passou a aprovar via CMPUA as demandas da indústria da construção civil em detrimento das demandas dos movimentos de bairros.

Ainda segundo E3:

Aos poucos, as demandas do OP passaram a não ser mais executadas nos eixos que tratavam sobre o direito à moradia, ao mesmo tempo que diversas alterações no Plano Diretor da cidade começavam a apontar para uma crescente influência da especulação imobiliária nas políticas da cidade. Assim, com o transcorrer dos governos Fogaça e Fortunati, temas como as remoções e despejos voltaram a ser

pauta do governo, o que se agravou muito com as obras da Copa. Um exemplo disto é a Vila Chocolateira.

Assim, “[...] a paisagem [do CHPA], outrora caracterizada pela desvalorização imobiliária, passa então a atrair novamente investimentos nas áreas da cultura, entretenimento e turismo, enfim, o consumo do espaço pela história” (BUONFIGLIO; PENNA, 2011, p. 120). Esse é o estopim para um novo ciclo de conflitos e da eleição de “novos” repertórios de ação política na disputa do espaço do Centro de Porto Alegre.

2.2.1 Inventário dos repertórios dos movimentos socioterritoriais

Como já explicitamos, por meio do conceito de repertórios de ação coletiva é possível sistematizar padrões de ação política que se repetem num determinado espaço e tempo (ALONSO, 2012). Como forma de concluir este capítulo sobre as disputas empreendidas pelos movimentos socioterritoriais no CHPA, no recorte do campo proposto, usaremos este ponto para apresentar uma classificação dos principais repertórios identificados ao longo da pesquisa. Essa sistematização retoma o tempo e o espaço das ações aqui apresentadas e aponta para o próximo capítulo, que focará nos resultados e nas ações observadas no campo de pesquisa, em especial nas mudanças resultantes da ação coletiva dos movimentos socioterritoriais em análise.

Como método, seguiremos a análise das entrevistas junto aos atores e lideranças dos movimentos identificados no confronto contra os agentes públicos e privados, em especial aquelas vinculadas ao movimento de luta pela moradia. Paralelamente, recorreremos, a título de ilustração, a notícias de jornais e veículos de comunicação local e de blogs e páginas na internet vinculadas aos movimentos.

Nas entrevistas de campo, os repertórios aparecem de diversas formas. No geral, são vistos como a tática e como prática de protestos deliberados coletivamente em fóruns, reuniões e assembleias dos movimentos que reivindicam os seus territórios no CHPA. Para a teoria da mobilização política, essas formas organizativas de associação (encontros, reuniões, assembleias, plenárias, etc.) também são categorias de repertórios de ação coletiva (TARROW, 2009). Retomada a ação coletiva como repertório, os movimentos socioterritoriais presentes no CHPA passam a definir novas táticas em acordo com o momento histórico – ação direta, mobilização de rua, ocupações e mobilização de apoio da opinião pública e de movimentos sociais solidários.

Entre os anos de 2002 e 2017 os movimentos por direito à moradia que se aglutinaram no FERU protagonizaram uma série de ocupações de prédios públicos ou privados no CHPA. Segundo a Entrevistada 4, moradora do Assentamento 20 de Novembro e militante do MNLM, as ocupações se constituíram na melhor forma de chamar a atenção para o problema da moradia em Porto Alegre, e também resultaram em conquistas reais, como o assentamento no qual ela vive hoje com seu marido e as duas filhas do casal. Ela relembra que, além da ocupação que resultou no assentamento 20 de Novembro, outras ações coletivas foram desempenhadas no CHPA na última década. A ação é sempre pensada a partir da necessidade de organizar novos militantes que se encontram em situação de rua, sem-teto. O primeiro passo para organizar a ocupação passa pela deliberação do prédio e da tática a ser adotada. E4 relembra que a ação busca sempre articular apoio jurídico e político para organizar a resistência e atingir o objetivo que pode ser manifestar, chamar a atenção para a situação de abandono de algum prédio ou imóvel, ou mesmo avançar na conquista da moradia definitiva.

E4 também relembra a primeira ocupação que ajudou a organizar, com cerca de 150 sem-tetos em um edifício sem moradores no CHPA, em 25 de novembro de 2008. A ação integrava a jornada nacional pelo direito à moradia, reforma urbana e pelo direito à cidade, organizado em todo o País pelos movimentos de reforma urbana. Segundo esse relato, “o MNLM usou essa ação para denunciar o não cumprimento da função social da propriedade e para denunciar o fim dos vazios urbanos”. Essa ocupação durou apenas 24 horas, mas para ela cumpriu um enorme papel na articulação do movimento na visibilidade do dia nacional de lutas.



Figura 9 – Ocupação liderada pelo MNLM de prédio na Av. Julio de Castilhos, 516 em 25 de novembro de 2008. Fonte: <<http://mnlm-rs.blogspot.com/>>.

Para o Entrevistado 5, líder do MNLN, as ocupações são a melhor forma de enfrentar o debate público sobre o direito à moradia “porque chama a atenção da imprensa, dos governos e dos formadores de opinião”. Também é creditada às ocupações o apoio que o movimento de luta pela moradia adquiriu nas últimas décadas em Porto Alegre. “São dezenas de colaboradores que ajudam na questão jurídica, financeira, estrutural e principalmente de respaldo político para o movimento” afirma E5. Para a liderança do movimento, as ocupações desempenhadas durante as edições do FSM de 2002 a 2005 foram decisivas para a conquista desse apoio público.

<p>03/10/2011 17h29</p> <h3>Manifestantes invadem dois prédios desocupados na área central de Porto Alegre</h3> <p>Uma das invasões ocorre em edifício que foi usado pelo PCC em tentativa de roubo a banco em 2006</p> <p>Compartilhar    </p>  <p>Edifício que pertencia à Rede Ferroviária Federal foi invadido na Rua Dr. Barros Cassal Foto: Ronaldo Eremida</p> <p>Dezenas de manifestantes ligados ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia invadiram, na manhã desta segunda-feira, dois prédios desocupados na região central de Porto Alegre.</p> <p>As invasões ocorrem na Rua Dr. Barros Cassal, em um edifício que pertencia à Rede Ferroviária Federal, e na Rua Caldas Júnior com a Avenida Mauá, no prédio de número 11 — conhecido por ter sido usado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), em 2006, para uma tentativa frustrada de roubo a banco em Porto Alegre.</p> <p>Correio do Povo, 03 de outubro de 2011</p>	<p>www.correiodopovo.com.br/?noticia=344047</p> <p>Notícias >> Geral</p> <h3>Movimento Nacional de Luta pela Moradia ocupa prédios no Centro da Capital</h3> <p>Grupo reivindica assentamento de famílias despejadas em 2007</p>  <p>Prédio foi invadido por manifestantes nesta segunda-feira. Clique e veja mais fotos Foto: Vinícius Roratto</p> <p>1 Comentários Luciano Nagel / Rádio Gualba    </p> <p>Um grupo de 60 militantes do Movimento Nacional da Luta pela Moradia (MNLN) ocupa, na manhã desta segunda-feira, pelo menos dois prédios no Centro de Porto Alegre. Um edifício fica na esquina da rua Caldas Júnior com a Avenida Mauá, enquanto o outro está localizado na rua Barros Cassal, em frente à Igreja Pompeia. De acordo com representantes do movimento, a ocupação é por tempo indeterminado. Essa é a terceira vez que o imóvel é ocupado pelo MNLN. Na última ocupação, realizada no dia 20 de novembro de 2006, 36 famílias ficaram no local por quatro meses, período utilizado para desenvolver atividades de geração de renda, formação e culturais.</p> <p>Correio do Povo, 03 de outubro de 2011</p>
---	---

Figura 10 – Notícias sobre invasões e ocupações de prédios em Porto Alegre.
Fonte: Correio do Povo (03 out. 2011).

Outro importante repertório de ação coletiva dos movimentos que reivindicam seu espaço no CHPA tem sido os protestos e manifestações de rua. Durante as mobilizações contra a ação dos movimentos empresariais, no debate público da revisão do plano diretor, tal tática foi levada a cabo por diversos movimentos que se uniram em torno do direito à cidade. Uma série de ações desencadeadas por movimentos de moradores de bairros, movimentos ambientais e culturais se associaram para protestar contra as mudanças no plano diretor, que afetariam a paisagem urbana, o patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade.



Figura 11 – Moradores protestam no bairro Petrópolis. Fonte: <<http://poavive.wordpress.com/>>.

Entenda o que está por trás da discussão Edifício-Garagem x Rua Gonçalo de Carvalho

Defenda o direito à qualidade de vida e preservação do meio ambiente

Existe um projeto de construção do Torre da OSPA na área do Shopping Total. Mas vejamos o que terá por trás:

O problema é que igualmente vão construir um edifício-garagem com 351E pavimentos sendo 200 andares no subsolo. Ficará junto à Rua Gonçalo de Carvalho, uma das mais belas ruas de Porto Alegre. Querem também que 1000 o trânsito de saída do Shopping seja escoado pela Gonçalo.

Sem contar os moradores das redondezas, aqui vamos o projeto e está faltando apenas a Licença de Instalação. A Rua Gonçalo de Carvalho, com suas árvores e paisagem, será atingida pela poluição com o aumento desordenado de trânsito na rua, que insistem em fazer.

Os moradores dos prédios vizinhos, alguns muito antigos, poderão ter suas estruturas ameaçadas, pois o local é uma pedreira basáltica.

Somos grandes admiradores da OSPA e nada temos contra ela, como admirável instituição que regula a cidade e o estado.

O problema é outro...

A cidade não pode ser propriedade das grandes grupos econômicos e seus interesses mesquinhos. A cidade é da população.

Especialmente de nossos filhos e das que virão depois.

Um grupo de pessoas iniciou um movimento contra isso e mais algumas coisas pertinentes.

Estamos solicitando apoio a todos os que tenham o mesmo pensamento que nós. Sejam ou não moradores da Rua, do Bairro ou da Cidade.

Mas somos apenas um grupo de pessoas, moradores do bairro, não um grupo econômico.

Somos pessoas comuns, como você. Mesmo tendo que trabalhar diariamente em nossas atividades profissionais, estamos usando parte de nosso tempo para exercer nosso direito de expressar nossa opinião com liberdade.

Exerça sua cidadania

Não se encha. Você e a cidade perderão muito com estas alterações.

Consulta Pública

Do 29 de dezembro haverá CONSULTA PÚBLICA e reunião de escuta, como determina a lei, na Sala Paroquial da Igreja Batista, às 19h,30m (Cristóvão Colombo, 616).

Participe! Defenda a cidade!

Caso te interesses pelo tema e possas colaborar (não em dinheiro), ficaremos muito satisfeitos. Podes ser um sugestivo, participando de manifestações e reuniões de apoio ou simplesmente divulgando a conteúdos nossas opiniões e atos.

Amigos e Moradores da Independência Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho

9078.2121 - 8419.8065 - 9853.4839 - 9806.6848

Figura 12 – Panfleto Explicativo denunciando as mudanças em rua do Bairro Floresta.

Você pode perder esta vista se não fizer nada!

A orla do Guaíba está ameaçada!

Junte-se a nós na mobilização para salvar a orla.

Quando: 4 de outubro, a partir das 15h

Onde: Gasômetro

Para maiores informações sobre o assunto, visite o blog: <http://poavive.wordpress.com>

Figura 13 – Panfleto distribuído pelo Movimento POA Vive.

Atenção!

Divulgue "boca-a-boca"
 O Pontal do Estaleiro não é um projeto isolado, é a primeira manifestação de uma nova lógica de apropriação da cidade. Nela, **poucos ganham e a maioria perde**. O Plano Diretor está em revisão e com sua discussão suspensa. Se os **projetos especiais** forem aprovados e executados, antes da revisão, esta "nova" realidade será o ponto de partida para o planejamento da cidade.

Abrace esta luta!
 A cidade é de todos nós. É a cidadania que a constrói e ao "Poder Público" compete servi-la. Exija maiores explicações. Manifeste-se, participe, divulgue, **abraça esta causa**.

O projeto Pontal é só a "ponta do iceberg"

A **Lei Complementar 470** veda o uso residencial, a atividade industrial e a localização de depósitos, preservando o espaço para atividades de interesse cultural. Permite a construção até quatro pisos, o que não altera de forma significativa a volumetria do prédio que lá existe. Após anos de abandono da área, sem que o Poder Público exigisse do proprietário o cumprimento da **Função Social da Propriedade** (LC. 312) e nem mesmo do **Código de Posturas** (LC. 12), o empreendedor, BM PAR, requer dos vereadores a alteração desta lei. Alega o empreendedor, que os limites do regime urbanístico instituído pela lei 470, não garante o **lucro necessário**, para que seja um "bom negócio".
 A alteração proposta para a lei permitirá o uso residencial e comercial, assim como a altura de 43m.
 Os prédios, caso a lei seja alterada, serão da **altura do morro!**

Abaixo-assinado na Internet: <http://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/1571>

PARTICIPE FÓRUM
 MUNICIPAL DE ENTIDADES
 Porto Alegre
 Endereços eletrônicos: forumpoa@gmail.com - forumpoa@gmail.com

Figura 14 – Panfleto distribuído nos protestos e ação de mobilização.



Figura 15 – Coleta de assinaturas para reverter a aprovação do projeto do Pontal do Estaleiro em 2007. Fonte: <<http://poavive.wordpress.com>>.

Os principais repertórios de ação coletiva levados a cabo pelos movimentos socioterritoriais observados nesta pesquisa, e que empenharam esforços na disputa do espaço do CHPA ao longo das últimas décadas, estão sistematizados no quadro que segue:

Movimentos e âmbito de sua atuação	Significado compartilhado e agenda	Participantes, organização e atuação	Repertórios de Ação e interação
<p>União das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA; FEGAM - Federação Gaúcha das Associações de Moradores do RS e CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores</p>	<p>Organização que representa as Associações de Moradores de Bairros e Vilas de Porto Alegre, do RS e dos Estados que lutam pela reforma urbana em âmbito local, estadual e nacional</p>	<p>Lideranças comunitárias de bairros e vilas; atua em toda a cidade.</p>	<p>Reuniões, congresso, participação em audiências, representações institucionais e conselhos da cidade; apoia os movimentos de ocupação e realiza manifestações e reivindicações sobre o tema da reforma urbana, dentre outros.</p>
<p>Fórum da Reforma Urbana - RS</p>	<p>Fórum de articulação estadual dos movimentos que lutam pela reforma urbana</p>	<p>Movimentos de luta pela moradia, entidades acadêmicas, de pesquisa, articulações pela reforma urbana e pelo direito à cidade</p>	<p>Semelhante a anterior.</p>
<p>Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM</p>	<p>Movimento de âmbito nacional que organiza sem-teto para reivindicar o direito à moradia</p>	<p>Sem-teto, trabalhadores desempregados e ativistas da luta pela moradia</p>	<p>Ocupação, passeatas, protestos de rua, participação em congressos, articulações institucionais e de representação do movimento e da causa</p>
<p>Movimento POA Vive</p>	<p>Movimento que aglutina defensores do patrimônio cultural e histórico da cidade, contra a mercantilização dos espaços públicos</p>	<p>Ativistas sociais, lideranças comunitárias, ambientalistas e entidades de classe</p>	<p>Passeata, atos públicos, abaixo-assinado, participação em audiências públicas, panfletagens e ativismo em redes sociais virtuais</p>
<p>Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN</p>	<p>Organização Não-governamental que atua no Rio Grande do Sul desde 1971 em defesa da preservação ambiental</p>	<p>Ambientalistas, ativistas sociais, acadêmicos e de entidades de classe</p>	<p>Manifestações públicas, passeatas, abaixo-assinado, participação em audiências públicas, etc.</p>
<p>Instituto dos Arquitetos do Brasil -IAB/RS</p>	<p>Entidade de classe que atua no debate da reforma urbana e do planejamento urbano</p>	<p>Arquitetos e urbanistas</p>	<p>Participação em audiências públicas, conselhos, em especial no debate do Plano Diretor</p>

Seria correto observar, a partir das entrevistas e da pesquisa em jornais e blogs de notícia que possibilitaram esse breve inventário de repertórios de ação coletiva,

mesmo que as fontes sejam de difícil acesso em função da informalidade e da forma discriminatória como o assunto é tratado pelos veículos de imprensa, que, no período que corresponde as duas primeiras décadas do século XXI, a disputa *no e pelo* território urbano do CHPA ganhou nova dimensão por meio do embate provocado pelo confronto de múltiplos agentes que reivindicam para si o espaço da cidade. Esses enfrentamentos e a resistência, empenhada por aqueles movimentos e atores que manifestam perdas territoriais, trazem à tona a reivindicação do direito à cidade na perspectiva de direito difuso.

Os repertórios de ação coletiva assumidos pelos movimentos aqui listados surgem como resposta, como enfrentamento e resistência. São também um instrumento de construção de uma proposta de cidade e de fazer política na cidade. São nessas ações coletivas que surgem novas relações, debates mais maduros sobre o ambiente urbano e também uma nova cultura e modo de fazer política *na e pela* cidade. Esse é um forte instrumento que altera a percepção sobre o espaço urbano e também cria novos pertencimentos, ou seja, novas territorialidades. No próximo capítulo analisaremos as possíveis transformações, perdas e ganhos de tais movimentos e as novas territorialidades resultantes de tal ação.

3 AS MUDANÇAS DO ESPAÇO URBANO NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE COMO RESULTADO DO CONFRONTO ENTRE MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E SEUS ADVERSÁRIOS

Ao longo do Capítulo anterior, buscamos estabelecer a gênese dos movimentos socioterritoriais que colocam o direito à cidade e a luta no e pelo espaço urbano como centro da sua ação coletiva no CHPA. Também buscou-se identificar as estratégias, táticas e repertórios utilizados por estes para a organização da sua ação coletiva. O Capítulo III do presente trabalho tem como foco os resultados e as ações observadas no campo de pesquisa, em especial nas mudanças resultantes da ação coletiva dos movimentos socioterritoriais em análise.

Para tal, algumas premissas já explicitadas anteriormente precisam ser aqui sistematizadas, pois elas são fundamentais para a compreensão da concepção que permeia esta pesquisa. A primeira delas parte da afirmação de que há no espaço urbano das grandes cidades um conflito permanente, resultante da ação de agentes públicos e privados interessados na requalificação de espaços, em especial nos centros tradicionais das cidades. Para essa assertiva, há nos centros urbanos contemporâneos um processo de valorização/desvalorização/revalorização dos espaços que colocam em conflito permanente os interesses públicos versus os interesses privados (ALVES, 2015).

Para os autores que defendem esta concepção, que tem como foco a construção de uma teoria crítica radical da geografia urbana³², a essência do capitalismo é a produção de desigualdades e, portanto, no embate entre público e privado há um maior beneficiamento de poucos grupos com maior poder econômico. Esse conflito seria, por esta concepção, a base fundamental da segregação socioespacial que atinge as populações de menor poder aquisitivo em cidades de países capitalistas como o Brasil.

A segunda premissa está em acordo com a primeira e resgata a ideia de Milton Santos (2013a), de que, a partir da inserção do País na nova ordem econômica mundial, em meados dos anos 1960, se desenhou no Brasil um Estado autoritário, num processo de concentração da economia, tanto em poucos grupos econômicos quanto também no espaço geográfico. Ou seja, cada vez mais, no Brasil, um “pequeno

³² Diversos pesquisadores do Grupo de Estudos Urbanos – GEU, uma rede colaborativa em âmbito nacional do tema urbano e em especial do grupo de Geografia Urbana Crítica Radical - GESP, da FFLCH-USP têm se dedicado a sistematizar uma nova teoria de inspiração lefebvriana que seja capaz de expressar as contradições resultantes do processo desigual da produção contemporânea do espaço, em especial aquelas resultantes da luta pelo “direito à cidade”.

número de grupos com posição dominante no mercado exerce de fato papel de controle do território” (SANTOS, 2013a, p. 112). Essa dominação econômica migrou ao longo das últimas décadas para o discurso de uso do território urbano para a realização das atividades econômicas estratégicas para o desenvolvimento das forças produtivas aliadas ao Estado capitalista.

Assim, segundo Santos (2013a, p. 119), os arranjos espaciais das cidades brasileiras também mudaram, sobretudo a função destas, que passam a ser o elo de cooperação e de regulação das atividades econômicas de dimensão nacional a que estão associados as grandes empresas e o Estado.

Por isso, devem ser localmente equipadas para o exercício dessa vocação 'nacional', indispensável à realização do modelo nacional adotado [...] essas atividades *centrais* se dispõem em rede e sistema, interessando à totalidade dos núcleos urbanos, não importa onde estejam localizados. É nesse sentido que podemos falar de uma *urbanização corporativa* (ibidem, p. 120).

Em paralelo a essa afirmação do geógrafo brasileiro, é possível observar que ao longo dos anos finais do século XX e as primeiras décadas do século XXI, com o advento da chamada globalização capitalista, cada vez mais a atividade econômica migrou da produção para a financeirização. A indústria da construção civil, acompanhando o desenvolvimento urbano e a urbanização corporativa, também se afirmou no Brasil como uma das principais atividades econômicas no mesmo período, e nos últimos anos teve um salto de 1,19 milhões de reais no PIBpm (2000) para uma média de 6 milhões (2014 – 2017)³³.

A terceira premissa reforça o diálogo com o conceito de centralidade expresso por Lefebvre (1978) em sua obra *De lo rural a lo Urbano*. Para o autor francês, o centro da cidade pode ser visto como o local das possibilidades, de oportunidades, do mundo do trabalho, um espaço concentrador e que tem como sua contrapartida a periferia, o local da ausência e da escassez. Mesmo que a geografia urbana tenha explorado novas possibilidades de análise a partir da observação das existências de policentralidades ou multicentralidades nas grandes cidades brasileiras, no caso de Porto Alegre é importante observar que, mesmo com a tentativa de descentralização das atividades econômicas de serviços, em especial a partir do projeto Centros de Bairros, desenvolvidos pela administração pública nos anos 1990 (PORTO ALEGRE,

³³ Boletim Econômico mensal da Câmara Brasileira da Indústria de Construção – CBIC <http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/Boletim_Ano14n06.pdf>.

1993), o Centro da cidade ainda é o espaço concentrador e principal “local das possibilidades” para os cidadãos porto-alegrenses.

Uma quarta premissa traz mais uma vez para o diálogo o conceito de território expresso por Raffestin (1993). Para tal autor, o território pode ser visto como materialidade (segurança, sobrevivência, etc.) e como imaterialidade (pertencimento, imaginação). Raffestin insiste em sua obra que o conceito de território como uma manifestação de poder sobre o espaço é simplista e não consegue observar que a territorialidade humana se estrutura por uma comunicação linguística tridimensional entre sociedade, espaço e tempo. Por essa concepção, a invenção do território está inserida num jogo sócio-histórico, de vivências e de mercado. Assim, o território pode gerar o sentido de pertença e de posse.

Haesbaert (2011), em diálogo com Raffestin, afirma que cada grupo cultural em cada período histórico funda a sua própria forma de vivenciar integralmente o espaço. Para essa vertente teórica, a identidade territorial só se efetiva quando o território se constitui com seu referente. Portanto, por esse caminho é possível imaginar que um determinado grupo, ao desejar para si um território (identidade), este pode a eles escapar por meio dos atravessamentos de escalas. Um determinado grupo pode viver **no** seu território e/ou **fora dele** (HAESBAERT, 2011).

Em sua obra “O Mito da Desterritorialização”, o geógrafo brasileiro trata tal conceito como precarização territorial, como exclusão socioespacial. É importante conceituar que esse ato pode ser voluntário ou não, que é impulsionado pela emigração, pelas oportunidades econômicas, o que associa tanto o território enquanto materialidade (segurança, sobrevivência) como imaterialidade (pertencimento, imaginação). Portanto, desterritorialização envolve as perdas de grupos quanto ao seu território e reterritorialização pode ser vista como reconquista das perdas manifestas por grupos na disputa do e no território.

Por fim, uma quinta premissa, que busca ser uma síntese das demais – se admitimos que há no espaço urbano das grandes cidades um confronto permanente que opõe os interesses públicos versus os interesses privados e que condiciona um processo de valorização/desvalorização/revalorização do espaço; se há um novo arranjo espacial que concentra a economia tanto em poucos grupos econômicos quanto também no espaço geográfico; se reafirmamos que, no caso de Porto Alegre, o centro da cidade ainda é o espaço concentrador e principal “local das possibilidades”; e, também, apostamos no território enquanto materialidade (sobrevivência, segurança) e imaterialidade (pertença e imaginação) e que este

conceito evolve perdas e ganhos no ponto de vista da territorialidade; por fim chegamos à premissa que sintetiza as demais.

É possível observar, nas lutas empenhadas pelos movimentos socioterritoriais na disputa contra os agentes públicos e privados no CHPA, a formação de um “espaço de politização” permanente, que configura tal espaço como produtor de identidades coletivas, de formação de resistências, de lutas e de “utopias reativas” e uma “incubadora de ideias revolucionárias” que jogam um papel central no processo amplo de mudanças (MILLER; NICHOLLS 2013, p. 453).

Ao longo deste trabalho, diversas lideranças ligadas ao movimento de luta pela moradia foram entrevistadas e questionadas sobre a sua atuação nos movimentos socioterritoriais que atuam no CHPA, desde a sua inserção na luta urbana, como também sobre a sua percepção sobre o espaço urbano, sobre as relações socioespaciais existentes na cidade de Porto Alegre, sobre sua percepção do tempo presente, do passado e do futuro e em especial sobre as possíveis perdas e conquistas no e pelo território.

Dito isso, a partir das premissas aqui estabelecidas, as entrevistas semiestruturadas aplicadas no campo de pesquisa inquiriram as lideranças do movimento de luta pela moradia, que se organizam através do FERU e que atuam no CHPA, sobre questões relevantes da sua atuação, dos objetivos, táticas e repertórios, etc. Mas neste ponto da pesquisa as entrevistas estão direcionadas sobre a relação estabelecida entre as *queixas* e as *exigências* sobre o direito à cidade como direito difuso; e sobre as relações com o espaço e o território, sobre as disputas empreendidas, sobre os adversários, sobre as perdas e as conquistas que implicariam em mudança ou não de qualidade no espaço urbano.

Quatro perguntas são estruturantes do questionário: 1) Por que ingressou no movimento de luta pela moradia ou no movimento de reforma urbana?; 2) Como você enxerga a disputa política empreendida pelo movimento e quem são seus adversários?; 3) Qual o espaço/lugar que você reivindica dentro da cidade?; 4) Que mudanças você percebeu na sua vida e na cidade neste último período?

Como papel ativo de pesquisador, à luz das observações e leituras anteriores, as perguntas e respostas não eram somente uma entrevista, mas também um diálogo, que permitiu assim uma maior interação, como exige este método aqui proposto.

3.1 “EU QUERIA MUDAR A MINHA VIDA E ACABEI GANHANDO UM LUGAR PARA MORAR” – POR QUE E PELO QUE LUTAR?

A atuação dos movimentos de luta pela moradia no CHPA marca um momento de virada na retomada das mobilizações que colocaram no centro da disputa política o espaço urbano. Associadas a outras lutas, como a organização dos desempregados e informais, do movimento de reforma urbana e também do direito à cidade, essas ações coletivas suscitam novas reflexões para a análise da organização de movimentos socioterritoriais no espaço urbano, que se conectam em múltiplas escalas (do local ao global) de movimentos, que tornam a cidade um espaço de politização, de disputa por melhores condições de vida, de justiça econômica, política, cultural, social e espacial; pela livre apropriação do espaço urbano.

Dentre os militantes do movimento de luta pela moradia, é possível observar que a organização cotidiana das lutas e reivindicações se mescla a uma série de sentimentos e anseios. Desde a percepção de vulnerabilidade como indivíduo que parte de uma realidade marcada pela desesperança, falta de oportunidade e de condições para morar, trabalhar, se alimentar e dar segurança para sua família, até quando esses sujeitos se colocam como protagonistas das suas próprias reivindicações.

Entrevistada 4, moradora do Assentamento 20 de Novembro e militante do MNLN, afirma que ingressou no movimento porque enxergava nele a possibilidade de mudar sua vida:

Estava cansada de procurar de depender de emprego temporário, de correr atrás de possibilidades momentâneas e de não conseguir pagar o aluguel. Vivía todos os dias a angústia do despejo. Fui despejada cinco vezes em menos de três anos! Cada vez que isso acontecia era preciso recomeçar tudo de novo. Não ter onde morar é desesperador. Eu queria mudar a minha vida e acabei ganhando um lugar para morar.

Entrevistada 6, outra militante do MNLM, que atua junto à ocupação Saraí, também tem um relato semelhante:

Eu fazia parte de uma ocupação no Rubem Berta. Na verdade, não chamávamos de ocupação, para nós era uma invasão; éramos dezenas de famílias ali, debaixo de barracas de lona preta. Fomos expulsos pela polícia numa reintegração e não tínhamos para onde ir. Estávamos literalmente no mau tempo, porque era inverno. Nos chamaram para as reuniões do movimento e nos ofereceram uma oportunidade – ou lutar por moradia ou viver do jeito que estava (sic). Escolhi lutar.

A aproximação com o movimento de luta moradia com sem tetos e desempregados é apontado pelas lideranças do FERU como determinante para o

aumento das lutas e ocupações no CHPA. “Depois da onda de ocupações dos anos oitenta nos conjuntos habitacionais da Cohab, perdeu-se a cultura de ocupar prédios. O povo queria ocupar terreno. No centro não tinha tanto espaço *para* isto e as poucas [ocupações] que existiam ali estavam o tempo todo ameaçadas de serem removidas”, afirma Pedro D, liderança da CONAM e membro do FERU.

Dialogando com essa opinião, Entrevistada 4, dirigente da UAMPA, afirma que no início dos anos 2000 uma série de novas ideias estava surgindo, fruto do debate em torno da reforma urbana e também influenciadas pelo FSM: “estava todo mundo de olho nas ideias que chegavam de outros estados, em especial de São Paulo que já estava mais organizado e todo mundo fala nos tais vazios urbanos e nas possibilidades de ocupar no centro”. A aproximação entre a queixa (uma massa desempregada, sem teto e disposta a lutar por direitos), influenciada por movimentos organizados e forte conteúdo político.

Segundo Buonfiglio (2007), os movimentos que se organizaram no CHPA nos anos 2000 partem da queixa de urbanidade historicamente negada e se associam a sujeitos que individualmente também têm a mesma reclamação.

- **A queixa:**

Entrevista 7, ocupante da Saraí:

- Com dois filhos no colo e morando em Gravataí eu não tinha mais como ficar indo e vindo todos os dias para o centro (Porto Alegre) procurar emprego ou achar algo temporário. Precisava morar mais perto.

Entrevistado 5, liderança do MNLM:

- Tem uma massa desempregada, sem perspectiva. Com tanto prédio vazio no centro estas pessoas não terem um teto é um crime!

Entrevistada 4, assentada na 20 de novembro e do MNLM:

- A cidade, o centro, fica muito longe para quem está desempregado, e no bairro tem muito menos chance de conseguir uma colocação. Mesmo para fazer bico, melhor é no centro. Mas a distância se torna outro problema. Com tanto imóvel vazio no centro não dá para reclamar que ocupamos. Ocupamos porque precisamos e se não for assim ninguém nos ouve!

Entrevistada 8, assentada na 20 de novembro e militante da CONAM:

- Com filhos, família, o aluguel é impraticável para quem é trabalhador e vive de salário mínimo. Estava de saco cheio de ter que escolher entre comer ou morar. Como pode ninguém se importar com isto quando tem um momento de imóvel sobrando e desocupado no centro?

Os sinais de revolta estão por toda a parte [...] a qualquer momento, esses fortes indícios de revolta podem tornar-se contagiosos (HARVEY, 2014b, p. 60).

As queixas aqui destacadas partem da pergunta sobre os motivos que trazem esses sujeitos para a luta pela moradia. Ainda sobre a afirmação de Harvey (2014b), o autor afirma que é preciso bem mais do que inquietações individuais para “incendiar a pradaria”. Mas há uma convicção entre os entrevistados: as suas queixas são o ponto de partida para a sua adesão a causas e para a sua organização em movimentos de luta pela moradia e pelo direito à cidade.

O primeiro passo foi o recrutamento para a causa e o segundo passo, não menos importante, foi poder participar de um ambiente político rico em disputas e debates sobre o direito à cidade:

Entrevistada 8:

- Eu tava de saco cheio do aluguel e de viver de favor. Com filhos e família fica tudo muito mais difícil. O pessoal do movimento me chamou para as reuniões. Que iriam ocupar um prédio e que isto poderia ser uma oportunidade para sair do aluguel. Logo eu tava em reuniões, formações, debates e quando ocupamos eu já sabia como enfrentar aquela situação.

Entrevistada 6:

- A gente nunca pensa nisso pra gente (ser uma sem-teto). Mas eu precisava resolver isto. Minha situação não me dava esperanças. Ou era a luta ou era nada. O que eu ia fazer? Roubar? Não nasci para viver na cadeia, numa prisão. Conviver com o movimento me deu consciência sobre a minha situação.

Entrevistada 4:

- Ou a gente se organiza ou é nada. Não adiantou nada eu tentar conseguir emprego, sair todo o dia de casa pra me virar. Enquanto eu não encontrei o pessoal do movimento eu seguia me culpando por algo que eu não tinha culpa.

As entrevistas são enfáticas e apontam os porquês e pelo que lutam os movimentos socioterritoriais – por oportunidades, por qualidade de vida, pelo direito à moradia e por um espaço seu. A queixa da falta de urbanidade parte de um sentimento individual e ganha força na associação e na luta coletiva. Esse é o espaço de politização que nos chama a atenção Miller & Nicholls (2013).

3.2 “NÃO SOMOS DESOCUPADOS E NEM VAGABUNDOS. E NEM ELES SÃO DONOS DA CIDADE!” – AS DISPUTAS ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DE LUTA PELA MORADIA E OS SEUS ADVERSÁRIOS

Nas últimas décadas, o confronto entre múltiplos agentes na disputa da cidade tem possibilitado emergir novos movimentos de caráter popular, que reivindicam a cidade como direito e que a colocam no centro das lutas de classes, que criam relações políticas em múltiplas escalas, se associando a correntes que pregam mudanças profundas e pregam o fim da mercantilização do espaço. Mas como os sujeitos e os movimentos percebem os seus “reais adversários”? Durante a pesquisa de campo, diversas manifestações por parte dos militantes dos movimentos expressavam as suas insatisfações frente aos chamados adversários políticos.

- A queixa contra os adversários:

Entrevistado 5:

- A gente já sabe quem vai enfrentar o tempo todo. Já não basta o poder público que parece que sempre advoga os interesses dos empresários, a gente viu o tempo todo, desde as disputas do plano diretor, das audiências públicas, essa turma do Sinduscom, as construtoras e a turma da especulação imobiliária muito bem articulada. Eles pregam o embelezamento da cidade, dizem que atuam para melhorar, para gerar emprego, oportunidades, que defendem o desenvolvimento. Mas esses aí não gostam de pobres. Não querem diálogo conosco.

Entrevistado 2:

- Sempre foram os mesmos, né! Desde o OP, desde o Plano Diretor. Quando precisam juntam a imprensa, a polícia, vereadores, o prefeito, todo mundo com a mesma opinião. Tem sempre um cidadão de bem para escrever coluna em jornal, falar no programa de rádio. Sempre taxando o movimento de baderneiro, de bando de desocupados. Não somos desocupados nem vagabundos. E nem eles são donos da cidade!

Entrevistada 3:

- As primeiras vezes eu fiquei impressionada (sobre quem são os adversários do movimento). Foi numa audiência do plano diretor. Foi a maior confusão. Estávamos ajudando a associação de moradores de um bairro. Acho que Moinhos de Vento. Até era uma gente de classe média no movimento. Mas estávamos lá. Do nada começou a chegar gente de ônibus. Eram todos trabalhadores da construção civil. Não eram moradores do bairro. Estavam ali para defender o interesse das construtoras. Fiquei chocada. Não imaginava que era assim. Foi assim que caiu a ficha. Estávamos lutando contra poderosos.

Para Tarrow (2009), a ação coletiva tem potencial para organizar a experiência dos agentes em facções, antagonismos e disputas, mas também em alianças,

coalizões e acordos. A partir de identidade comum, de uma causa ou preocupação comum em situações sociais os agentes produzem mobilizações coletivas em múltiplas escalas.

Para tal, será preciso a produção de símbolos e significados compartilhados e de alvos e adversários identificáveis. As entrevistas trazem de forma clara quem são os adversários eleitos pelos movimentos socioterritoriais que disputam o CHPA. Ainda para Tarrow (2009), as dimensões emotivas e racionais gozam de simultaneidade quando mobilizadas a partir de disputas e confrontos coletivos. Tanto agentes públicos quanto empresas privadas e os movimentos socioterritoriais reivindicam a mesma coisa – o direito à cidade. Harvey (2014b) já nos alertava que, no capitalismo, o direito à cidade já é algo concreto para os agentes do sistema. De outro lado está a massa de trabalhadores que também reivindicam a cidade para si. *A cidade do capital* (parafraseando uma importante obra de Lefebvre) é aquela onde os financistas e as empreiteiras controlam o acesso aos recursos urbanos e a qualidade e a organização da vida moderna (HARVEY, 2014b).

Essa exclusão socioespacial gera uma série de revoltas, que também possibilitam que os movimentos de excluídos tenham maior clareza sobre os seus reais adversários, como ficou evidente nas respostas observadas sobre a questão. Tarrow (2009) também observa que o engajamento na ação coletiva parte de uma variável ambiental, que seriam as mudanças operadas nas estruturas de oportunidades e restrições políticas, que poderiam encorajar ou não a ação coletiva, que fazem com que o confronto tenda ou não a se manifestar (TARROW, 2009, p. 38).

Para as lideranças entrevistadas, a questão da oportunidade está sempre associada à observação do espaço urbano. A existência de prédios desocupados, de haver um déficit habitacional na cidade, da presença de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras dispostos a lutar por direitos. A ação coletiva se manifesta quando a oportunidade é maior do que a ameaça:

Entrevistado 5:

- Fazemos ações e protestos quando for preciso. Quando temos as condições e quando sabemos que o lado de lá está dormindo. Vacilando.

Entrevistado 2:

- Está todo mundo de olho nos espaços vazios. Todo mundo sabe onde tem prédio abandonado. Quando temos forças, ocupamos. Quando não dá, agimos de outra forma.

Entrevistada 3:

- No movimento de reforma urbana aprendemos muito com a experiência. Além de saber quem são nossos adversários também sabemos quais são as oportunidades que temos na mão. Se a oportunidade é grande, não perdemos tempo e vamos à luta sempre.

Essa noção de oportunidade, além de expressar a consciência dos reais adversários, também contribui para a espacialização das ações coletivas. É possível perceber que os movimentos socioterritoriais que atuam no CHPA, quando identificam os seus adversários, as ameaças e as possíveis oportunidades, também os localizam no espaço geográfico. O litígio sobre a propriedade do espaço urbano se manifesta principalmente porque grupos rivais, de interesses distintos, que não entram em acordo entre si, reivindicam o mesmo território, por justamente este gerar necessariamente um sentido de pertença e de posse (HAESBAERT, 2011).

3.3 REIVINDICAR A CIDADE E O ESPAÇO URBANO

É possível observar no espaço urbano do CHPA que, a partir do interesse privado pela revitalização e revalorização da região central da cidade para uso privado, em especial nas últimas décadas, os conflitos tomaram nova dimensão, sobretudo na relação entre movimentos socioterritoriais e seus adversários.

Tais conflitos já eram anunciados por Lefebvre (1999b) a partir da nova etapa da urbanização da sociedade como resultado da prevalência da dinâmica socioindustrial do século XX. O autor francês também trazia consigo a ideia de que o espaço (social) é produzido por relações de dominação e de apropriação. Essa concepção restitui o pensamento dialético em sua plenitude, onde o espaço (social) é produzido pelo entrelaçamento das práticas de sujeitos e grupos sociais, mas também das representações homogêneas que se faz do espaço e dos espaços de representação, ou vividos.

Para Lefebvre (2013a), essa análise se refere a esse espaço como o lócus de contradições e conflitos possibilitados pelo sistema capitalista. De um lado temos os “agentes do progresso” e, de outro, os descamisados, sem-teto, os desempregados.

A pobreza é sempre vista como a degradação humana. Uma cidade pobre, marcada pela desigualdade, nunca é atraente aos olhos do mundo.

Em Porto Alegre é comum o pensamento médio refletir sobre atributos imaginários que valorizam a autoestima do cidadão. “Capital da qualidade de vida”, “povo culto”, etc. Para esse pensamento, um centro da cidade degradado, mal usado, abandonado, acaba sempre ocupado por mendigos, por desocupados, pela violência, etc.

Durante o ano de 2017, movimentos de sem-teto ocuparam um prédio abandonado que antes era um hotel na Rua dos Andradas. Esse mesmo grupo já havia ocupado por um tempo um prédio público na Rua General Câmara e ficou bastante conhecido na cidade, em especial pelo episódio da reintegração do prédio e pelo uso de violência por parte da Brigada Militar. A ocupação do prédio da Rua dos Andradas mobilizou uma série de movimentos e ativistas em apoio aos ocupantes. Durante os dias, várias atividades eram realizadas, mas sempre acompanhadas a distância por transeuntes e pelos comerciantes do entorno. Em entrevista para esta pesquisa, uma microempresária, que administra um pequeno café nas imediações, respondeu sobre a percepção dela sobre a ocupação:

Entrevistada 9 – microempresária na Rua dos Andradas:

- Ficou mais perigoso depois da invasão do prédio (Ocupação Lanceiros Negros). Tem um monte de gente estranha, mal encarada. Esses são os mesmos que moram ali debaixo do viaduto da Borges. Tudo desocupado. Passam bebendo [...] também tem um monte de gente ali que não precisa. Chegam de carrão do ano, estacionam aqui na frente. Descem e entram ali na invasão. Isso aí só traz problemas pro Centro.

Entrevistador: Atrapalha o teu empreendimento esta ocupação?

- Muito! Os clientes nem conseguem conversar mais por conta do barulho aqui na calçada. Quando investi neste café era na expectativa da revitalização da Andradas. Mas o poder público não tira esses moradores de rua e ainda deixa esses camelôs sem regra nenhuma na calçada. Se não melhorar vou mudar para um shopping.

Quando David Harvey (2014b) sistematiza o “direito à cidade” como “queixas” e “exigências”, é possível observar que os sujeitos e movimentos que se organizam para exigir mudanças acabam sempre elegendo adversários e, também, interesses reais *no e pelo* espaço.

O conflito sobre o espaço do CHPA tem uma ordem produtivista, de torná-lo produtivo economicamente. Para o setor imobiliário, o que interessa é o uso da terra, do espaço geográfico como valor de troca. Os investimentos públicos e privados no espaço urbano precisam gerar lucro. Nesse sentido, será sempre adversário dos agentes urbanos privados os movimentos que impeçam a revalorização do espaço.

Depois da euforia do fenômeno do crescimento do mercado imobiliário, tanto residencial quanto comercial da década passada, a vontade de realização de novos empreendimentos e da revitalização do CHPA esbarrou numa série de impeditivos – desaceleração econômica, crise fiscal e a morosidade do Estado, que impedem o poder público de ser parceiro do setor privado, os movimentos de resistência ao uso privado do espaço público, a legislação ambiental e o regime urbanístico da cidade, dentre outros fatores.

O mais importante é perceber que essa concepção de uso do espaço também produz novas sociabilidades no ambiente urbano. A concepção que vê o espaço como mercadoria, ou a mercadoria-espaço como nos apresenta Carlos (2013a), preenche os vazios urbanos com condomínios, espaços de lazer, academias, garagens, shoppings, bulevares, praças de alimentação, centros comerciais, etc. Esse novo uso do espaço produz novas práticas socioespaciais e revela os conflitos presentes no cotidiano da vida urbana.

De outro lado, o sentido dado ao espaço pelos movimentos socioterritoriais que, embora também parta da ordem produtiva, busca estabelecer outras perspectivas para o uso desse espaço.

Entrevistado 5:

A gente já sabia de longa data este lance dos vazios urbanos. É só percorrer as ruas do centro, né? Tem prédio abandonado há décadas, outros que não cumprem a função social. Com o Estatuto da Cidade ficou mais fácil porque não só ganhamos um apoio legal como também o debate do marco legal trouxe para o movimento maior conteúdo.

Entrevistador: No Centro da cidade tem espaço para fazer ocupação?

E5: Muito! O Centro é onde o setor imobiliário faz reserva de mercado. Ficam esperando a tal valorização e revitalização. Enquanto isto o povo vive na rua, debaixo da ponte.

Entrevistador: Qual a percepção do movimento sobre o espaço da cidade?

E5: A gente também direito a reivindicar morar no Centro. Enquanto houver prédio vazio, sem cumprir a função social, nós vamos continuar reivindicando.

Entrevistado 2:

No FERU temos uma lista dos imóveis vazios. Tem um monte de prédio público também. Nada anda. Não tem regularização fundiária em Porto Alegre. Metade da cidade é irregular!

Entrevistador: Como vocês sabem disto?

E2: Porque é público! Sempre quando tem audiência, quando tem OP, quando vai tratar o problema da regularização fundiária é o próprio governo que fala isto. Vamos esperar que eles trabalhem? Que resolvam o problema do povo? Não dá, né meu jovem!

Entrevistada 3:

Eu não sou moradora do Centro. Mas a gente sabe. Fizemos vários debates com o movimento de reforma urbana. No Centro o que mais tem é prédio abandonado. Enquanto isso tem gente morando

na rua. É um absurdo tanta gente sem teto e um monte de prédio abandonado. É tudo interesse econômico!

Entrevistador: o setor imobiliário vê o espaço como algo que dê lucro. Vocês do movimento veem como?

E3: Como uma oportunidade de melhorar de vida. Ter dignidade. Ter um teto, um lugar seguro pros filhos.

Ao reivindicarem o espaço para si, tais movimentos criam uma expectativa de melhoria de vida. O primeiro passo sempre parte das queixas para, na sequência, através da organização coletiva, partir para a exigência e para a pauta de mudanças no espaço. Esse é o sentido que ganha a adoção do direito à cidade, como bem disse Harvey (2012a, p. 88), “tanto como lema operacional quanto ideal político”.

O movimento de luta pela moradia tem observado um crescimento expressivo nos centros urbanos em todo o país. Sua organização parte da necessidade de reivindicar o direito à moradia e assim contribui para o reconhecimento de carências coletivas e desnuda a problemática urbana do acesso a direitos, em especial ao uso do espaço urbano nos grandes centros.

O êxito desse movimento tem sido identificado a partir da capacidade dele em se apropriar das experiências e da interação conflitiva com Estado e agentes privados por meio da diversificação da sua ação coletiva e também a partir dos seus repertórios de ação – a) ocupação de prédios e terrenos públicos ou privados; b) articulação institucional; c) organização da luta por moradia nas regiões centrais das grandes cidades; d) adoção de organização autogestionada que envolve o conjunto dos ativistas na solução dos problemas da organização; dentre outras. Ou seja, o movimento de luta pela moradia se apresenta publicamente como uma força coletiva e também com um determinado projeto político.

Sob a pergunta “qual o seu espaço/lugar que reivindicado na cidade”, as lideranças e ativistas dos movimentos socioterritoriais são taxativas e buscam sempre um contraponto ao uso privado, que eles chamam de excludente:

Entrevista 3:

Eu consegui um apartamento para morar numa ocupação em 1987, no Parque do Maias. Desde então eu participo do movimento comunitário. Mas percebi ao longo destes anos que só um lugar para morar não é suficiente. Continua existindo o problema do saneamento, da creche, do posto de saúde, da segurança. A cidade segrega direitos. Uns têm muito, outros não tem nada.

Entrevistador: Mas quem provoca essa segregação? Quem é esta “cidade”?

E3: Ah! O poder público, a classe política, esses que especulam, as construtoras. São uma meia dúzia de empresários que têm o poder público na mão. Financiam campanhas de vereadores, de prefeitos. Mandam e desmandam na cidade. Excluem a imensa maioria das decisões.

Entrevistado 5:

Não tem controle (público) sobre as principais decisões no uso do espaço da cidade. Tudo é resolvido entre eles (agentes públicos e privados). É excludente. Eles sabem que se democratizarem as decisões terão que dividir com o povo (os espaços).

3.4 DO DESEJO À TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE - AS MUDANÇAS DO ESPAÇO URBANO COMO RESULTADO DE DISPUTAS DE MÚLTIPLOS AGENTES URBANOS

Observada toda a trama que envolve os conflitos resultantes do embate entre múltiplos agentes urbanos na disputa pelo CHPA, mais do que focarmos nas limitações impostas pela ordem econômica, que cria uma apropriação econômica sobre o espaço urbano, também devemos observar as possibilidades abertas por essa ação política. Lefebvre (2013c), ao propor uma crítica radical aos bloqueios da formação econômico-social no capitalismo, também propôs abriremos uma nova “via”, que elucide e oriente novas práticas sociais desapegadas de modelos prescritos.

De acordo com Lefebvre,

[...] no espaço urbano as relações sociais continuam a se tornar mais complexas, a se multiplicar, a se intensificar, através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, sua razão suprema, a saber, a simultaneidade e o encontro, não pode desaparecer. A realidade urbana, no próprio âmago de sua deslocação, persiste e se densifica nos centros de decisão e de informação. Os habitantes (quais? Cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontrá-los) reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca [...] Ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência de comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível (LEFEBVRE, 2013c, p. 121).

A centralização da governança do espaço nas mãos de agentes privados com fins meramente de trocas mercantis acaba por não perceber a força que se gesta na oposição a ela. Quanto mais concentrado o poder sobre o espaço (social), maior será a resistência a ele. É nesse sentido que as cidades se tornam o espaço rico em possibilidades para a emergência de movimentos de resistência, mas também de convergências, de simultaneidades, de encontros e de reuniões, imbuídos de conteúdos sociais.

Na forma atual, dentro do atual estágio do desenvolvimento da humanidade, as relações sociais se intensificam e se complexificam e, assim, o espaço urbano torna-se o lugar por excelência da efetivação de múltiplas centralidades (HARVEY, 2014b).

Deste ponto de vista, no fenômeno urbano já estão dadas as condições técnicas e produtivas para uma sociedade de abundância partilhada, liberada de coerções e aberta ao cultivo coletivo dos potenciais humanos; em uma expressão, uma sociedade da administração das coisas, não mais do governo dos homens pelos homens. A esta sociedade que existe atualmente como virtualidade, Lefebvre denomina 'sociedade urbana' (COLOSSO, 2016, p. 84).

Na prática, o que se observa na disputa empreendida pelos múltiplos agentes *no e pelo* espaço urbano é quanto ao uso do espaço – de um lado, a possibilidade da “abundância partilhada”, e, de outro, a concentração com vista ao lucro e consolidação do espaço-mercadoria.

Quando os entrevistados são questionados sobre as possíveis mudanças observadas no espaço urbano a partir das suas lutas e reivindicações, são observados dois sentimentos preponderantes – de perda e de esperança.

Entrevistada 4:

Mesmo aqui no assentamento, sabendo que tenho um apartamento meu, para minha família, ainda tem aquele sentimento de estar sempre perdendo. Tive problemas para conseguir vaga na creche tempos atrás. Ainda falta estabilidade de emprego. Emprego uma hora tem, outra não. Aí tem que se virar. Fazer biscate. Pegar o que tem. Sei que minhas condições são muito melhores hoje. Mas tem um gostinho de quero mais, sabe? [...] tem gente com muito e gente sem nada, né? É muita desigualdade, muita falta de dignidade.

Entrevistada 7:

Tem a ameaça do despejo. Mas isso a gente sempre viveu. Fui despejada muitas vezes na vida. Quem vive de aluguel e é pobre sabe bem como é. Muitas vezes somos taxados de desocupados. Mas eu sempre trabalhei, de sol a sol. Nunca tive problema para trabalhar. O mais triste é trabalhar de domingo a domingo e não ter ganho nenhum. Às vezes eu penso sobre isto (sobre o que mudou) – longa pausa – aqui no movimento matamos um leão por dia e as mudanças, a maioria das vezes costumam a chegar.

Entrevistado 5:

Para o trabalhador mudou muito pouco. Continuamos com um déficit habitacional gigante. O que mais tem é gente morando em condições precárias. Mas a prefeitura continua licenciando condomínio de classe média e mexendo no plano diretor só pensando nos interesses dos empresários. Sobram imóveis em Porto Alegre e se multiplicam sem-teto nas ruas. Nesta luta, somos nós quem continuamos perdendo.

Entrevistado 2:

Uma hora tem a virada. Eu ocupei na década de 1980. Em 1987. Só recebi a posse do meu imóvel mais de vinte anos depois! Tem que ter fé na força do povo.

Entrevistada 7:

Mesmo passando tanto trabalho, não tem como não ter esperança. As coisas vão mudar. Já estão mudando. Tinha gente que dizia que eu ia ter que roubar para sobreviver. Graças à deus sou uma trabalhadora digna. O movimento me trouxe essa fé. Lutando a gente pode mudar o que está aí.

Entrevistada 3:

De tempo em tempo vem sempre uma ameaça. Aí precisamos nos apoiar e nos socorrer no movimento. É esta solidariedade que temos uns com os outros e que recebemos de fora do movimento que nos torna mais forte, que nos enche de esperança que vai (tudo) melhorar.

Em sua obra “Espaços de Esperança”, Harvey (2004) nos convoca a sermos “arquitetos de nosso próprio destino e de nossa própria sorte”; a convertermos o trabalho, a nossa força humana, individual e coletiva, na “sementeira de capacidades e potencialidades humanas” para mudar o mundo e a nós mesmos. Para tal, a esperança é nutrida de ideais utópicos que são capazes de apontar novas trajetórias, outros caminhos para o desenvolvimento geográfico desigual humano. Em “Cidades Rebeldes” (HARVEY, 2014), o geógrafo inglês nos propõe a experimentação da utopia, para que ela rompa a barreira do imaginário, da fantasia; para tornar causas, lutas reais, em experiência vivida. Essa é a esperança que parece estar expressa em ideias e ações das lideranças dos movimentos socioterritoriais que disputam para si o espaço do CHPA.

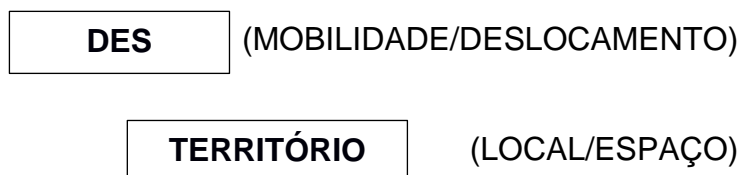
Tarrow (2009) falava em encorajamento e desencorajamento da ação coletiva como possibilidade de motivação elementar para o engajamento na ação coletiva. Para tal, são necessárias mudanças operadas nas estruturas de oportunidades e restrições políticas, que podem estabelecer as condições para um confronto se manifestar. Os ideais utópicos expressos pelo programa dos movimentos que reivindicam para si o espaço do CHPA, associado ao encorajamento e engajamento na ação coletiva, que apontam um espaço urbano excludente e com vistas apenas a lucro e valorização da terra, e que apresentam uma *outra possibilidade* para o uso do espaço, parecem ser o “combustível” que move os agentes urbanos em oposição aos agentes públicos e privados.

Há uma queixa coletiva de a cidade, do modo como está, operar na exclusão de ampla parcela dos cidadãos na organização do seu espaço, o que tende a gerar

um ambiente de denúncia da incapacidade do sistema político e econômico local de oferecer uma cidade mais acolhedora, que abrigue todos dignamente, evitando assim expor uma parcela importante de seu povo à vulnerabilidade social.

Há um consenso entre esses movimentos de oposição de que o atual estado das coisas é intencional, de que ele faz parte de algo maior, de um processo global que visa apenas o lucro em detrimento do bem-estar coletivo. Mas a pergunta final em toda a pesquisa visa observar as possíveis mudanças no espaço da cidade a partir da ação coletiva dos movimentos que disputam para si o CHPA. Essa pergunta também busca dialogar com o sentido de pertencimento, de territorialidade, no sentido imagético do termo.

Para Haesbaert (2011), a desterritorialização é um processo impulsionado pela perda de um determinado grupo quanto ao seu território. É possível imaginar que os ativistas que se engajam num movimento de luta pela moradia são sem-teto, que por situações diversas foram desterritorializados, no ponto de vista de um lugar para morar.



É importante associar essa concepção de território como um jogo sócio-histórico, de vivências e de mercado (ibidem). É preciso lembrar que a terra, como bem comum, também tem valor de uso e valor de troca e que o território pode gerar o sentido de pertencimento e de posse. Então seriam os desterritorializados os despossuídos de terra e que não pertencem mais a nenhum lugar e que estão excluídos da partilha do uso dessa terra? Em parte, sim e não. É por óbvio que alguém em situação de rua, sem-teto, possa ser entendido como despossuído da propriedade da terra. Mas não é necessariamente alguém sem um lugar. A rua, a moradia temporária, a ocupação, morar de favor ou outras formas mais precárias do que a propriedade privada da terra também são um lugar dentro do espaço geográfico. A desterritorialização não seria o não lugar, mas sim a perda de território, o que por si só já se transforma na força que impulsiona para a retomada dessa perda.

Em cada período histórico cada grupo cultural funda a sua própria forma de “vivenciar” integralmente o espaço (ibidem, p. 67). Essas vivências também se manifestam em múltiplas escalas e formam suas territorialidades e suas redes

próprias. Por essa concepção é possível chegarmos à conclusão que o ambiente de vivência dos movimentos socioterritoriais que disputam a posse do CHPA também é seu território. Que mesmo ainda não tendo a posse completa deste, é no espaço urbano da cidade que esses movimentos constroem coletivamente a sua identidade, a sua pertença.

É aí que reside a origem do conflito, porque o território reivindicado por tais movimentos é o mesmo que os agentes urbanos, que visam ao lucro e à exploração da terra, também reivindicam para si. Essa disputa territorial ganha forma na ação coletiva de grupos opostos e, essa disputa, ao final, gera mudanças observadas no tempo e no espaço urbano.

Como Lefebvre (2013a) observava, a totalidade do espaço é composta pelo seu tempo e espaço passado, presente e futuro. Dentro da totalidade espacial do CHPA observada nesta pesquisa, foi possível identificar um forte conflito pelo uso do espaço urbano. Portanto, a pergunta final nos ajuda a identificar se a ação coletiva, engajada, a partir de um programa de mudança, foi capaz de modificar o espaço urbano, seja objetivamente ou subjetivamente.

Entrevistador – A mudança (no espaço do CHPA) é perceptível? Você consegue observar o que a sua luta foi capaz de produzir de novo para a cidade?

Entrevista 4 – Olha (pausa longa). Estas ocupações que tu vês espalhadas no centro, tem algumas. Todas elas nos encorajam a seguir lutando. Sabes por quê? Porque era para estes espaços hoje não terem ninguém ali. Essa turma da especulação imobiliária fica reservando estes prédios para quando o centro for revitalizado e assim o imóvel valer muito mais. Isto é muito perverso, porque enquanto eles guardam os imóveis tem gente morrendo na rua de fome e frio! Acho que a ação do movimento já é muito vitoriosa, não somente porque pessoas como eu conquistaram um teto. Mas também porque evidenciou o problema.

Entrevista 3 – Tem mudança sim! Eles (poder público e os agentes privados) não conseguem mais empurrar goela abaixo o que querem para a cidade. A nossa resistência faz com muitas áreas permaneçam públicas. Tem a questão do cercamento dos parques que na verdade quer tirar os moradores de ruas das praças, né? Para onde esta turma irá se cercarem a Redenção e o Marinha? Tem a questão do plebiscito do Estaleiro Só que foi uma grande derrota para eles e que garante hoje que qualquer obra na orla seja amplamente debatida. Tem a questão do déficit habitacional e do aluguel social que veio à tona com a questão da Lanceiros Negros (ocupação). Acho que isso é um caminho para no futuro termos mais vitórias, sim!

Entrevistado 5 – A gente segue lutando, organizando, reivindicando. Olha a questão dos ambulantes. Mesmo depois do camelódromo o problema não se resolveu porque não é uma questão só de espaço por si só. É um problema econômico. As pessoas perdem emprego e vão em busca de oportunidade. E o centro tem oportunidade para todo mundo. É isto que cria este conflito, este caldeirão que é a Rua da Praia, que são as ruas do Centro Histórico. Todos os dias têm conflito, ora com a polícia, ora com a SMIC, sempre tem. Porque o Centro não é só deles.

Entrevistada 8 – Eu olho para a ocupação hoje. Sabe, moro desde o início aqui na 20 de novembro. Isto aqui era um prédio abandonado, um esqueleto de prédio. Hoje tem tanta vida! Estas coisas são perceptíveis, sabe. Se tu conversares com a turma da Utopia (Utopia e Luta, outro assentamento urbano na região central da cidade), também dirão o mesmo, que aquela ocupação mudou a paisagem

do Viaduto da Borges. Então eu acho que mesmo com tantas perdas ao longo da vida, a gente do movimento também tem conquistas.

Entrevistado 2 – Ah, eu estou nessa há muito tempo. Então dá para perceber que eu sou um otimista, né? Eu vi a mudança que foi no Parque dos Maias a ocupação virar um bairro, um lugar para as famílias. Depois chegaram a escola, o ônibus, o mercado, o posto de saúde, foi virando um lugar melhor. Eu acho que aqui no Centro tem lugar para todo mundo. É errado os políticos não pensarem políticas que respeitem o direito à moradia. Só se fala em embelezar a cidade, mas esquecem de embelezar a vida das pessoas.

4 REINVERSÃO DO MUNDO INVERTIDO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se observar as ações empenhadas por movimentos socioterritoriais que, ao reclamarem possíveis perdas que os desterritorializam (HAESBAERT, 2011), reagem a partir de repertórios de ação coletiva que evidenciam as disputas *no* e *pelo* espaço urbano. Essas ações coletivas envolvem múltiplos agentes e coloca em confronto visões distintas de cidade, o que resulta num ambiente político de confronto permanente (TARROW, 2009) – na cidade como espaço de politização (MILLER; NICHOLLS, 2013).

O nosso ponto de partida foi o espaço como o lugar de materialização da existência humana, como dimensão da realidade, o que Lefebvre (2013a) chamou de espaço social. Esse pensamento também impõe novos desafios à geografia, em especial porque ela é a ciência que tem tal objeto como uma das suas principais categorias de análise e que a tensiona a dialogar com as outras ciências. Também tem sido comum os geógrafos, que assumem para si esse discurso, advertirem que essa concepção de espaço está contida dentro do espaço geográfico, para assim evitar distorções e falsas polêmicas no debate já presente na geografia sobre o uso do espaço. Grosso modo, poderíamos afirmar que o espaço social é a parte do espaço geográfico modificada pela ação humana, pelas relações sociais através do tempo. Para o autor francês, a totalidade dessa ação, construída ao longo do passado, do presente e do futuro no espaço (social) formam uma completude, possuindo qualidade de ser um todo mesmo sendo parte.

Essa complexidade e dinamismo espacial exigem um olhar multidimensional e multiescalar, que observa a totalidade do espaço a partir de suas conflitualidades e interações. Contudo, muitas vezes as leituras feitas sobre o espaço vão na direção contrária e acabam por fragmentá-lo de forma unidimensional, setorial, linear, uniescalar e incompletas e também resultam numa delimitação do espaço através de interesses privados, seja de ordem econômica, política, social ou cultural. São essas leituras fragmentadas que geram desigualdades *no* e *pelo* espaço e que provocam toda uma ação contrária por parte daqueles que não participam do seu uso unidimensional.

Nos conflitos observados no CHPA, é possível perceber que, mesmo em escala local, preservando as peculiaridades de Porto Alegre, as dinâmicas socioespaciais também se associam à concepção defendida por uma visão mais crítica do urbanismo visto no capitalismo, que, para operar num aumento exponencial das margens de lucro

sobre o espaço urbano, faz com que os proprietários de terras operem na verticalização e refuncionalização do espaço por meio de racionalidades fragmentadas, dentro de um paradigma produtivista da sociedade industrial, que limita o uso da terra e a esgota nas trocas mercantis desta. Visam, desse modo, quase exclusivamente aumentar a margem de lucro a partir da requalificação do espaço urbano, sempre operando na pressão sobre os agentes públicos para a criação e realização de projetos de revitalização urbana que possam agregar valor aos empreendimentos imobiliários em um determinado espaço urbano.

Mas todo o movimento sobre espaço esbarra nas suas contradições. O chamado fenômeno urbano identificado por Henri Lefebvre (1999b) nos apresenta outras possibilidades para o uso do espaço das cidades a partir da sua formação social, e isso pode abrir um contraponto ao uso empresarial a partir da criação de espaços desfragmentados, convergentes, focados na simultaneidade, no encontro dos diferentes e na “reunião de cidadãos”. Como dizia o autor francês, essa nova situação, aberta através do fenômeno urbano, é uma “abstração concreta”, feita de conteúdos sociais. São esses novos usos do espaço que criam as possibilidades para que movimentos sociais que têm o território como centro da sua disputa passem a operar na efetivação de contrapontos ao uso mercantil do espaço urbano.

É por isso que, ao concluirmos esta pesquisa, queremos também chamar a atenção para o papel desempenhado por esses movimentos, que assumem o espaço e o território como tática de disputa – os movimentos socioterritoriais. Para tais, as questões que envolvem o espaço urbano assumem uma principalidade e assim formam um campo de disputa capaz de exercer influência na ação coletiva, dessa forma impulsionando mudanças de qualidade no espaço geográfico – o que, parafraseando Lefebvre (2013a), chamamos aqui nesta conclusão de *reinversão do mundo invertido*.

Há um esforço na geografia brasileira com o intuito de tornar o tema dos movimentos socioterritoriais um conceito geográfico (FERNANDES, 2000). Essa ideia parte da necessidade de a geografia assumir que há uma série de movimentos que se apropriam do espaço geográfico através de ações coletivas que modificam a realidade e que operam em escalas intraurbanas. Este ato delimita o espaço de ação destes movimentos resultando em novas territorialidades.

Enquanto a geografia não for capaz de produzir estudos e análises que orientem uma maior atenção sobre a ação de movimentos socioterritoriais, esta ficará sempre dependente da análise produzida por outras áreas das ciências humanas, que debatem os movimentos sociais, porém nunca com a perspectiva primária na ação

territorial ou espacial e, assim, incapaz de explorar na plenitude a potencialidade dos movimentos que têm o território como trunfo e objeto de disputa.

Também buscou-se evidenciar que, fruto do trabalho humano sobre o espaço, mediados por repertórios de ação coletiva e por organizações sociais que disputam a cidade para si, movidas por *queixas* e *exigências*, é possível produzir tais contrapontos e reunir um importante contingente humano que polariza contra os agentes privados. Observa-se aqui que o território, enquanto conceito essencial de análise, tem sido assumido por diversas áreas do conhecimento, mas ainda somente dentro de uma única dimensão, o das relações sociais, sendo que, na verdade, o território também se constitui numa totalidade multidimensional. Lefebvre (2013a) compreende o espaço como uma dimensão da realidade, da existência humana, que acaba produzindo espaços materiais e imateriais – políticos, econômicos, sociais, culturais, o cyberspaço etc.

Através da ação coletiva desses movimentos tem sido possível um debate mais profundo, que envolve questões como causalidade, possibilidades e estratégias de resistência, que operam em múltiplas escalas e reivindicam direitos e justiça social. São as chamadas *plataformas de ação*, que partem de problemas concretos do cotidiano urbano (falta de moradia digna, saneamento básico, acesso a serviços públicos, emprego, etc.) e se associam a questões debatidas por redes de cooperação em escala global que visam contestar a visão hegemônica neoliberal. Essas plataformas de ação têm sido comumente chamadas de *espaços para contestação das relações de poder hegemônicas* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Como programa antineoliberal (SADER; GENTILI, 2007), essas plataformas têm efetivado no ambiente urbano brasileiro uma série de reações, que dão protagonismo para movimentos socioterritoriais que transformam o espaço das cidades em local de articulação multiescalar de ações coletivas de combate e de solidariedade entre ações coletivas antissistêmicas e de antimercantilização do espaço. São batalhas cotidianas, travadas nos espaços de disputa, que tornam o ambiente urbano um espaço permanente de politização (MILLER; NICHOLLS, 2013) e que possibilita a resolução dessa problemática pelo “jogo político das forças sociais” (CARLOS, 2015).

No caso do Centro Histórico de Porto Alegre, é perceptível que, no período em que houve um avanço significativo da cobiça e da especulação imobiliária, também houve mudanças no comando político local, o que, de forma indireta, mas não menos importante, garantiu aos agentes privados que atuam no mercado de terras um maior

protagonismo político, em especial a partir da disputa política em torno da revisão do Plano Diretor e da composição do CMDUA (LIMA, 2012), que criaram uma maior disputa política pelas terras mais valorizadas.

Simultaneamente a isso houve o projeto de revitalização do CHPA, quando o poder local comprou uma disputa pública que visava a revalorização e resgate do espaço central da cidade, com vistas a sua refuncionalização como espaço urbano (ALVES, 2015). É justamente desse processo que muitos movimentos, que se organizam no espaço do CHPA, reclamam não estarem incluídos no cerne das decisões políticas, que apontam *o que fazer e como usar* o espaço urbano.

É desse reclame que parte a resposta – os movimentos socioterritoriais, associados a uma ampla rede de cooperação política de apoio institucional e organizacional recrutam aqueles sujeitos que se *queixam* da falta de direitos e oportunidades e, de forma organizada, elegem repertórios de ação coletiva que confrontam os agentes públicos e privados em escala local.

É essa ação coletiva que acreditamos ser o instrumento que cria o contraponto à visão empresarialista e mercantil e que cria as possibilidades para estabelecer no CHPA um ambiente político que opera na mudança e que resulta em conquistas concretas – não somente do direito à moradia, como no caso de alguns assentamentos urbanos que se estabeleceram no espaço central da cidade, mas fundamentalmente na construção de um outro polo político, anti-hegemônico, dinâmico, multidimensional e desfragmentado, que coloca o direito à cidade como tema central da disputa política.

O esforço aqui empenhado em regressar à gênese das motivações e causas que mobilizaram ativistas sociais, movimentos em conflito com agentes públicos e privados no CHPA, tinha como objetivo identificar as possíveis mudanças no espaço urbano resultantes da ação coletiva desses movimentos que reivindicam pertencimento e a propriedade do centro da cidade. Após um longo período de abandono do espaço central da cidade, os agentes privados que atuam no mercado de terras têm buscado acelerar a revalorização dessa região da cidade para ampliar seus investimentos, tanto no Centro quanto no seu entorno. Mas mesmo com todas as dificuldades de identificarmos e classificarmos com precisão todos os movimentos e seus repertórios de ação coletiva, que se contrapõem a esse “novo uso” do espaço urbano, é possível extrair das entrevistas que, mesmo sob ataque e reclamando perdas, os movimentos têm conseguido chamar a atenção da opinião pública para a necessidade de um debate público sobre o uso do espaço central da cidade.

Essa capacidade de atrair a atenção para si faz com que a cidade enxergue a região do Centro Histórico como seu patrimônio cultural e histórico, e também com suas possibilidades de uso, que não são meramente mercadológicas. O centro, como espaço de livre fruição, de encontro, de lazer, de manifestação popular e uso por diferentes sujeitos, surge como possibilidade real de produção de novas e múltiplas territorialidades. É nesse sentido que diversos coletivos e movimentos, que reivindicam o seu lugar na cidade, passam a atuar nas ruas, parques, praças e espaços públicos. Conferem, assim, uma nova forma para o espaço urbano.

Esta pesquisa conclui chamando a atenção dos estudos da geografia urbana para a importância do amadurecimento do conceito de movimentos socioterritoriais e no combate a preconceitos contra os sujeitos e coletivos que lutam por sua própria existência e por conquistas territoriais. Os chamados sem-teto, excluídos e a massa trabalhadora urbana têm sido vistos como um problema no interior das grandes cidades. São taxados de baderneiros, desocupados, invasores, e o processo de refuncionalização e de embelezamento urbano visa afastá-los do convívio e uso do espaço público.

Essa exclusão é parte do processo fragmentador do espaço e o debate em torno do conceito de movimentos socioterritoriais visa a dar um status de categoria geográfica para o debate dos movimentos que usam o território como tática de disputa política. À geografia abre-se novas possibilidades quando traz para o seu interior o mapeamento e análise de movimentos que atuam sobre o espaço geográfico, modificando, desse modo, a sua paisagem e efetivando novos territórios. Este debate, sobre o papel dos movimentos socioterritoriais na disputa do espaço urbano, é decisivo para a afirmação de uma visão desfragmentadora do espaço social.

REFERÊNCIAS

A REDESCOBERTA do centro. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 32-34, 20 fev. 2011.

ALONSO, Ângela. Repertório, Segundo Charles Tilly: História de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, p. 21-41, jun. 2012.

ALVES, Glória. Transformações e Resistências nos Centros Urbanos. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 143-154.

ARANTES, Otília; VAINER Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAIERLE, Sérgio. **Lutas Urbanas em Porto Alegre: entre a revolução e o reformismo**. Porto Alegre: Cidade - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, 2007.

BATTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BORBA, Sheila Villanova. Transformações Recentes na área central de Porto Alegre: apontamentos para uma discussão. In: PANIZII, Wrana; ROVATTI, João (Org.). **Estudos Urbanos: Porto Alegre e seu planejamento**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993. p. 19-31.

BRENNER, Neil. Teses sobre a Urbanização. **E-metropolis**, p. 6-26, 2014.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. O resgate do centro de Porto Alegre: a luta dos sete-teto pelo direito à moradia. **O resgate do centro de Porto Alegre: a luta dos sete-teto pelo direito à moradia**. Brasília: UnB, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, 2007.

BUONFIGLIO, Leda Velloso; PENNA, Nelba Azevedo. A Luta no e pelo Centro da Cidade: um estudo em Porto Alegre. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n.º 37, p. 117-127, maio 2011.

CABETTE, Amanda. **Dinâmica Demográfica E A Produção Imobiliária Em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Prática Espacial Urbana como Segregação e o 'Direito à Cidade' como Horizonte Utópico." In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Reprodução do Espaço Urbano como Momento de Acumulação Capitalista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 25-36.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, Democracia e Socialismo**: a experiência das associações de vizinhos de Madri. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

COLOSSO, Paolo. A Crítica de Henri Lefebvre ao Urbanismo Moderno. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO DE HISTÓRIA, 14. **Anais...** 13-15 set. 2016. p. 79-88.

CONTACTO, CONSULTORES ASSOCIADOS S/C LTDA. Estudo de Mercado Imobiliário / Relatório Monumenta Versão Final. Porto Alegre, 2002.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORREA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2013. p. 41-51.

CORREA, Roberto Lobato. **Boletim Paulista de Geografia**. 2016. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/632>>. Acesso em: 15 maio 2018.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIAS, Pedro da Hora. **Histórico Da Luta Pela Moradia no Parque dos Maias**: Das grandes ocupações em 1987 até a negociação final em 2007. Porto Alegre: ALERGS - Publicação da Bancada do PCdoB, 2009.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **DIEESE**. fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2018/boletimConjuntura013.html>>. Acesso em: 21 maio 2018.

EBNER, Iris de Almeida Rezende. **A cidade e seus vazios**: Investigação e proposta para os vazios urbanos de Campo Grande. 1.ed. Campo Grande, MS. UFMS, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a Questão da Moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FEDOZZI, Luciano Joel; MARTINS, André Luís Borges. Trajetória do Orçamento Participativo de Porto Alegre: Representação e elitização política. **Lua Nova**, p. 181-223, 2015.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hicitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Movimento Social como Categoria Geográfica**. São Paulo: Terra Livre, 2000.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Revista NERA**. Jan/Jun de 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460/1436>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

FURINI, Luciano Antônio. Os Agentes Urbanos: conceitos e características principais. **Revista Geografia e Pesquisa**, p. 15-24, 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Método de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

HABERMAS, Jürgen. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. Vol. V. 16. In: HABERMAS, Jürgen. **Communication Theory**. International Communication Association, 2006. p. 411-426.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo : Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. O Direito à Cidade. **Lutas Sociais - Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)**, p. 73-89, jul-dez de 2012a.

HARVEY, David. O Espaço como Palavra-Chave. **GEOgrafia**. 2012b. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/551>>. Acesso em: 01 nov 2016.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2014a.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm>. Acesso em: 18 mar. 2018).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015**. Relatório Anual. Rio de Janeiro, 2015.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **De Lo Rural a lo Urbano**. Barcelona: Editora 62, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. São Paulo: DP&A Editora, 1999a.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999b.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O Vale de Campan**: estudo de sociologia rural. São Paulo: Edusp, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del Espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013a.

LEFEBVRE, Henri. **Production de L'espace**. France: Editions Anthropos / Editions Economica, 2013b.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2013c.

LIMA, Marcelo Rubin de. A Participação nos Bairros de Elite: O ciclo de conflito do Plano Diretor de Porto Alegre. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,. 2012. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4706/1/439867.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2018).

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOSSURDO, Domenico. **A Luta de Classes**: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

- MARTIN, Jean-Yves. A Geograficidade dos Movimentos Sociais. **Caderno Prudentino de Geografia**, p. 26-41, nov. 1997.
- MARX, Karl. **O Capital: Livro 1**. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo : Paz e Terra, 1978.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para Mapear o Confronto Político. **Lua Nova**, 2009.
- MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge/UK: Combridge University Press, 1996.
- MILLER, Byron; NICHOLLS, Walter. Social Movements in Urban Society: The City as A Space of Politicization. 2013.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classes e Movimento Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- NETTO, Vinicius. A Urbanidade como Devir do Urbano. **Revista EURE**, v. 39, n. 118 p. 233-263, set 2013.
- NUNES, Marion Kruse. **Restinga**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre / SMC, 1990.
- OLIVEIRA FILHO, João Telmo de. **A Participação Popular no Planejamento Urbano: A experiência do Plano Diretor de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- OXFORD. **Oxford Dictionary of English Etymology**. UK: Oxford, 2014.
- PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: UNESP, 2013.
- PENNA, Nelba Azevedo. Empreendedorismo e Planejamento Urbano em Brasília: da máquina de morar à máquina de crescimento urbano. In: SEMINÁRIO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL E NA EUROPA, 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2006.
- PINHEIRO, Fundação João. Déficit Habitacional Municipal no Brasil. 2013.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Planejamento, PMPA. **Projeto Centro de Bairros**. Porto Alegre: PMPA, 1993.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **DEM HAB - Diagnóstico do Setor Habitacional de Porto Alegre**. DEMHAB. 2009. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/demhab/usu_doc/diagnstico_porto_alegre.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013a.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2013b.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 8. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2014b.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014c.

SECOVI/RS. SINDICATO DA HABITAÇÃO. **Panorama do Mercado Imobiliário 2016**. 2016. Disponível em: <http://www.secovirsagademi.com.br/panorama_do_mercado_imobiliario/36>. Acesso em: 05 fev. 2018).

SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli; GOMES, Patrick Dias; PAIS, Vitória Ravazio. Dinâmicas da Contestação: transformações nos repertórios de manifestação pública de demandas coletivas no Rio Grande do Sul - 1970 e 2010. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17., 2015. **Anais...** 2015.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

SOBOTTKA, Emil. Organizações Civis, buscando uma definição para além de ONGs e 'terceiro setor'. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**. 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/89/1671>>. Acesso em: 10 jul. 2018).

STROHAECKER, Tânia Marques. Atuação do Público e do Privado na Estruturação do Mercado de Terras de Porto Alegre (1890-1950). **Scripta Nova Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales**, Barcelona, Universidad de Barcelona, v. IX, n. 194, p. 13, 2005.

TADAYOZZI, Clara. **Reporter UNESP**. 21 mar. 2018. Disponível em: <<http://reporterunesp.jor.br/2018/03/21/o-caminho-da-rua-trabalho-informal/>>. Acesso em: 22 mar. 2018).

TARROW, Sidney. **Poder em Movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

UN-HABITAT. Slums 2014. 2014. Disponível em: <<http://unhabitat.org/theme/slum-upgrading-2/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

UNICEF. United Nations Children's. **The States of the World's Children 2015**: Reimagine the Future: Innovation for Every Child. New York: UNICEF, 2014.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Lincoln Institute/FAPESP, 1998.